



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CARLA TORRES CAVALCANTI DO NASCIMENTO

NORDESTE : RAZÃO E SENSIBILIDADE

Rio de Janeiro

2009



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CARLA TORRES CAVALCANTI DO NASCIMENTO

NORDESTE: RAZÃO E SENSIBILIDADE

Rio de Janeiro

2009

CARLA TORRES CAVALCANTI DO NASCIMENTO

Nordeste: razão e sensibilidade

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo

Rio de Janeiro

2009

N244n Nascimento, Carla Torres Cavalcanti do.
Nordeste : razão e sensibilidade / Carla Torres
Cavalcanti do Nascimento. – 2009.
x, 144 f. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientador: Frederico Guilherme Bandeira de Araujo.
Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e
Regional, 2009.

Bibliografia: f. 140-144.

1. Cinema brasileiro. 2. Identidade social. 3. Brasil,
Nordeste. I. Araujo, Frederico Guilherme Bandeira de.
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de
Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 778.53

CARLA TORRES CAVALCANTI DO NASCIMENTO

NORDESTE: RAZÃO E SENSIBILIDADE

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo – Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Helion Póvoa Neto
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof^a. Dr^a. Sylvia Regina Bastos Nemer
Memorial Getúlio Vargas – RJ

Aos meus pais,
Carlos Armando e Denise.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado por uma bolsa de estudos do CNPq (2007-2008), o que representou ajuda significativa à minha participação na vida acadêmica, tanto dentro do IPPUR, como nos congressos e em outros centros de estudos com os quais mantive contatos positivos que contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual. Agradeço à equipe de funcionários do IPPUR, como a dona Maria José, Zuleica, João, Alberico, entre muitos outros que se dedicam com atenção a esse Instituto e aos seus alunos.

Agradeço à minha turma de mestrado, com a qual partilhei aulas, seminários, eventos, mensagens e trocas de ideias maravilhosas. Muitos dos companheiros se tornaram amigos para a vida: Rafael Rust, Mariana Murta, Clarice Antoun, Iaci D'Assunção, Pedro Pinheiro, André Lopes e Erick Omena.

Ao corpo docente do IPPUR, agradeço pelas excelentes exposições e debates ao longo de dois anos de curso, pelos eventos que juntos organizamos, pelas trocas profissionais e acadêmicas, pela dedicação dispensada a este trabalho em sua fase de qualificação. Agradeço, em especial, aos docentes Orlando Alves dos Santos Junior, Helion Póvoa Neto, Ana Clara Ribeiro e Rainer Randolph.

Muito obrigada às pessoas que viram este trabalho nascer e lhe prestaram valiosas contribuições. Esses são os membros guerreiros sonhadores do Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura (GPMC/Rede), meus amigos: Frederico Araujo, Ana Brasil, Ana Cabral, Juliana Michaello, Walcler Junior, Ricardo Oliveira, Regina Petrus, Patrícia, Nina Tedesco, Ricardo Paris, Ramiro Rojas, Eber Marzullo, Vanessa Zamboni e, e, e...

Agradeço à minha mãe, Denise T. C. de Albuquerque, e ao meu pai, Carlos Armando L. do Nascimento, pelo amor, pelo apoio financeiro e, principalmente, pela confiança e apoio espiritual a mim dedicado ao longo da vida para a realização dos meus sonhos. Agradeço aos demais membros da minha família, em especial às minhas irmãs Mariana e Renata, e à Belém, pela paciência e compreensão nos momentos em que esta empreitada significou sacrifícios de toda ordem.

Gratidão ainda maior sinto por meu orientador, Frederico Guilherme Bandeira de Araujo, por todos os dias em que alimentou a mim, e aos meus amigos, de todo conhecimento e energia, pela paciência e sabedoria dedicadas a esta orientação e, também, por toda a prazerosa “desorientação”, longa caminhada.

RESUMO

A questão central deste trabalho recai sobre as imagens Nordeste/nordestino construídas pelos seguintes discursos dos anos 50 e 60: 1) o semanário produzido pelo Partido Comunista Brasileiro, *Novos Rumos* (1959-1964), e 2) o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, dirigido em 1963 por Glauber Rocha. Ambos os discursos são territorializantes, produtores de “identidade/territorialidades Nordeste/nordestinos”, apesar de não deixarem de assumir como pressuposto um espaço já recortado e inventado ao longo dos tempos – a região Nordeste. Constroem *Nordestes* e *nordestinos* a partir de práticas sociais que os inventam, moldam e sustentam dentro de campos político, econômico e cultural.

Palavras-chave: Cinema brasileiro – identidade – região nordeste

ABSTRACT

The main point of this text lies in the Northeast/Northeastern images built by the following discourses of the 1950's and the 1960's: 1) the newspaper produced by the Brazilian Communist political organization, Called *Novos Rumos* (1959-1964), and 2) the film *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, directed by Glauber Rocha in 1963. Both discourses are, in a certain way, territory makers, or identity/territory Northeast/Northeastern producers, although assuming this territory as something already limited and invented as Northeast Region. These discourses build Northeast and northeasters from social practices that invent, shape and sustain these images, inside economical, political and cultural fields.

Keywords: Brazilian cinema – cultural identity – northeast region

NOTA DE ADVERTÊNCIA

As citações feitas neste trabalho, assumindo como base textos escritos antes da última Reforma Ortográfica oficial do idioma, obedecem às normas-padrão atualmente vigentes na Língua Portuguesa. Assim, algumas “correções” foram necessárias sem comprometer o sentido original atribuído pelos autores mencionados. Exceção feita às citações colhidas no jornal *Novos Rumos*, nas quais foi preservada a grafia particular da época.

Sumário

Pistas à leitura.....	pág.	11
1. A Questão Regional Nordeste do Estado brasileiro.....	pág.	28
2. Nordestando.....	pág.	49
Seção I – Um nordestar partidário.....	pag.	51
2.1 A Questão Regional Nordeste do Partido Comunista Brasileiro.....	pág.	51
1.2.1 Excerto sobre a relação Ligas Camponesas/PCB.....	pág.	55
2.2 “na marra mas na Lei”	pág.	62
Seção II – Um nordestar cinematográfico.....	pag.	99
2.3 A Questão Regional Nordeste do Cinema Novo.....	pág.	99
2.4 Um olhar sertão-mar.....	pág.	110
3. Nordeste: razão e sensibilidade	pág.	128
Referências Bibliográficas.....	pág.	140

Pistas à leitura

Este trabalho se inscreve em um campo reflexivo de problematização da construção do Brasil enquanto Nação, em um momento de rupturas políticas, econômicas e estético-culturais, que instituiu, em um processo de significação e ressignificação identitária, mais de um Nordeste. Dessa forma, o tema principal deste trabalho são esses Nordeste que, nos anos 50 e 60, ganharam não só importância política e atenção do Governo enquanto uma questão de política pública nacional, mas também alimentaram as rebeldes e utopistas produções jornalística e artístico-cinematográfica da época, entre as quais destacamos o semanário *Novos Rumos*, produzido pelo Partido Comunista Brasileiro, e o longa-metragem ficcional *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, dirigido por Glauber Rocha, em 1963. Nação e Nordeste invadiram relatórios estatais de políticas públicas, informativos sindicais e telas de cinema em um movimento explosivo de compreensão e definição identitária e territorial¹.

Tanto o discurso jornalístico como o discurso cinematográfico acima citados fizeram parte de embates e rupturas que acabaram por acionar o processo no qual Nordeste se constituiu em uma questão de Estado, ou seja, uma questão nacional, assumida como objeto de discursos específicos, motivados por interesses diversos, entre eles os relacionados à questão agrária. Podemos dizer que existiu uma Questão Regional Nordeste, constituída pela visão e pelas ações do Estado, e que se sustentou através de uma ideia sobre Nordeste que se tornou hegemônica. Esse processo é, sem dúvida, fruto de conflitos e de luta pelo poder em diferentes eixos de análise – econômico, político, social –, que serão estudados adiante.

Para a esquerda, e até mesmo para certos setores das classes dominantes, era necessário romper com o arcaísmo dos modos de produção considerados pré-capitalistas de um Nordeste atrasado, praticamente sem indústria e sem mercado consumidor que viesse sustentar essa atividade. O desenrolar das ações estatais que, formalmente, obedeceram a esse raciocínio, acabaram também por impedir que as bandeiras populares do campo, construídas a partir do reconhecimento das

¹ “A identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos, de uma enorme variedade de experiências efetivas. Falar e ver nação ou a região não é, a rigor, espelhar estas realidades, mas criá-las” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.27).

desigualdades intrarregionais, viessem a representar uma alternativa de desenvolvimento a ser implementada em todo o território nacional, aos moldes do que acontecera em terras cubanas em 1959. A questão que se coloca neste trabalho é a de que havia disputas de diversas naturezas e em diferentes espaços de embate – tanto em relação ao que se compreendia por Nordeste/nordestinos, quanto em relação ao que significava o seu desenvolvimento e, principalmente, sobre quais grupos iriam liderá-lo –, tendo essa disputa se materializado também no diagnóstico e na proposta de planificação produzidos pelo Grupo de Trabalho pelo Desenvolvimento do Nordeste (discurso que entendemos como constituinte da Questão Regional Nordeste do estado) e na posterior criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

O Brasil já foi visto como um país de tropicalidade e de natureza exótica, em que Nordeste remetia a um retrato do naturalismo realista, um espaço medieval, onde se encontrava toda sorte de bizarrices, coisas pitorescas, esquisitas, ridículas, sendo o nordestino “o próprio exemplo de degeneração física e intelectual”, uma mistura de sangues bárbaros devido ao clima muito quente e à raça inferior (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1996, p.44). Como ressalta Albuquerque Junior, a visão depreciativa do nordestino esteve presente na literatura de intelectuais como Oliveira Viana², que enxergavam o nordestino em contraposição à considerada modernização ariana do sul. Um pouco adiante, já nas primeiras décadas do século XX, influenciada pelo movimento modernista, a mesma posição de inferioridade nordestina tomava contornos menos naturalistas e mais sócio-históricos. A década de 50 afirmou, na sequência, uma imagem sobre Nordeste prima/irmã das anteriores, filha da era nacionalista-industrial, fortemente amparada em um discurso de vitimização daquele território. Foram tempos devotados à transformação do Nordeste seco, pobre, arcaico, distante, rústico e isolado para o Nordeste industrial, racionalmente planejado e integrado para o bem geral da Nação. Interessamos aqui expor os encaminhamentos econômicos, políticos e sociais dessa época a fim de i) compreendermos a hegemonia da Questão Regional Nordeste estatal enquanto questão nacional em relação a outras Questões Regionais Nordeste, mais precisamente as construídas pelo movimento Cinema Novo (do qual surgiu *Deus e o Diabo na Terra do Sol*) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB – responsável pelo

² Oliveira Viana (Francisco José de O. V.), jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo. Publicou, entre outros, *Evolução do povo brasileiro* (1923).

jornal *Novos Rumos*), e ii) observarmos as divergências e as aproximações entre essas últimas Questões Regionais Nordeste.

A superposição, mesmo que relativa, das intervenções estatais assistencialistas ancoradas no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) voltadas para um Nordeste dependente do Estado (porque era enxergado como fadado à carência social provocada por um fenômeno climático – a seca) pelo projeto de integração nacional via industrialização e planificação econômica, tal qual proposto em documentos estatais, como o GTDN, representou um processo de mudança na atuação do Estado e determinou um rearranjo político no qual, para sua elucidação, uma diversidade de elementos devem ser considerados e articulados, a saber: i) a influência do contexto internacional – da Guerra Fria e da Revolução Cubana, que apresentavam rupturas e/ou polarizações de ideários desenvolvimentistas e revolucionários; ii) um contexto nacional que, analisado sob o viés econômico, enxergou a região Nordeste não só como lugar de ausência e carência, condenado ao flagelo da seca, mas como lugar de potencialidades econômicas, lugar de transformação que deveria ser integrado ao modo de produção e acumulação industrial hegemônico do Centro-Sul, de acordo com a trajetória econômica capitalista brasileira; e iii) o fortalecimento em nível nacional do movimento rural mais expressivo desse período, as Ligas Camponesas, cujas maiores bandeiras foram a reforma agrária e a luta pelos direitos trabalhistas do campo.

Todos os elementos acima descritos são compreendidos em um processo de transformações no modelo de desenvolvimento do país. A partir da Revolução de 30, e ao longo dos seguidos governos desenvolvimentistas nacionalistas (guardadas as especificidades relativas às condições de desenvolvimento e nacionalismo dos governos de Getúlio Vargas até o de Juscelino Kubitschek), se empreendeu a construção de um país industrial urbano, que se pretendia sobrepor ao antigo modelo agrário exportador, concentrando o capital industrial no Centro-Sul. Esta concentração acabou por intensificar as desigualdades inter e intra-regional brasileiras, visto que as economias agrárias nordestinas não mais podiam competir no mercado nacional. O resultado surgiu das maiores pressões sobre o trabalhador rural que, neste momento, passou a organizar-se:

Isso obrigava a que o campesinato produzisse mais para manter o mesmo patamar de condições de vida; na impossibilidade de

produzir mais, tendo em vista o bloqueio da estrutura fundiária, o resultado que aparecia ou era uma elevação do *foro* ou, na verdade, da renda da terra cobrada pelos latifundiários (OLIVEIRA, 1981, p.92).

O governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pela substituição de importações, pelo nacional desenvolvimentismo e por um Estado atuante e planejador, também reconhecido enquanto populista:

O Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira foi forçado a conciliar: manteve e apoiou-se na política de massa, mas realizou um programa de desenvolvimento econômico baseado na internacionalização dos novos investimentos. Falava-se então na “desnacionalização da indústria” brasileira, ao mesmo tempo que as novas organizações econômicas procuravam associar capitais externos e nacionais (IANNI, 1971, p.70).

O Populismo, de certa forma, favoreceu a mobilização das massas no Brasil por criar com elas uma espécie de *aliança* necessária para a realização de sua própria política de massa – greves de trabalhadores, mobilização da opinião pública em torno da temática das reformas de estrutura (em particular, a reforma agrária) e a reivindicação dos direitos sociais aos trabalhadores do campo.

Assim, a consolidação das Leis do Trabalho, o PTB, o peleguismo, o Estatuto do Trabalhador Rural, Vargas, Kubitschek, Goulart, Arraes [...] fazem parte de um mesmo sistema e *continuum*. E juntam-se também Ademar de Barros, [...] Jânio Quadros e outros, como elementos do mesmo universo populista. Todos eles, no entanto, estão relacionados ao pensamento getuliano e particularmente à política de massas [...] Essa é uma das conotações básicas da democracia populista (IANNI, 1971, p.98).

Foi em um contexto de agudização da condição de exploração dos camponeses, principalmente através do aumento da renda da terra, como explicou Francisco de Oliveira, que o campesinato reapareceu como ator político, organizado nas Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado e então deputado estadual Francisco Julião (PSB), e pelos sindicatos rurais do Partido Socialista Brasileiro

(PSB)³. O movimento camponês se expandiu por todo o país, tendo como epicentro o estado de Pernambuco, e a sua principal bandeira foi o fim dos mecanismos de exploração dos camponeses pelas oligarquias agrárias e, posteriormente, a reforma agrária. Com a Bíblia e o Código Civil nas mãos, o movimento camponês expandiu-se e se tornou rapidamente um alvo, tanto da repressão por parte do poder público local, quanto da disputa pelo seu controle pelo Partido Comunista Brasileiro e pela Igreja⁴.

Decorrente dessa problemática social e do diagnóstico contido no GTDN, foi proposta como solução ao “Nordeste atrasado”: a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), uma importante e inédita intervenção estatal, planejada e dirigida, às consideradas potencialidades econômicas que deveriam integrar, em novas bases, a Nação. No entanto, muito embora essa questão regional tenha sido equacionada oficialmente por uma proposta de integração econômica, mostrou-se inquestionável a dimensão da interferência dos movimentos sociais rurais na implementação do novo órgão:

A criação da SUDENE constitui a resposta a essa crise político-social nordestina, oriunda de sua estrutura de produção rígida e de seu subdesenvolvimento, muito mais do que uma medida de aceleração à expansão industrial capitalista, que estivesse bloqueada se aquela região não se desenvolvesse (COHN, 1978, p.109).

Períodos como esses – em que se considera um novo quadro de disputa social determinado pela mobilização dos trabalhadores rurais, por propostas de intervenção direcionadas a região, e que, no interior da disputa, existe o confronto de imagens Nordeste construídas por olhares tão diversos – são inaugurados por embates, rupturas ou inflexões que expressam a constituição do que aqui

³ Criadas na década de 40 pelo Partido Comunista Brasileiro, essas organizações foram orientadas a construir sindicatos rurais. Em Pernambuco, eles nasceram em Escada, em Goiânia, em Pau D’Alho e em outras cidades. Mas os sindicatos não conseguiram registros, não obstante as promessas de Vargas e de todos os Ministros do Trabalho das últimas décadas. “Por fim, arrefeceu-se o ânimo dos trabalhadores e os sindicatos agrícolas morreram quase ao nascer” (JULIÃO, 1962, p.23). Na segunda metade dos anos 50, com objetivos bastante diversos dos do PCB, as Ligas Camponesas ressurgiram com reivindicações próprias – pelo fim dos mecanismos de exploração do camponês pelo dono da terra – intensificando, apenas mais tarde, o movimento pelas reformas de base e pela reforma agrária.

⁴ Outros tipos de liderança política existiram nesse mesmo período – Miguel Arraes, prefeito de Recife e, depois, governador de Pernambuco (1963-64), como membro do Partido Trabalhista Brasileiro; Celso Furtado, economista sem partido, organizador da Sudene; Padre Melo, da Igreja Católica, que teve ligações com o Instituto Brasileiro de Ações Democráticas (Ibad), entre outros (IANNI, 1971, p.84).

denominamos Questão Territorial Identitária (QTI)⁵, como modo de enfatizar as dimensões territoriais e identitárias, mas especialmente o vínculo necessário e indissociável entre esses dois domínios no processo de construção do Estado-Nação brasileiro e, também, das imagens Nordeste/nordestino investigadas neste trabalho. Aqui, não nos referimos a rupturas no sentido de simples descontinuidade, mas enquanto surgimento de novas relações entre sujeitos que estiveram em processo de disputa por uma hegemonia, ou seja, em processo de confrontação de identificações e territorializações empreendidas pelos diversos discursos presentes à época, fossem eles estatais, de partidos políticos, de sindicatos, de entidades patronais, etc.

Uma QTI, portanto, diz respeito a esse processo de territorialização e constituição de identidades a partir do qual se instauram novas “verdades”, entendendo aqui território e identidade enquanto construções discursivas estreitamente relacionadas. O que se entende por território e identidade aqui, portanto, localiza-se no tempo e no espaço, pertence ao domínio dos processos de significação, se constituem enquanto ideias no pensamento, portadoras de valores e construídas no âmbito de relações interdiscursivas. Identidade e território, portanto, não são conceitos representacionais, são tomados enquanto signos, simulacros discursivos

A ficção *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e o discurso pecebista, materializado no semanário *Novos Rumos*, são discursos identitários e territorializantes, são produtores de “identidades/territorialidades Nordeste/nordestinos”, apesar de não deixarem de assumir como referência um espaço já recortado e inventado ao longo dos tempos, assim como identidades nordestinas construídas anteriormente. Ambos estão mergulhados em contextos em que Nordeste (e nordestinos) é visto enquanto um “problema”, ou seja, como objeto de conflito, de debate, de formulações e posições políticas, objeto inclusive de planos e intervenções. Tais problemáticas ligadas a este termo, “Nordeste”, é o que aqui construímos chamando de Questões Regionais Nordeste. Percebemos que no interior de cada uma destas problemáticas, são atribuídos a Nordeste características físicas, atributos morais, culturais e simbólicos, que constituem diversos Nordestes não enquanto coisas dadas e

⁵PIEROLA, Ramiro R. R. Estado, territorialidades e etnias andinas: luta e pacto na construção da nação boliviana. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2006.

absolutas, mas enquanto signo, constructo que é, necessariamente, condição e resultado das práticas sociais que os inventam, moldam e sustentam.

As práticas sociais de que falamos assumem diversos caracteres - econômico, político, cultural – que “se conectam, se afastam ou se aproximam, formando uma teia de práticas discursivas e não discursivas; relações de força e de sentido” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999).

Nosso objetivo não é descobrir quando e a partir de quais caminhos surgiu a ideia de região, região Nordeste e nordestinos, mas investigar divergências e aproximações entre estas apropriações de Nordeste, entre as Questões Regionais Nordeste – constituintes/constituídas pelos sujeitos discursivos destes discursos – mais especificamente entre a Questão Regional Nordeste do Partido Comunista Brasileiro e a Questão Regional Nordeste do Cinema Novo. Apesar de ambos discursos comporem o espectro de manifestações significativas da esquerda brasileira, tanto a narrativa cinematográfica ficcional quanto o texto jornalístico nos revelam enfoques interpretativos ora semelhantes, ora divergentes em relação às suas construções identitárias/territoriais de Nordeste. A opção pela aplicação da metodologia “Hermenêutica Dialógica⁶”, que será esclarecida adiante, tem por fundamento a consideração do caráter conflituoso através do qual se instauram e se desenrolam estas QRNs, e do destacado embate discursivo sobre o que eram, ou deveriam ser, Nordeste e nordestinos em meio às soluções políticas que se desejavam implementar em um cenário de incontestável mobilização campesina. Sobre essa consideração primeira, ressaltamos a fertilidade dessa metodologia para o deslindamento das tramas e das disputas de significação que serão expostas a seguir.

Como já foi exposto, o ressurgimento das Ligas aconteceu no estado de Pernambuco, onde, em 1955, foi construída a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), mais tarde, “Liga Camponesa da Galileia”. Inspiradas nessa experiência, as Ligas Camponesas se multiplicaram em todo o país e assumiram a forma de associações, comandos estaduais e delegacias. Nesse processo, destaca-se como líder destes camponeses o deputado Francisco Julião (PSB). A Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro também disputaram a

⁶ ARAUJO, F. G. B. et alli. (2007). *Para ‘compreender’ o discurso: uma proposição metodológica de inspiração bakhtiniana*. Mimeo. GPMC/IPPUR/UFRJ. Trabalho apresentado na Sessão Livre “Epistemologias e Metodologias para o Discurso Território” realizada durante o XII Encontro Nacional da Anpur, acontecido em Belém (PA), 2007.

liderança deste movimento camponês, na medida em que defendiam modos de organização distintos, condizentes com suas próprias estratégias de atuação política – estas motivadas por divergências de interesses⁷ que se acentuaram ao longo do tempo.

Novos Rumos era o principal veículo de comunicação do Partido Comunista Brasileiro. Esse periódico, de âmbito nacional e ilegal, era pautado por análises políticas dos considerados temas nacionais e das diretrizes do Partido, e por coberturas sobre as lutas operárias e as notícias do campo. Apesar de primordialmente dirigido ao operariado urbano, o recém-organizado segmento dos trabalhadores rurais se fez presente, não apenas como público-alvo do semanário, mas também, no que aqui interessa, como foco de tematização da construção/invenção de Nordeste e nordestino em prol dos objetivos que assumiam dimensões nacionais.

As teses marxistas ortodoxas do PCB previam a revolução socialista no Brasil realizada por etapas. Visavam seus partidários, antes, a aproximação do operariado urbano tanto com a burguesia de orientação nacionalista, quanto com o campesinato brasileiro, a fim de construir uma frente única por um governo nacionalista e democrático, cujo principal objetivo seria enfraquecer o que chamavam de imperialismo norte-americano, segundo o Partido, fortemente vinculado ao sistema de latifúndio no Brasil. Em síntese, a luta do segmento rural, indispensável à revolução burguesa pecebista, deveria se dar através de formas legais de organização, sendo fundamental unir forças, mesmo que heterogêneas, para lograr esses objetivos.

É preciso lembrar que, a partir de 1960, Ligas Camponesas e o PCB se distanciaram por conta das divergências em relação às estratégias adotadas por cada um dos movimentos na luta pela reforma agrária. As Ligas Camponesas começaram a encampar o *slogan* “Reforma Agrária na Lei, ou na marra”, uma

⁷ As Ligas Camponesas exigiram, num primeiro momento, o fim dos mecanismos de exploração do camponês, o fim do poder de vida e morte dos latifundiários sobre os trabalhadores rurais, assim como exigiam o acesso digno à terra para o seu trabalho sem ter de pagar o *foro* ou o *cambão*. Não planejavam tomar o poder junto ao operariado rumo ao socialismo.

As Ligas não se organizavam pela sindicalização, é verdade, mas desde o início se organizaram por sedes estaduais, cujos líderes não eram os camponeses. Estes estiveram presentes apenas nas delegacias locais. PCB e Liga estiveram juntos por um bom tempo pela reforma agrária, pelo impedimento dos despejos e pelos direitos do trabalhador rural nos congressos de camponeses, na campanha pelo marechal Lote, no apoio a Cuba e contra os EUA.

reforma agrária que fosse radical, sem concessões e negociações, enquanto que o PCB manteve a ideia estratégica etapista de fazer a revolução burguesa.

O jornal *Novos Rumos* não é aqui estudado como muitas vezes o senso comum enxerga o discurso jornalístico, como um testemunho da verdade (amparado nos princípios ilusórios da neutralidade/imparcialidade da atividade desses veículos de comunicação), mas como discurso construtor de identidade/território Nordeste, contemporâneo a outros diversos discursos de movimentos que igualmente se caracterizavam por adotar uma visão crítica da realidade brasileira, tal como o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

O Cinema Novo significou uma atualização do cinema brasileiro, imprimindo um teor ideológico esquerdista/anti-imperialista que propunha a superação da dependência brasileira em relação à produção cinematográfica norte-americana, dita “imperialista” – através da produção nacional de baixo custo e de caráter alternativo –, e a transformação estética e temática do cinema. Nordeste passa a ser uma questão abordada, com mais ênfase a partir dos 60, por ser considerado como território de conflito entre trabalhadores rurais e grandes fazendeiros, um lugar onde o embate entre explorados e exploradores mantinha relação com o ideário de transformação via revolução cultural defendida por este movimento. *Deus e o Diabo na Terra do Sol* é uma das mais importantes obras do Cinema Novo, não só por representar uma síntese conceitual, estética e política do ideário cinemanovista, mas também por discutir perspectivas de revolução no Brasil a partir do tema do rural, e da construção do Nordeste e dos nordestinos explorados do campo. Seus personagens alegóricos, representativos dos grupos sociais que parecem fazer parte daquela realidade social, e sua narrativa expõem a condição de exploração vivida pelo personagem do vaqueiro Manoel em um território castigado pela seca e dominado pelos latifundiários, e propõem alternativas a essa sua condição em um universo polarizado pelo misticismo religioso e pelo cangaço⁸.

Cabe lembrar que os anos 50 e 60 foram marcados pela valorização da arte cinematográfica como forte elemento de expressão da cultura nacional, sendo este

⁸ Fenômeno social do fim do século XIX e início do século XX, implicado por questões sociais e fundiárias da região sertaneja. Homens que conheciam detalhes desta região (focos de água e alimentos, rotas de fuga, plantas medicinais) e se reuniam em bandos, para agir em assaltos às fazendas, seqüestros, saques de comboios e armazéns, etc. Podiam ser independentes ou prestar serviços aos coronéis. O cangaço foi um modo de vida perseguido pelo Estado Novo até desaparecer. O bando mais famoso foi o liderado por Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião”, morto em 1938, em Angicos.

também tratado como um assunto de Estado⁹. Assim como o discurso jornalístico não é porta voz da verdade, neste trabalho também o cinema é compreendido como linguagem audiovisual singular, que transcende o caráter instrumental e de simples meio de representação, sendo uma atividade de criação e expressão de ideias e, como tal, constitui-se em si enquanto campo analítico, propositivo e enunciativo, tanto quanto as produções literárias e científicas. Dessa forma, o cinema não figura como um “espelho para refletir o que existe, mas sim [...] é uma forma de representação que é capaz de nos constituir como sujeitos e [criar] temas de novos tipos, permitindo-nos, por conseguinte, descobrir lugares *desde os quais falamos*” (HALL, 1996, p.75).

Não trataremos de encontrar o sentido de um “Nordeste real”, muito menos vamos verificar a correspondência entre representações de Nordeste e qualquer suposta realidade. Pretendemos investigar, em meio à luta pelo poder que se dava naquele período histórico, que Nordeste/nordestinos existiram nos dois discursos e funcionaram enquanto condição e resultado das Questões Regionais Nordeste instauradas. Neste trabalho, portanto, defende-se a desnaturalização do Nordeste como região e também do sentido atribuído ao nordestino, e propõe-se a problematização de sua invenção no campo discursivo:

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamento que se cristalizam, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.66).

Muito embora em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* exista a construção de um Nordeste determinado pela questão agrária de que falamos anteriormente, marcado pelas relações de exploração remetendo claramente a uma visão influenciada pelo marxismo – já que, em sua narrativa, aparecem as relações de submissão entre os grupos, principalmente através da exploração do trabalho e das relações de poder ligadas à terra –, essa película apresenta elementos novos que constituem uma imagem particular do processo de transformação do Nordeste/nordestinos. Tal

⁹ No Governo Kubitschek, cria-se a Comissão Federal de Cinema em 1956, o GEIC (Grupo de Estudos da Indústria Cinematográfica), em 1958 e, em 1961, o GEICINE (Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica).

imagem de Nordeste se afasta tanto do racionalismo economicista, característico do espírito desenvolvimentista planejador estatal (que, até certo ponto, chega a “contaminar” o discurso *Novos Rumos*), quanto do racionalismo etapista/legalista das teses e dos modos de organização defendidos pelo Partido Comunista Brasileiro, e recaem no entendimento de uma teleologia da revolução como processo que não deixa de envolver a tradição e o resgate das supostas origens culturais do universo em questão. Falamos de uma motivação revolucionária/transformadora construída a partir dos caracteres messiânico, religioso, místico e, principalmente, violento que, ao longo dos tempos, foram atribuídos à suposta identidade nordestina, o que nos faz pensar que, nessa obra, o homem nordestino é compreendido enquanto cercado pelas contradições humanas, nas quais as dicotomias bem/mal, homem/Deus, tradição/novo, razão/desrazão servem apenas para chamar a atenção ao que está entre um polo e outro, constituindo o que ali aparece como o universo nordestino. *Deus e o Diabo na Terra do Sol* contrapõe-se ao discurso do Estado, que supõe e julga aquele território negativamente como lugar do atraso e da barbárie, como ameaça de desordem e desintegração social/econômica a ser combatida via intervenção pública planejada dentro da ordem estabelecida, indo além do discurso humanista alienante sobre aquele território, contrapondo-se, também, ao olhar marxista, racionalista e evolucionista das teses pecebistas da época. Em uma das cenas iniciais desse filme, o vaqueiro Manoel reage de forma violenta ao sentir-se injustiçado. Ele assassina a golpes de facão o coronel que julga estar lhe roubando. Esse é um sinal de que, nessa película, não veremos uma massa de “Manoéis” reunida em assembleia para tirar deliberações de curto, médio e longo prazos sobre os rumos da revolução brasileira. Vemos ali a própria ira revolucionária, a crise, o limite do descontrole, a violência em sua radicalidade, não como espetacularização, mas como ação transformadora, representando o fim da indiferença diante do inquestionável estado de desamparo social.

Tanto o discurso *Novos Rumos*, quanto o discurso *Deus e o Diabo na Terra do Sol* apresentam peculiaridades nos processos de significação do Nordeste e de seu potencial de transformação. Como esses discursos se comunicam através de seus enunciados e silêncios carregados de sentido? De quais dispositivos se valem ambos os discursos para sustentar suas próprias imagens Nordeste/nordestinos em contraposição as do outro?

Tendo exposto a problemática, a questão central, o foco, os objetivos e as pretensões deste trabalho, além de alguns elementos do arcabouço metodológico geral, fazemos um largo parêntese a fim de esclarecer o método específico através do qual será composto e interpretado o dialogismo proposto.

A *Hermenêutica Dialógica* (ARAUJO et alli., 2007), metodologia construída pelo Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura – GPMC-IPPUR – é inspirada em elaborações de Michael Bakhtin. Este autor opera radical crítica à Linguística tradicional na medida em que compreende a reflexão sobre a linguagem como um campo que transcende às ordens semântica e sintática. O campo reflexivo assim entendido, designado pelo próprio Bakhtin de metalinguística, estrutura-se por intermédio de três categorias-chave: dialogismo, discurso e compreensão.

Sobre a fundamentação desse referencial, e instituindo um modo operacional analítico de caráter estruturalista, a *Hermenêutica Dialógica* toma a problemática da linguagem como primordialmente comunicacional, consideração que traz implícita a suposição de que a própria natureza do vínculo social é discursiva. Todo dizer sobre o mundo, então, é discurso porque é necessariamente direcionado a um outro sujeito social, constituindo, e sendo constituído, por uma relação dialógica. O dialogismo é entendido como uma trama complexa em que cada dizer considera dizeres passados e futuros (imaginados) do próprio sujeito e antecipa possíveis respostas à sua fala em construção por parte de destinatários identificados ou imaginários, objetivos ou difusos. Esses *álteres*, assim sendo, mais do que meros destinatários de um determinado discurso, funcionam como coautores do mesmo, visto que esse se constrói a partir de uma ação responsiva esperada.

Para a *Hermenêutica Dialógica*, a compreensão do discurso diz respeito à construção/compreensão do signo que o constitui. O signo é entendido como constituído por quatro domínios imbricados e inseparáveis, configurando totalidade: i) o dos objetos “apontados” no mundo; ii) o dos significantes: tropos que conotam e denotam o objeto, correspondendo ao ato compreensivo referente às estruturas semânticas do idioma (definições de dicionário); iii) o dos significados: tropos que dizem respeito ao ato compreensivo limitado ao domínio interno do discurso, passíveis de entendimento pelos que partilham determinados léxico e gramática; e

iv) o dos sentidos: tropos concernentes ao ato compreensivo, inexoravelmente associado aos anteriores, que toma por referência o dialogismo externo ao discurso pleno e tem por fundamento necessário o exercício de um juízo.

Operacionalmente, a compreensão de um discurso, ou seja, a compreensão de seu signo em determinada relação interdiscursiva, passa por dois momentos singulares: aquele que envolve os tropos objeto, significante e significado – realizados através dos instrumentos da linguística tradicional na modalidade de uma análise do texto (ou fala) em si mesmo –, e aquele que se volta à identificação do sentido do significado desse discurso para seus *álteres*. A realização prática desse segundo momento é feita a partir da especificação da Posição de Sujeito –o lugar epistemológico a partir do qual os sujeitos constroem seus discursos – de cada um dos discursos em relação dialógica e do subsequente julgamento, no contexto em causa, dos significados de cada discurso ao olhar das respectivas Posições de Sujeito dos outros. A Posição de Sujeito de um sujeito é determinada a partir da análise da Linguagem, da Língua e da Voz (LLV) que caracterizam seu discurso, termos estes que, todavia, não correspondem a seus significados correntes, mas dizem respeito ao seguinte: Linguagem: corresponde a uma visão de mundo; Língua: corresponde a um modo de expressão social e historicamente típico; Voz: corresponde a um sujeito social e histórico tipo. Um Sujeito Discursivo é uma agente social especificado em termos de sua Posição de Sujeito, ou seja, em termos de Linguagem, Língua e Voz.

A *Hermenêutica Dialógica*, seguindo aqui rigorosamente as pegadas de Bakhtin, tem em conta a possibilidade de que cada discurso não seja monocórdio, mas, sob diversas formas, multissignificante (heteroglósico, ou plurilinguístico, ou polifônico, ou combinações possíveis dessas possibilidades). Isso significa tornar ainda mais complexa a abordagem de determinado discurso, por abrir a possibilidade de que ele, em si, seja configurado internamente também de forma dialógica, ou seja, podendo conter enunciados distintos em relação responsiva.

Um enunciado monocórdio é caracterizado por LLV únicas. Desse modo, cada proposição exprime de maneira direta as intenções do sujeito perfeitamente delineadas por esses tópicos. Para isso, o sujeito discursivo utiliza somente certas palavras e formas empregando-as de tal modo que elas perdem a ligação com outros contextos intencionais. Um enunciado heteroglósico, por exemplo, ao

inverso, não exclui intenções e juízos distintos ao do sujeito. As diversas linguagens presentes, então, podem ser dialogicamente confrontadas, servir de complemento mútuo ou oporem-se umas às outras, constituindo tramas de significados que serão objeto de atribuição de sentido.

As considerações acima sobre mono e heteroglosia são formalmente similares às situações de uma e várias Línguas (plurilinguístico), e também aos casos de uma e várias Vozes (polifonia), ambas situações dentro de uma determinada Linguagem ou mesmo configuradas em domínios de Linguagens distintas. Um discurso real, desse modo, pode conter as várias combinações possíveis dessas situações previstas.

Como explanado anteriormente, dialogismo e discurso para a *Hermenêutica Dialógica* são noções complementares e inseparáveis. O que os discursos são, seus signos, é algo constituído em relação dialógica. O dialogismo, por sua vez, é trama complexa de discursos sincrônicos e/ou diacrônicos em relação responsiva.

Todas essas noções serão consideradas na aplicação da *Hermenêutica Dialógica* no dialogismo proposto entre *Novos Rumos* e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, e serão identificadas ao longo do texto, sem com isso aparecerem sob uma forma estruturalista e subdividida, mas estreitamente relacionadas, explicando uma a outra. Isso significa que a separação classificatória dessas noções se dá apenas neste espaço, com o objetivo metodológico de expor o que está em jogo no exercício de compreensão dos discursos, segundo a referida metodologia.

Tendo em vista que um dos discursos sobre o qual se debruça esta dissertação é um discurso cinematográfico, e entendendo o cinema como uma modalidade discursiva própria por suas características audiovisuais, impõe-se a necessidade de construção de uma metodologia de análise fílmica, indispensável à aplicação da metodologia geral deste trabalho. Isso quer dizer que uma metodologia de identificação e leitura dos elementos/signos intrafílmicos, estes ligados às características do som e da imagem em movimento, se faz necessária. Deverão ser observados não só os planos do filme (trechos da obra entre um corte e outro), mas também as relações que eles estabelecem entre si, dentro de um contexto intrafílmico, a partir de três eixos de investigação: imagem, som e montagem. O figurino, a trilha sonora, o posicionamento e os movimentos de câmera, o tamanho do plano, a fotografia, o texto e os silêncios dos personagens, o ritmo da narrativa,

os efeitos da montagem, estes e os demais recursos audiovisuais guardam significados dentro da linguagem cinematográfica e serão considerados ao longo deste trabalho.

Isso não quer dizer que o discurso em *Novos Rumos*, por existir na forma escrita, não venha requerer aguçada atenção no que diz respeito aos artifícios de que dispõe a edição gráfica do conteúdo jornalístico e/ou publicitário de um jornal. Trata-se de um discurso que será interpretado a partir dos diversos textos que compuseram seus exemplares, de 1959 a 1964, ou seja, analisaremos um conjunto de enunciados tomados aqui como discurso *Novos Rumos*. Elementos como a disposição do texto sobre a página do jornal, tamanho de fonte de texto, presença de elementos explicativos/ilustrativos (fotos, gráficos, arte, etc.) são alguns dos recursos que também carregam significados para além do que se apresenta no próprio texto e da frequência com que os temas tratados aparecem no periódico. No entanto, esclarecemos que, por motivos de ordem prática, não foi possível desenvolver a análise do semanário em relação estas especificidades apontadas.

É importante lembrar que o leitor não vai encontrar aqui uma detalhada análise de um filme, plano a plano, ou uma larga interpretação sobre o conteúdo de um jornal de época em seus múltiplos detalhes. A metodologia acima esclarecida será aplicada em cima dos *corpora*¹⁰ de ambos os discursos, selecionados em ordem de importância para o que vem a ser um dos objetivos deste trabalho, ou seja, enxergar as imagens Nordeste/nordestino em ambos os discursos como peças chave das Questões Regionais Nordeste que constroem. O critério que será utilizado para a seleção dos *corpora*, tanto da obra audiovisual, quanto do semanário, será a existência de termos relacionadas à temáticas como seca, economia algodoeira-pecuária-canavieira, sertão, agreste, ao cangaço, ao latifúndio, ao messianismo, à reforma agrária, nomes próprios das cidades entendidas como nordestinas, entre outras que, de forma isolada ou em conjunto¹¹, façam referência a Nordeste e nordestinos.

Todos os conceitos da metodologia aqui exposta irão direcionar o olhar da

¹⁰ O corpus do material consiste em um conjunto de trechos dos dois discursos, selecionados previamente que, segundo a autora, exibem dispositivos utilizados na construção das imagens de Nordeste e nordestinos.

¹¹ Entendemos que essas categorias dizem respeito ao Nordeste de forma isolada, ou em conjunto, porque intencionam dizer de suas característica físico-geográficas, ou relações de produção, ou de suas formas de organização, etc.

autora, considerando ela própria como parte integrante do dialogismo investigado. Afinal, como negar que, ao escrever estas páginas, a autora não está, mesmo que em relação diacrônica com o objeto, construindo novos significados e sentidos que se interpelam nesse dialogismo e que, por sua vez, estão condicionados pela relação da interpretante com seus *álteres*, entre eles a própria banca examinadora desta dissertação?

Quando se toma o objeto Nordeste como tema de um trabalho, seja acadêmico, seja artístico, este não é um objeto neutro. Ele já traz em si imagens e enunciados que foram fruto de várias estratégias de poder que se cruzaram, de várias convenções que estão dadas, de uma ordenação consagrada historicamente (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.193).

Em outras palavras, este texto e sua proposta se constituem enquanto discurso que, como todo discurso no mundo, mesmo que considerado científico, e por mais que esteja metodologicamente justificado, submete-se à coautoria inescapável advinda das relações de alteridade da autora e, também, com o que já foi dito sobre o tema.

Na exposição que segue, o primeiro capítulo apresenta o que entendemos como a hegemonia da Questão Regional Nordeste estatal e expõe o período de construção de um ideário nacional desenvolvimentista, identificando os desdobramentos das crises político-sociais e as dinâmicas de poder que possibilitaram as políticas de planificação econômica voltadas para um Nordeste estatal hegemônico sobre outros Nordeste possíveis.

O segundo capítulo, dividido em quatro partes, explica o que se entende por Questão Regional Nordeste do Partido Comunista Brasileiro e Questão Regional Nordeste do Cinema Novo, textos que mantém interlocução direta com o subcapítulo seguinte, que busca detalhar nossa compreensão sobre as imagens Nordeste/nordestinos constituintes das respectivas Questões Regionais Nordeste. Em outras palavras, buscaremos esclarecer os elementos que correspondem às

ideias sobre “Nordeste/nordestinos” presentes em *Novos Rumos*¹² e em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

O capítulo conclusivo empreenderá uma espécie de mútua interpretação imaginada entre os dois discursos. Em outras palavras, buscaremos interpretar respectivamente os juízos possíveis de serem afirmados sobre as imagens Nordeste/nordestino de um discurso, a partir da visão de mundo expressa pelo outro discurso, encontrando, desta forma, as aproximações e divergências entre o que assumimos como Questão Regional Nordeste de cada sujeito discursivo.

É necessário chamar a atenção para o caráter parcialmente autoral a que este discurso acadêmico, em forma de dissertação de mestrado, faz questão de estar limitado. O que queremos dizer com isso é que o jogo dos sentidos acima explicado, no qual os signos Nordeste/nordestino de ambos os discursos estão contrapostos (ou vistos em dialogismo), é resultado de uma construção discursiva da autora, (sempre apoiada em suas leituras sobre o tema), que não assume aqui pretensões de verdade/realidade. Conseqüentemente, não consideramos o dialogismo como algo condicionado às formas de contato direto entre os autores dos discursos, seja de qualquer natureza. Não é necessária ao dialogismo proposto a informação de que o diretor Glauber Rocha lia o jornal *Novos Rumos*, ou que os jornalistas e editores deste jornal assistiram ao filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. A princípio, nem mesmo a contemporaneidade entre os discursos seria fator condicionante à nossa proposta. O que nos interessa é, a partir do jogo dos sentidos nesse dialogismo, fazer surgirem em plenitude mais complexa os Nordestes/nordestinos constituintes das Questões Regionais Nordeste aqui citadas.

¹² A pesquisa referente a essa etapa do trabalho analisou 117 edições do jornal (em um universo de 288 exemplares produzidos) *Novos Rumos*, produzidos no intervalo entre 1959 e 1964 (ano de seu fechamento), escopo de publicações disponível para consulta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Foi feita uma primeira triagem dos 165 textos (matérias, entrevistas, colunas, etc.) contidos nesse universo de exemplares analisados; textos que faziam referências a Nordeste, nordestinos, reforma agrária, organizações do campo, entre outras, segundo os critérios para seleção descritos na introdução deste trabalho. Como forma de operacionalizar a utilização do *Novos Rumos* nesta dissertação, foi construído um corpus desse conjunto de textos, que somou 88 textos completos, entre seções especiais, entrevistas, textos de denúncia, notas, reportagens, colunas, etc. Esse corpus foi mais detalhadamente analisado e serviu à fundamentação deste trabalho. Na maioria das vezes, o texto referente ao jornal *Novos Rumos* não aparecerá na forma integral, ou seja, aparecerá sob a forma editada, em que uma parte e outra serão usadas para esclarecer pontos observados e úteis à construção dos significados deste discurso, segundo a compreensão da autora, o que quer dizer, também, que uma única matéria poderá aparecer mais de uma vez, citada em momentos diferentes do trabalho.



**Nordestes enquanto questões
nacionais**



A Questão Regional Nordeste do Estado brasileiro

Agitador, sim! Como é possível conceber a vida sem agitação?

Porque o vento agita a planta, o pólen se une ao pólen de onde nasce o fruto e se abotoa a espiga que amadurece nas searas. O gameto masculino busca o óvulo porque há uma causa que o agita. Se o coração não se agita, o sangue não circula e a vida se apaga. Que dizer da bandeira que se hasteia ao mastro e não se agita? É uma bandeira morta. Qual é, por excelência, o mérito tão grande de Bartolomeu de Las Casas? Haver agitado de maneira extraordinária o problema do índio durante sua larga e fecunda existência. É agitando que se transforma a vida, o homem, a sociedade, o mundo. Quem nega a agitação, nega as leis da natureza, a dialética, a ciência, a justiça, a verdade, a si próprio. Sabe o físico que para manter a água cristalina tem de agitá-la antes de lhe derramar o sulfato de alumínio que toma as partículas de impureza e desce com elas para o fundo. Manda o médico que se agite certos remédios no momento de tomá-los e o farmacêutico chega a escrever nas bulas este aviso: 'Agite antes de usar'. O crime não está em agitar, mas em permanecer imóvel. Uma sociedade que não se agita é como um charco, suas instituições se estagnam e apodrecem. Inútil, portanto, é tentar reprimir a agitação, envolvendo-a nas malhas do libelo acusatório. Tudo passa sobre a face da terra e debaixo das estrelas, os impérios, as tiranias, os carrascos. Mas a agitação nunca passará. Nem que haja a consumação dos séculos de que falam os profetas bíblicos. É que ela, a agitação, se nutre de uma paixão. A paixão da verdade.

Francisco Julião, Cambão¹³



¹⁴

¹³ SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador. Perfil Parlamentar Século XX, 2001. In: <http://www.alepe.pe.gov.br/perfil/parlamentares/01pdf/FranciscoJuliao.pdf>.*

¹⁴ Foto: Sebastião Salgado.

Um escopo triplo, que leva em consideração transformações de aspecto econômico, político e cultural-artístico percebidas nos anos 50 e 60, explica a constituição de uma ideia hegemônica sobre Nordeste, no âmbito do Estado, e da sociedade brasileira. Estas primeiras páginas podem ser entendidas como contexto, ou até mesmo histórico, no qual se encontra mergulhada a questão central do trabalho, um tabuleiro sobre o qual jogaremos luz para entendermos o movimento das peças em jogo. A Questão Regional Nordeste que se configurou hegemônica nos anos 50 foi resultado da luta pelo poder entre os grupos sociais ali em parceria ou confronto (poder de dizer, de construir e estabelecer verdades, ideias, imagens), tendo, para isso, sido acionados os dispositivos simbólicos necessários para construí-la e sustentá-la entre tantas outras que podiam ter sido. Quais foram e de onde surgiram os dispositivos simbólicos evocados no estabelecimento de uma hegemonia da Questão Regional Nordeste estatal? Quais grupos sociais fizeram parte desta disputa de ideias? Que outras Questões Regionais Nordeste existiram para além da que se tornou hegemônica?

*

Inicialmente, cabe entender que a ideia de um “Nordeste” enquanto região é algo que remete ao final do século XIX, tendo sido influenciada pela história da formação econômica/política nacional e de suas diferenciações. Até então, o que se considerava NE era o que se convencionou chamar de “Nordeste oriental”, mais especificamente a região de produção canavieira, cuja oligarquia estava ligada aos engenhos de açúcar – compreenderia os atuais estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte:

O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as “regiões” são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica (OLIVEIRA, 1981, p.30).

De acordo com a abordagem de Francisco Oliveira, a região era reconhecível a partir do que era considerado o *locus* da produção açucareira (estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas). Piauí e Ceará eram

indiferenciados, nunca assimilados ao que se chamava “Nordeste”. O que são hoje Bahia e Sergipe não era considerado Nordeste. Isso porque a hegemonia econômica (comercial) de um espaço sobre o outro era forte, como a hegemonia comercial de Recife em relação ao seu entorno, estendendo-se à Paraíba e ao Rio Grande do Norte.

Até o final do século XIX, a ideia que poderia caracterizar a formação econômica brasileira era a de “arquipélago” (OLIVEIRA, 1981), um conjunto de “ilhas” de produção baseadas no trabalho escravo, dispersas pelo território nacional e desintegradas, apesar de conterem características comuns, quais fossem, voltadas para o exterior e completamente dependentes da metrópole portuguesa. Nordeste como espaço territorial comumente entendido hoje, ainda no sentido privilegiado por Francisco de Oliveira¹⁵, só é compreendido pelos programas governamentais a partir do século XX, quando as consequências de secas arrasadoras acionaram um discurso regionalista para pedir a ajuda do Governo. Lembramos que a ideia de Nordeste é aqui assumida enquanto resultado de territorializações socialmente mediadas, e que privilegia menos as dimensões físicas do que os aspectos simbólicos desse processo.

“As primeiras décadas deste século XIX, e quase todo o século XX, vão configurar outro Nordeste, ou outros Nordestes” (OLIVEIRA, 1981, p.34). Esses novos Nordestes foram influenciados pelas novas configurações econômicas, marcadas, sobretudo, pela emergência e pela consolidação da economia do café, que tomou o espaço do Vale do Paraíba ao oeste paulista. O ciclo do café do Centro-Sul, apesar de fundado inicialmente pela mesma utilização de mão de obra escrava (que depois foi substituída pela mão de obra imigrante), e pela determinação comercial externa através de suas relações com potências imperialistas, representou o enfraquecimento das economias agrárias nordestinas. Surgiu uma nova classe dirigente no Centro-Sul com espírito empresário, que se beneficiou da proximidade com a capital, desde o início, articulada com o governo enquanto instrumento de ação econômica a seu favor (FURTADO, 2007).

¹⁵ Dizemos “privilegiado” porque entendemos *região* como categoria socialmente construída, ou seja, resultado da luta de representações que se instaura a partir de tradições e olhares disciplinares distintos. O geógrafo, o economista, o sociólogo, os cientistas políticos, todos tentam impor a sua perspectiva buscando a validação social de seu ponto de vista sobre a “região”. “O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora” (BOURDIEU, 2007, p.116).

O Nordeste açucareiro, por sua vez, passava a ser região “excluída dos novos circuitos de produção e apropriação do valor gerado pela mercadoria café” (OLIVEIRA, 1981, p.35). Ao mesmo tempo, enfrentava uma competição com o açúcar do Caribe, tinha seu poder político diminuído e sua expansão interrompida pelo desenvolvimento de uma segunda classe latifundiária, a do Nordeste algodoeiro-pecuário (localizado na zona semiárida), fortemente ligado ao capital comercial e financeiro inglês e norte-americano.

À época da Revolução Industrial e do avanço da indústria têxtil na Inglaterra, verificou-se um aumento da demanda por algodão. O nordeste semiárido se transformou em um *vasto algodão* – como qualifica Oliveira (1981) –, que tomou as terras do Maranhão à Bahia e se constituiu de pequenas e isoladas culturas que recebiam todo um contingente populacional não mais absorvido pelos engenhos. Como funcionava a estrutura fundiária desta economia? Era uma estrutura típica do latifúndio-minifúndio, com um custo de reprodução da força de trabalho baixo. O fazendeiro fixava de antemão o que o meeiro iria receber como parte da venda do algodão (“folha”) e “financiava” as mercadorias que o mesmo e sua família consumiam no chamado *barracão*¹⁶, de forma a endividá-lo eternamente. Nessas formas de relação exploratória da mão de obra rural se encontraram outras formas de pagamento, como o “cambão”, a “meia”, a “terça” e o “foro” da terra¹⁷. No plano econômico produtivo, a submissão do “Nordeste açucareiro e têxtil” ao “Nordeste algodoeiro-pecuário”, e de todos estes à região Centro-Sul, se deveu à manutenção desses mecanismos de acumulação primitiva considerados pré-capitalistas, o que significou a descapitalização daquelas economias. O impacto de todo esse processo de declínio econômico refletiu-se também nas ideias que passaram a ser associadas a esse território:

A imagem do Nordeste, que as crônicas dos viajantes de fins do século XVIII e princípios do século XIX descreveram em termos da opulência dos “barões” do açúcar, e que depois iria inspirar a nostálgica pseudossociologia de Gilberto Freyre, começou a ser substituída pela imagem do Nordeste dos latifundiários do sertão,

¹⁶ No barracão eram vendidos produtos de primeira necessidade a preços exorbitantes. Muitas vezes, os agricultores eram pagos em vales do barracão, ou deixavam a maior parte do salário na conta do mês que faziam ali. Os trabalhadores, por serem em maioria analfabetos, tinham pouco ou nenhum controle do que lhes estavam cobrando.

¹⁷ 1) Cambão: pagamento em forma de dias de trabalho cedidos em troca de um lote de terra para produção própria; 2) Foro: também é um pagamento pela terra que o foreiro utilizava para produção de subsistência, só que em dinheiro; 3) Meia e Terça referem-se à metade ou terça parte da produção que o camponês deveria entregar ao latifundiário pelo aluguel da terra.

dos “coronéis”, imagem rústica, pobre, contrastando com as dos salões e saraus do Nordeste “açucareiro” (OLIVEIRA, 1981, p.35).

Nas primeiras décadas do século XX, o Nordeste passa a ser associado à seca sertaneja – lugar da vulnerabilidade, da paisagem desértica, da migração, dos coronéis, da pobreza e da escassez. A seca de 1877¹⁸ é tomada como referência no discurso de vitimização adotado tanto pelas oligarquias agrárias quanto pelo Estado, e tornou-se o maior “problema” da região, chamando a atenção dos veículos de comunicação da época, que falavam do flagelo de suas vítimas e chamavam a população do Sul a contribuir em campanhas de arrecadação (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1992):

O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por esta razão, merecedora de especial atenção¹⁹ do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.68).

O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados. Lança-se mão de *topos*, de símbolos, de tipos, de fatos, para construir um todo que reagisse à ameaça de dissolução, numa totalidade maior, agora não dominada por eles: a nação. Unem-se forças em torno de um novo recorte do espaço nacional, surgidos com as grandes obras contra as secas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.67).

É possível verificar o efeito homogeneizador do regionalismo sobre o que é também diferença ou desigualdade intrarregional. Nesse caso, essa regionalização se aplica no sentido de serem obscurecidas (senão, anuladas) as desigualdades sociais e as relações de exploração internas aquele território, em um exercício de

¹⁸ “A seca de 1877-79 foi a primeira a ter grande repercussão nacional pela imprensa e a atingir setores médios dos proprietários de terra, e trouxe um volume considerável de recursos para as ‘vítimas do flagelo’ e fez com que as bancadas ‘nortistas’ do Parlamento descobrissem a poderosa arma que tinham nas mãos, para reclamar o tratamento igual ao dado ao ‘Sul’. A seca torna-se, a partir daí, o problema de todas as províncias e, depois, Estados do Norte” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.70).

¹⁹Esta “especial atenção” dada pelas instituições do estado ao “Nordeste da seca” quase sempre beneficiava as oligarquias agrárias e fortalecia o sistema de latifúndio, e ficou conhecida como “indústria da seca”.

construção simbólica de um “todo Nordeste” em desvantagem com um “Centro-sul desenvolvido”, porque aquele estaria submetido às desgraças naturais do meio. A partir da década de 20 até meados do século XX, o Brasil é assim enxergado, de forma dicotômica, cindido entre uma área moderna e outra arcaica. O Sul (mais precisamente São Paulo) do país era visto como a parte burguesa, área da cultura moderna e urbano-industrial, movimentada e polifônica, berço da nação *civilizada, progressista e desenvolvimentista* (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999). Nordeste estaria relacionado ao rural, ao tempo colonial, aos modos de produção feudais, enfim, a tudo o que o Sul não deveria ser.

O Brasil seria um país cindido entre a inteligência do Sul, mais bem aparelhada em seus conceitos de realidade; e, de outro lado, o “nortista”²⁰, fantasioso, imaginoso e sensitivo, delirante e compadecido. Razão e sentimento, dilema em que se cindia a identidade nacional, representada pela divisão entre suas duas regiões (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.104).

Em comparação com a trajetória econômica dos “Nordestes açucareiro-algodoeiro-pecuário”, tomou rumo diverso a “região do café”, no Centro-Sul. Esta gerou o acúmulo de capital com o qual emergiu a industrialização e a força de trabalho como mercadoria. O fazendeiro do café e o imigrante foram personagens importantes no que José Carlos Reis chama de infância da burguesia brasileira, apesar de gestada sobre as bases do latifúndio exportador (REIS, 2007). Essa burguesia industrial, em um primeiro momento, teria coexistido com o latifúndio, fonte de seu capital produtivo, para depois sobrepor-se a ele. Entre 1905 e 1913, o Brasil diversificara sua economia e, com a I Guerra Mundial, verificou-se uma utilização intensa de sua capacidade produtiva, já concentrada em São Paulo (TAVARES, 2004, p.48).

Em São Paulo a indústria contou com importantes excedentes gerados pela própria economia cafeeira, com expressivo e diversificado mercado regional e com uma mão de obra disciplinada e abundante, assegurada pelas políticas de subsídio à imigração europeia (VAINER; ARAUJO, 1992, p.17).

Os anos 30 abrigaram intenso debate político a respeito da identidade nacional. A tentativa de sobrevivência das economias monocultoras agroexportadoras frente à poderosa economia industrial não aconteceu

²⁰ Aqui o autor usa a expressão “nortista” entre aspas, muito provavelmente para expressar o entendimento de Nordeste como pertencente a um todo região Norte, em contraposição à outra porção compreendida como Sul.

desacompanhada do plano ideológico que, de certa forma, reafirmava a hegemonia de valores de progresso atrelados à industrialização, em oposição às qualificações atribuídas ao Nordeste agroexportador (rural, fantasioso, delirante, atrasado, etc.). Há uma valorização da modernização racional em todas as esferas da vida (política, econômica, social) enquanto saída do atraso, em oposição às relações pessoais, características do latifúndio. Obra emblemática que expressa o espírito dessa época é *Raízes do Brasil* (1936), de Sergio Buarque de Holanda, em que o autor critica a implantação de uma cultura europeia no Brasil e, a partir de sua análise interpretativa sobre a formação da sociedade brasileira – apoiada em seus tipos weberianos (do trabalhador e do aventureiro, do sementeiro e do ladrilhador, do homem cordial, etc.) – atribui à revolução brasileira a necessidade de uma mudança de mentalidade supostamente do tipo clientelista, preguiçosa e desorganizada, para uma mentalidade imaginada cidadã, empreendedora e de espírito coletivo. Dizia o autor:

O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente energética do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação, ou antes, uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (HOLANDA, 1936, p.61).

Esse ideário de racionalidade se identifica com a construção de uma nação urbano-industrial, até então, concentrada no Centro-Sul. Apesar de a Revolução de 30 ter representado uma derrota para as oligarquias agrárias, no compasso da ambicionada modernização, urbanização e industrialização via racionalização da sociedade, o mesmo não se verificou nas intervenções do Estado em relação ao “Nordeste agrário e pobre das secas”, onde se mantiveram os modos de produção pré-capitalistas, no qual permanecia a valer a lei personalizada do latifúndio e a sistemática exploração do trabalhador do campo. Ali, muito pelo contrário, as ações estatais serviram para a manutenção do poder oligárquico daquela classe latifundiária.

O DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – 1945)²¹ formou uma excelente equipe de engenheiros, botânicos, agrônomos, etc. Houve avanço no conhecimento físico das áreas semiáridas sobre suas potencialidades e

²¹ Nova denominação conferida ao IFOCS (1909) pelo Decreto-Lei nºL8.846, de 28/12/1945, também diretamente subordinado ao Governo Federal. As atividades de ambos os órgãos compreendiam a continuidade das soluções hidráulicas para o problemas das secas (COHN, 1976).

limites do solo, mas isso não significou a constatação de que suas estruturas social, econômica e política viessem a significar um problema. Esse órgão não representou uma política planejada, pois sua atuação, de caráter tecnicista e assistencialista, visava apenas à mitigação dos efeitos do fenômeno climático da seca, e poderia se dar em qualquer parte do país (construção de barragens, perfuração de poços, construção de estradas de rodagem, programas de assistência aos flagelados, tudo na propriedade de grandes e médios fazendeiros). Financiado pelo Estado, esse órgão nunca teve por objetivo a transformação na estrutura social produtiva do “Nordeste agrário das secas”, e sim a manutenção das condições para a sustentação da mesma. A direção dos DNOCS estivera sempre sob o domínio das oligarquias do Nordeste, viabilizando a fixação de mão de obra barata naquele território, principalmente nos períodos em que ela ameaçava ir embora durante as secas.

O investimento do DNOCS reforçava, num caso como no outro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do “fundo de acumulação” próprio dessa estrutura, representado pelas “culturas de subsistência” dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sítiantes (OLIVEIRA, 1997, p.54).

A atuação do Estado passou a ser regulada por esta nova elite industrial do Centro-Sul, prejudicando as economias agroexportadoras (OLIVEIRA, 1981) e também a pequena indústria nordestina, localizada nos centros urbanos, já que essa ainda se voltava “para fora”, ou seja, para o mercado consumidor da região Centro-Sul (COHN, 1976).

O desenvolvimento industrial do Centro-Sul teria sido favorecido pelos investimentos estatais no setor de infraestrutura, como a construção de estradas para a circulação de suas mercadorias. Também foram suprimidas barreiras alfandegárias entre os estados, instituiu-se o imposto de consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país e se aboliu a capacidade de cada estado legislar sobre o comércio exterior. Tendo São Paulo como centro e Rio de Janeiro como subcentro, essa região começou a “[...] forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao ‘arquipélago’ de economias regionais até então existentes” (OLIVEIRA, 1981, p.74). “Estava-se na verdade em presença da implantação de um projeto de Estado Nacional unificado [...] que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica” (OLIVEIRA, 1981, p.75).

O intenso fluxo migratório constituía o exército industrial de reserva da região industrial (contribuindo para manter baixos os salários de toda a massa trabalhadora), e a triangulação das trocas de mercadorias Nordeste–Exterior–Centro-Sul–Nordeste²² lhe era desvantajosa. Há um predomínio das mercadorias do Centro-Sul em todos os setores, já que esta região assumiu o comando e submeteu o capital nordestino à sua forma de reprodução. A ligação Estado/burguesia industrial mostrava-se forte, assim como era competitiva a sua capacidade de produção, e isso significou a destruição das outras economias regionais, tanto a açucareira-têxtil, quanto a algodoeira-pecuária. “O ultimato do capital industrial à economia agroexportadora podia ser sintetizado em: ou te reproduzes como eu, ou te extinguirás” (OLIVEIRA, 1981, p.84).

Diante do exposto, percebe-se que vários fatores de caráter econômico combinaram-se para que a imagem correspondente a Nordeste fosse, cada vez mais, enxergada e construída enquanto território decadente, parado no tempo, relacionado a modos de produção arcaicos e anticapitalistas, de baixa produtividade e competitividade, contrário aos ideais de modernização e industrialização propugnados desde a Revolução de 30 e sustentado nos anos 50 e 60. Interessamos analisar de que forma tais ideias constitutivas desse Nordeste se relacionaram com as políticas de governo das décadas seguintes, em especial no Governo de Juscelino Kubitschek, período em que o Nordeste passou a significar também um obstáculo à acumulação industrial liderada pelo Centro-Sul do país, convertendo-se em um território sob intensa intervenção estatal através da planificação territorial e econômica.

Porém, não é possível partir para a compreensão desses movimentos do Estado e de constituição de Questão Regional Nordeste estatal sem antes focalizar o que representaram o governo nacional desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e o cenário de agudização das desigualdades internas a essa sociedade considerada atrasada e arcaica, resultante de toda a conjuntura até aqui observada.

O Governo de Juscelino Kubitschek levou a marca do espírito modernizador, assumindo como sinônimo de desenvolvimento o crescimento econômico e industrial, sob os paradigmas da integração nacional, da Nação moderna e do País

²² Quer dizer, as divisas de exportações realizadas pelo NE eram investidas na “região indústria” que, por sua vez, se tornava mais competitiva que a indústria nordestina e invadia o mercado consumidor dessa região.

do futuro. De 1955 a 1961, a produção industrial nacional cresceu 80%, e o crescimento *per capita* foi aproximadamente três vezes maior que no resto da América Latina (SKIDMORE, 1975). O presidente prometeu cinquenta anos de progresso em cinco de governo à base de muita negociação com todas as classes brasileiras. Mesmo na linha do desenvolvimento nacionalista, seu governo foi receptivo ao comércio internacional, na medida em que concedia incentivos aos investidores estrangeiros no Brasil, e fazia empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional. Por outro lado, esse Governo assegurava o mercado para a indústria nacional a partir de uma política de créditos e da concessão de generosos aumentos salariais à classe trabalhadora, mantendo certo controle governamental na estrutura sindical. Também não ignorava os pedidos de modernos equipamentos aos militares e proferia um discurso típico nacionalista, apesar de este não conter ingredientes antiamericanistas. Radicais de esquerda ou de direita não tirariam o Brasil do caminho democrático. Tratava-se de construir uma atmosfera geral de confiança entre os brasileiros sobre o futuro do país. O símbolo que Kubitschek escolheu foi a capital, Brasília – arrojado projeto milionário assinado pelo brasileiro urbanista Lúcio Costa e pelo arquiteto mundialmente conhecido Oscar Niemeyer –, cidade inaugurada em 1960 e que representou o novo, inclusive pela instalação de uma universidade, que serviria como modelo da reforma de ensino. Foi criado um clima de expectativa entre os brasileiros, ao passo que também se desviava a atenção dos problemas sociais e econômicos, tais como a reforma no sistema agrário. “O seu sucesso mostrou que era um aluno hábil de Vargas [...]”²³ (SKIDMORE, 1975, p.214).

A essa altura, o “Estado empresário industrial” (COHN, 1976, p.39), presente desde os governos Vargas, já havia criado a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN – 1943), a Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF – 1945), o Banco

²³ O populismo, como estilo de governo que caracterizou também o Governo JK, que tinha como base ideológica o nacional desenvolvimentismo, que envolveu civis e militares, liberais e esquerdistas, assalariados e estudantes universitários, pode remeter à ideia de paternalismo e manipulação das massas, mas vai além, porque também é reconhecido como um modo de governar em que se faça ouvir as insatisfações das massas, em uma forma de *aliança* entre massas trabalhadoras e Estado, em que, evidentemente, o primeiro segmento nunca deteve a hegemonia, mas que, no entanto, para realizar-se, é necessário o atendimento de algumas de suas reivindicações básicas (WEFFORT, Francisco C. in FURTADO, 1968). Foi no contexto populista varguista que as classes assalariadas lograram conquistas significativas, como o salário mínimo (1940) e as Leis Trabalhistas (1943), e que se realizou a *Campanha do Petróleo* (1947-1953), reafirmando certa independência na política externa. Por outro lado, o populismo e as políticas de massa “estabeleceram os limites e as condições tanto da politização como da atuação política do proletariado urbano, de certos setores da classe média, dos estudantes universitários e, depois, do proletariado agrícola” (IANNI, 1971, p.98).

Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, 1952 – criado principalmente para a diversificação da indústria nacional), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB – 1952) e a Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (Petrobras – 1953), passando, desde a segunda metade dos 50, a investir pesado no transporte e em energia, além de outros setores estratégicos, com o objetivo de integrar o parque industrial brasileiro. O Governo Kubitschek foi considerado heterogêneo porque, ao mesmo tempo em que integrava um setor nacionalista e empreendia campanhas pela defesa do monopólio estatal do petróleo, também se associava ao capital internacional, como na ocasião em que cedeu o arquipélago Fernando de Noronha aos Estados Unidos para que este país ampliasse suas instalações defensivas contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e instalasse uma estação de rastreamento de foguetes.

Nesse mesmo período, a seca de 1958 contribuiu para fazer aquele “Nordeste subdesenvolvido e pobre” das oligarquias agrárias ainda mais miserável aos olhos do Estado e do próprio Centro-Sul. Grandes periódicos nacionais denunciavam o quadro calamitoso em que se encontrava a população. A burguesia paulista era chamada a encontrar-se com a velha burguesia industrial nordestina a fim de aliar-se a esta classe decadente em uma espécie de “missão Nordeste” (TAVARES, 2004, p.98).

Manifestando-se solidários com os empresários nordestinos, os empresários paulistas declararam que a divisão do país em zonas de prosperidade, ao Centro-Sul, e em áreas de pauperismo, ao Norte e Nordeste, seria uma ameaça à unidade nacional. Afirmam que ao Brasil não convém mais sua divisão em ‘dois brasis’; o do progresso constante e o da estagnação econômica. O Brasil do passado e o Brasil do presente (TAVARES, 2004, p.98).

Segundo Francisco de Oliveira, todo esse processo não foi puramente econômico, porque implicou em movimentos que envolveram a estrutura de poder principalmente. Tanto a divisão regional do trabalho quanto o quadro de declínio econômico do Nordeste vitimizado, resultante dos aspectos anteriormente levantados, fizeram aparecer conflitos de classes nas regiões, que não se diferenciavam apenas pela intensidade com que aconteciam, mas em suas naturezas. Se no Centro-Sul apareceram burguesia industrial e proletariado urbano, no “NE” apareceu o campesinato. E quem foi esse campesinato?

Os anos 50, já marcados pela Guerra Fria, se iniciam com a Revolução Nacionalista Boliviana (1952) e se encerram com a Revolução Socialista Cubana (1959). Vivia-se um processo de radicalização política no campo, pois a burguesia industrial do Centro-Sul, ao caminhar para a hegemonia, submeteu os trabalhadores do campo ainda mais à exploração do latifúndio, intensificando as desigualdades sociais intrarregionais. Esse contexto fermentou a organização das camadas populares e trabalhadoras rurais, que em muito dialogaram com os acontecimentos internacionais de mesma natureza, assim como com os movimentos de massa urbanos.

Em 1955, ressurgiu o movimento das Ligas Camponesas²⁴, localizado principalmente em Pernambuco. O questionamento à propriedade da terra e a reforma agrária (junto à liberdade de organização) serão as principais bandeiras de luta no interior desse movimento rural. Para os trabalhadores camponeses, as relações sociais, a dinâmica das relações de exploração, enfim, a estrutura de poder e de dominação que eles viviam no campo serão enxergadas como fundamentalmente determinadas pela propriedade da terra em um país em que mais da metade da população dependia desse meio para o seu sustento, e que a concentração da propriedade agrária atingia níveis altíssimos, segundo censo de 1950 (PRADO JUNIOR, 1979, p.16). Aqui e ali, uniram-se os camponeses, incendiados por quem viria ser seu principal líder político, o parlamentar e advogado Francisco Julião (PSB):

Da conversa de “pé de pau”, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga de galo, no eito, na palha de cana, no boletim escrito em linguagem singela em tom evangélico, como o “Guia”, o “ABC”, o “Recado”, a “Cartilha”, a “Carta de Alforria”, tudo o que a experiência indica e a imaginação sugere, é usado como meio para despertar, atrair, unir e organizar os camponeses em Ligas (JULIÃO, 1961, p.33).

No universo das Ligas Camponesas, foi através da diversidade cultural sertaneja (o violeiro, o folhetinista, o folclore, os cantos, as poesias e as narrativas históricas) que as ideias e denúncias circularam com grande força pela população, em grande maioria analfabeta. *A chegada de Lampião ao Inferno*, de José Pacheco da Rocha, foi um folheto cuja tiragem anual atingiu duzentos mil exemplares no período, apesar de editado há mais de vinte anos. “O inferno que o camponês

²⁴ Sobre o surgimento das Ligas Camponesas, na década de 40, ler nota da página 14.

descreve tem vigia, depósito de algodão, casa de ferramentas, vidraça, oitão, cerca e portão. Não é outra coisa senão a fazenda do latifúndio” (JULIÃO, 1964, p.39). A população de que fala Francisco Julião era extremamente religiosa e mística, daí as associações entre inferno e latifúndio, ou diabo e latifundiário, nas manifestações culturais das camadas mais populares (foreiro, meeiro, parceiro, rendeiro, pequenos proprietários). Essa realidade não deixou de ser bem aproveitada nas mensagens direcionadas a essa população, pois Francisco Julião dominava bem as imagens com as quais podia mobilizar os camponeses: o Código Civil e a Bíblia. Segundo uma de suas cartilhas:

O latifúndio diz assim: “Deus castiga aquele que se rebela contra ele. Se um é rico e outro é pobre, se um tem terra e outro não, se um deve trabalhar com a enxada para dar o ‘cambão’ e outro se mantém e se enriquece com o fruto desse ‘cambão’, se um vive num palácio e o outro numa palhoça, é porque Deus quer. Quem se rebela contra isso, se rebela contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem o quer...” Assim fala o latifundiário ao camponês. Usa o nome de Deus para assustar-te. Porque tu crês em Deus. Porém esse Deus do latifundiário não é teu Deus. Teu Deus é manso como um cordeiro. Se chama Jesus Cristo. Nasceu em um estábulo. Viveu entre os pobres. Se rodeou de pescadores, camponeses, operários e mendigos. Queria a liberdade de todos eles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E o fruto era comum. São suas as seguintes palavras: “É mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha, que um rico entrar no reino dos céus”. Porque afirmava essas coisas foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje seria fuzilado. Ou o internariam num asilo de loucos. Ou seria preso como comunista. Escuta bem o que te digo camponês. Se um padre ou pastor te fala em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios e trovões e o fogo do inferno, saiba que esse padre ou esse pastor são servos do latifúndio e não um ministro de Deus (*Cartilha do camponês* – Julião, 1960, p.55-56)²⁵.

Se o Nordeste era lugar de miséria, fome, desamparo, fraqueza, falta de união, abandono, ignorância, atraso, não o era por determinação divina, pelas condições climáticas ruins, ou por ordem do destino, mas pela injustiça e pelo desrespeito ao Código Civil, que diz que “todos são iguais perante a Lei”.

Em 1954, foi criada a SAPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco –, entidade que reuniu 140 famílias de camponeses do Engenho

²⁵ Entre outras publicações de 1960 de autoria das Ligas: *Guia do Camponês*, o *ABC*, o *Recado*.

Galileia, de Vitória de Santo Antão, próximo a Recife, engenho este em *fogo morto*, ou seja, não estava mais produzindo açúcar. Essa Liga Camponesa serviu de estímulo a todas as demais²⁶. Entre os seus objetivos estavam a busca de recursos para construir uma escola e garantir assistência médica e jurídica para os camponeses. Também pretendia formar uma cooperativa de crédito para a compra de sementes, adubos e instrumentos agrícolas, e ajudar a pagar a dívida dos que estivessem com o pagamento do foro atrasado. Possuía, no início, um caráter assistencialista. Com o tempo, os camponeses passaram a ir além, a questionar as relações de poder e submissão em que se encontravam frente à figura do proprietário e buscaram para isso amparo jurídico no Código Civil como instrumento de defesa pelos seus direitos²⁷:

Um movimento que, entre os camponeses, se iniciasse tendo a imagem de “desrespeito à lei” não prosperaria [...] Mais tarde, com o movimento consolidado e a confiança conquistada, então se poderia avançar no sentido de contestar e até transgredir a lei – ação que seria adotada, inclusive, no mais famoso slogan das Ligas: “Reforma agrária na lei ou na marra” (SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*, 2001, p.18).

Em 1956, as Ligas Camponesas organizaram o I Congresso Camponês de Pernambuco, em Recife, que mobilizou três mil pessoas pela desapropriação do Engenho da Galileia e também pelo fim do cambão, do barracão, do aumento do foro e pela reforma agrária. Daí por diante, as marchas foram frequentes não só nas cidades maiores, como também no interior. As tentativas de expulsar os camponeses da Galileia acabaram por fazê-los travar uma verdadeira guerra judicial.

Em 1958, as Ligas Camponesas organizaram 80 atos públicos em Recife, mas foi um despacho judicial, autorizando a desapropriação das terras do Engenho da Galileia, que acirrou o confronto com os proprietários. Assim mesmo, só em 1959 os camponeses conseguiram a desapropriação das terras que ocupavam, o que significou vitória exemplar do movimento das Ligas Camponesas:

²⁶ Segundo Vandek Santiago, nessa época não existiam sindicatos rurais em Pernambuco, apesar de estarem previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1945); na prática, não existiam.

²⁷ Abre-se, aqui, um pequeno parêntese para informar que os próprios termos *camponês* e *Ligas Camponesas* causaram um caloroso debate, por volta de 1955, na Assembleia Legislativa de Pernambuco quando o deputado Francisco Julião foi aconselhado a chamar o homem do campo organizado de *rurícola*, pois *camponês* assumia uma carga política e ideológica demasiado forte. Sem dúvida, como elucidado na parte de introdução deste trabalho, é também nesse sentido que buscamos investigar a força de um discurso, logo a partir da *palavra*, do *nome*, ou seja, do poder simbólico contido em um *significante*. “Antes de se apropriarem das terras, Julião e as Ligas começaram se apropriando das palavras” (SANTIAGO, Vandek, 2001, p.22).

[...] naquele caso, não era só a terra de um engenho que estava em jogo – era o simbolismo do gesto, o valor político da desapropriação. Nunca, antes, na história do Nordeste, os camponeses tinham tido tanta força e levado tão adiante suas reivindicações. As classes dominantes consideravam que a desapropriação “abria um precedente perigoso” em relação à propriedade privada. Temiam que o ato se tornasse um estopim para novas reivindicações. Para estes, ao ceder em relação ao Galileia, o Governo permitia que as Ligas e Julião usassem o ato como um fermento para crescerem – o que, de fato, acabou acontecendo (SANTIAGO, 2001, p.28).

Editoriais e artigos de imprensa criticavam a decisão judicial, alegando representar uma ameaça sem precedentes à propriedade privada e à ordem social. Protestava o jornal *Estado de São Paulo* em editorial no dia 18 de fevereiro de 1960:

Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio de desapropriar as terras do Engenho Galileia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria, como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos.²⁸

Durante o período de 1955 a 1958, Pernambuco esteve sob o governo do General Cordeiro de Farias. Foi quando se registrou o maior número de prisões políticas e assassinatos. Só no ano de 1956 ocorreram 630 prisões políticas de camponeses, operários e estudantes, a maioria comunistas, socialistas e trabalhistas ligados ao povo (JULIÃO, 1964)²⁹.

Fortemente inspirados pela revolução de Fidel Castro, os camponeses resistiram e ainda fizeram manifestações de apoio a Cuba, organizando protestos repletos de camponeses, operários e estudantes contra a tentativa de invasão organizada e financiada pelos EUA (Baía dos Porcos), ou prestando sua solidariedade nas comemorações pelo Dia do Trabalho³⁰.

²⁸ Fonte: MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas e a construção do golpe de 1964 – http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_ pernambuco_02.pdf.

²⁹ O Arquivo Público Estadual de Pernambuco possui, em seu acervo, documentação do Dops em que é possível acessar relatórios produzidos para fins de monitoramento, controle e repressão das Ligas Camponesas: quais eram seus principais líderes, onde se localizavam, entre outras informações.

³⁰ Sobre o latifúndio: “Morrerá como foi morto em Cuba, onde o grande Fidel Castro entregou a cada camponês um fuzil e disse: ‘Democracia é o governo que arma o povo’. Eu fui lá e vi tudo, camponês. Em Cuba não há mais cambão, nem meia, nem terça, nem vale, nem barracão e nem capanga. Lá naquela ilha libertada ninguém arranca mais lavoura. Nem põe a casa abaixo. Nem bota o gado no roçado. Nem cobra por um quadro de terra 150 quilos de algodão” (*Cartilha do Camponês* – Francisco Julião, 1960).



Fig. 1: Francisco Julião ao lado de Fidel Castro. Havana, 1961.³¹

Na medida em que o poder de organização dos agricultores aumentava, surgia a tensão sobre até onde toda essa mobilização poderia levar a Nação:

O Nordeste [...] constitui a mais extensa dentre as zonas de mais baixo desenvolvimento, ou mais agudamente subdesenvolvidas, de todo o Hemisfério Ocidental. O Nordeste é socialmente mais explosivo que a maioria das regiões subdesenvolvidas. Como modificar o curso do processo histórico que está sovacando a unidade deste grande País, ao mesmo tempo que permite a formação dentro de nossas fronteiras, de uma área que poderá vir a constituir um problema para todo o hemisfério? (FURTADO *apud* COHN, 1976, p.81).

Dessa forma, o “Nordeste agrário e atrasado” estatal, que se remetia às ideias de arcaísmo, pobreza, subdesenvolvimento e lugar da irracionalidade, tão desprezada desde a década de trinta, começava a ser visto pelo Estado como um cenário de conjuntura política explosiva, uma ameaça de revolução comunista que caminhava para o descontrole, muito embora o governo não tenha assumido isso oficialmente. Independente do incontestável cenário de instabilidade política, o Estado construiu o Nordeste como uma questão econômica baseada em dados estatísticos, uma espécie de bloqueio ao desenvolvimento econômico de todo o país, demonstrado em tabelas e números – surge o “Nordeste problema” principalmente a partir da comparação com o Centro-Sul desenvolvido através dos pares seco/úmido, pobre/rico, deserto/povoado, arcaico/moderno, atrasado/desenvolvido. Na proposição de soluções para o “Nordeste problema”,

³¹ Fonte: SANTIAGO, 2001.

nunca se chegou a reconhecer publicamente o movimento camponês enquanto um movimento legítimo de contestação das características estruturais daquela sociedade agrária.

Foi no Governo Juscelino Kubitschek que se empreendeu uma apurada sistematização de dados estatísticos sobre esse Nordeste arcaico, envolvendo comparação de níveis de renda, ritmo de crescimento econômico, níveis de concentração de renda e dinâmica desigual de transferências de divisas. Tal levantamento de informações levou à conclusão de que as desigualdades regionais ali apontadas eram nocivas ao fortalecimento da Nação industrial como um todo. Essas desigualdades apareciam creditadas especialmente aos modos de produção de um território já desfavorecido pela “escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração da renda na economia açucareira, predominância do setor de subsistência na pecuária do setor do *hinterland* semiárido”, como apontou o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN – 1959), coordenado pelo economista de influência cepalina³² Celso Furtado, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Codeno)³³. Esse relatório foi a “peça central” (TAVARES, 2004) da Operação Nordeste³⁴ e documento marco para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O diagnóstico produzido por sua análise construía um Nordeste enquanto periferia, como fornecedor de divisas de exportação, mão de obra barata, alimentos e outras

³² A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Reuniu grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano e postulava que a industrialização era o principal caminho para a superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina, considerados periféricos em relação aos centros desenvolvidos (Estado Unidos e alguns países europeus). A Cepal procurava demonstrar que a difusão internacional do progresso técnico e de seus benefícios teria ocorrido de maneira diferenciada entre os países do centro e da periferia, deixando-os crescentemente distanciados em termos de desenvolvimento econômico e social. Como proposta, pregava a adoção de políticas governamentais deliberadamente industrialistas, caminho único, para os cepalinos, para a superação da condição periférica.

³³ Codeno: composto por um secretário-executivo, de nomeação da Presidência, governadores dos nove estados do Nordeste e representantes dos ministérios federais.

³⁴ A Operação Nordeste, lançada pelo presidente Juscelino Kubitschek, reuniu os governadores de todos os estados nordestinos no Palácio do Catete, onde receberam a cópia do relatório do GTDN e tomaram conhecimento do Plano de Ação do Governo Federal e de sua execução imediata. Encaminhou-se um projeto de lei ao Congresso Federal, que previu a instituição de uma agência (Sudene) que coordenaria a política de desenvolvimento do Nordeste. Para acelerar a aprovação dos projetos aprovados pelo Grupo de Trabalho, criou-se, também, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, o Codeno (TAVARES, 2004).

matérias-primas para o desenvolvido Centro-Sul, onde a renda industrial chegava a ser cinco vezes maior do que a sua nesse período (COHN, 2007). Dessa forma, o Nordeste se mantinha condicionado ao atraso e não significava mercado consumidor industrial, mas uma fonte de gastos públicos assistencialistas, “um problema” (GTDN, 1959, p.7) para o qual o Estado tinha a solução:

Na verdade, se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda (GTDN, 1959, p.52).

Segundo o relatório do GTDN, o território Nordeste é algo que passa a ser assunto de políticas públicas que não deveriam visar somente o combate às secas, mas promover o desenvolvimento regional a partir da diversificação da própria produção interna e da industrialização via intervenções estatais planejadas. O “Plano de Ação” do referido relatório propunha: i) a intensificação de investimentos industriais na região³⁵; ii) a transformação da economia agrícola na faixa úmida (diversificação) para aumentar a oferta de alimentos aos centros urbanos; iii) a transformação da economia das áreas semiáridas a fim de torná-las mais resistentes às secas; e iv) o deslocamento da área agrícola, incorporando o *hinterland* maranhense para receber os excedentes populacionais da faixa semiárida. Em relação a essas ações, cabe dizer que o relatório do GTDN era apresentado como uma proposta de política de desenvolvimento regional diferente das políticas de soluções hidráulicas que vigoraram até meados do século XX, assinalando a passagem da política baseada na compreensão de fatores físico-climáticos para uma política que tinha o planejamento econômico em primeiro plano.

Ainda segundo o relatório, a industrialização empreenderia as seguintes transformações: i) diminuiria o desemprego; ii) criaria uma nova classe dirigente, “imbuída do espírito do desenvolvimento”; e iii) fixaria na região capitais que tendessem a migrar. Sobre os objetivos do GTDN, analisou Caio Prado Junior:

Como se vê, os problemas agrários são aí propostos em termos de que se excluem inteiramente as questões relativas ao próprio

³⁵ Conclui-se como principal consequência desses mecanismos a transferência da burguesia nacional e internacional associada ao Centro-Sul para o Nordeste, pois se criava um excedente, conseguido em forma de economia de imposto, que se transformava em capital produtivo.

fundamento em que assentam as atividades agrícolas e pastoris, a saber, a terra e sua apropriação. Repete-se aí, e dessa vez, na palavra de um economista do porte do Sr. Celso Furtado, o grave erro de confundir os diferentes setores, categorias e classes sociais diretamente ligados às atividades agrárias no conceito genérico de “agropecuária”. Ora, os problemas agrários, como quaisquer outros problemas, sociais e econômicos, são antes de tudo “humanos”. Não é, evidentemente, possível considerar estas categorias e classes sociais tão apartadas umas das outras, com seus respectivos problemas de natureza tão diversa, em conjunto, e como se fossem uma totalidade indiscriminada (PRADO JUNIOR, 1979, p.20).

A segunda metade da década de 1950 assinala o início do processo pelo qual o Nordeste deveria ser território integrado à Nação industrial, por força e comando do próprio Estado³⁶, a princípio, em reação aos riscos de um desenvolvimento desequilibrado (rendimentos decrescentes, falta de mão de obra e pontos de estrangulamento por falta de mercados consumidores – TAVARES, 2004, p.88) e em prol da unidade nacional.

Segundo Francisco de Oliveira, a proposta de integração do Nordeste à economia nacional, visando seu próprio desenvolvimento, significou, na prática, a abertura dessa “região periferia” aos capitais industriais do Centro-Sul, visto que estes já estavam em posição de vantagem econômica competitiva em relação àquela região.

Mas o que aqui nos interessa é ressaltar o caráter preventivo que a política iniciada no Governo Juscelino significou para o Estado e para todas as classes dominantes (seja do campo ou da cidade) em oposição a este “Nordeste explosivo”. Na visão de Francisco de Oliveira, empreendeu o Estado um movimento que teria como maior resultado evitar a confluência das forças populares que se organizavam no campo em escala nacional:

Nos “Projetos apresentados ao Governo da República Federal Alemã”, in SUDENE-BOLETIM ECONÔMICO. Vol.1 n°1, 1962, faz-se referência explícita à quebra da *pax agrariae* nordestina: “A crescente pressão demográfica que se constata no Nordeste tem suscitado problemas *sociais e políticos de suma gravidade* – grifos nossos – que podem ser sintetizados nos seguintes fatos:

- a) clima geral de insatisfação;
- b) criação de ressentimentos em relação às áreas mais desenvolvidas do país;

³⁶ Conclui Otavio Ianni a respeito desse processo: “Em certo sentido, foram Celso Furtado (com a Sudene) e Miguel Arraes (com a política trabalhista) que ‘levaram’ a Revolução de 30 ao Nordeste” (IANNI, 1971, p.84), como se as políticas de massa tivessem chegado ali com certo atraso.

c) aparecimento de associações camponesas com vistas a resolver o problema imediato de acesso à terra (OLIVEIRA, 1981, p.114).

O ataque à organização rural, no qual a Sudene esteve à frente, teria sido feito pelos “flancos” no intuito de garantir os interesses do capital nacional e internacional na região, e teve como maior consequência a manutenção da estrutura produtiva exploratória, característica do sistema latifundiário, visto que, no que concerne a qualquer tipo de reforma agrária, o relatório do GTDN se manteve no mais expressivo silêncio. Dessa forma, conclui Francisco de Oliveira sobre o que aqui chamamos Questão Regional Nordeste estatal: “Foi algo constituído em sua dimensão nacional não só devido a razões exclusivamente econômicas, mas principalmente políticas” (OLIVEIRA, 1981).

Acrescentando as conclusões de Francisco de Oliveira, dizemos que o desfecho de toda esta problemática envolveu a dimensão simbólica, na medida em que esteve em jogo a sustentação de uma imagem produzida sobre Nordeste, que em muito serviu a estratégia do Estado para alcançar seus objetivos. A imagem do território periferia, agrário, castigado pela natureza, carente de políticas públicas, desvinculado do progresso industrial para o qual estaria caminhando toda a nação, lugar de pobreza, coronelismo, comportamentos irracionais, números estatísticos catastróficos, entre outras atribuições, fez surgir um “território falta” a que correspondeu o Nordeste constituinte da Questão Regional Nordeste do Estado.

Capítulo 2

Nordestando...

Da Lama ao Caos

*Posso sair daqui para me organizar
 Posso sair daqui para desorganizar
 Posso sair daqui para me organizar
 Posso sair daqui para desorganizar*

*Da lama ao caos, do caos à lama
 Um homem roubado nunca se engana
 Da lama ao caos, do caos à lama
 Um homem roubado nunca se engana*

*O sol queimou, queimou a lama do rio
 Eu vi um chié andando devagar
 E um aratu pra lá e pra cá
 E um carangueijo andando pro sul
 Saiu do mangue, virou gabiru*

*Ô, Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
 Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
 Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola
 Ia passando uma veia, pegou a minha cenoura
 “Aí, minha veia, deixa a cenoura aqui
 Com a barriga vazia não consigo dormir”*

*E com o bucho mais cheio comecei a pensar
 Que eu me organizando posso desorganizar
 Que eu desorganizando posso me organizar
 Que eu me organizando posso desorganizar*

*Da lama ao caos, do caos à lama
 Um homem roubado nunca se engana
 Da lama ao caos, do caos à lama
 Um homem roubado nunca se engana*

(Chico Science, *Da Lama ao Caos*, 1994)

Este capítulo ganha o título geral “Nordestando” porque aqui se pretende dizer das Questões Regionais Nordeste do PCB e do Cinema Novo em correspondência com a parte em que vamos analisar de forma direta o “nordestar” de cada discurso, o jornal *Novos Rumos* e o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

Seção I – Um nordestar partidário

2.1 A Questão Regional Nordeste do Partido Comunista Brasileiro

De acordo com José Carlos Reis, é nos anos 40 que o paradigma marxista se firma no Brasil³⁷ como teoria e método de interpretação da realidade brasileira e também como caminho a ser seguido politicamente pelos militantes do movimento operário e por intelectuais da esquerda ligados principalmente às Universidades. Nelson Werneck Sodré³⁸ foi um dos mais importantes teóricos do marxismo do Partido Comunista Brasileiro até 1950, quando o Partido procurava agitar as massas e articular com os líderes burgueses populistas (REIS, 2007). À parte a diversidade de correntes que existiram no universo do marxismo no Brasil, interessa-nos priorizar o enfoque dado pelo PCB neste período da década de 50, no qual enxergamos a construção de uma Questão Regional Nordeste.

A revolução postulada pelo PCB, nesta época, era uma revolução democrático-burguesa, porque, segundo suas teses, as condições políticas e econômicas do Brasil apontavam para busca do socialismo alcançado necessariamente através da anterior eliminação de supostos entraves feudais na economia e estrutura social do país, removendo, assim, os obstáculos no setor das forças produtivas. A partir da ambicionada revolução burguesa, o capitalismo no Brasil se desenvolveria, rompendo com a dominação feudal e abrindo às massas a possibilidade da participação política para novas conquistas. Não se poderia queimar etapas naquele momento. Defendia o PCB, à época, que a sociedade brasileira teria sido semicolonial e, posteriormente, semifeudal sob o domínio do

³⁷ Segundo José Carlos Reis, o marxismo “desembarcou” no Brasil em 1922. Era um marxismo-leninismo soviético, doutrina caracterizada como sistemática e dogmatizada, dominada pelo positivismo.

³⁸ Ex-militar, intelectual de forte influência junto às elaborações do Partido Comunista, autor de *A Formação econômica do Brasil* (1962).

latifúndio e do imperialismo, numa estrutura econômica essencialmente agrária. A transição inicial necessária a ambicionada revolução burguesa seria a que transformaria uma sociedade baseada no capitalismo agrário para aquela desenvolvida sob o capitalismo industrial.

A Questão Regional Nordeste para o PCB dizia respeito a todo o território nacional, na medida em que estava fundamentalmente relacionada à crítica da estrutura agrária do país. Defendia-se um diagnóstico da sociedade brasileira determinado pelo sistema de produção das oligarquias latifundiárias, ou seja, pela permanência das relações de produção consideradas feudais, que se voltavam ao mercado externo e asseguravam sua mão de obra nas atividades de subsistência. O sertão era enxergado enquanto lugar determinado pelas relações pessoais, nas quais os fazendeiros latifundiários seriam verdadeiros senhores feudais e os servos contribuíam prestando serviços em espécie. Nota-se que, também para o PCB, assim como para o Estado, Nordeste está relacionado à idéia de atraso, mesmo que a partir de ângulos diferentes, pois o PCB enxerga este território como parte de um Brasil que, em relação aos outros, está um passo atrás no processo de revolução. Todo o país, incluindo o Nordeste, haveria de alcançar o capitalismo industrial para se atingir uma espécie de “maturidade política e econômica mínima” que o condicionaria a lutar pela destruição do sistema capitalista em favor do socialismo. É o que comenta José Reis:

Portanto, se a França, no século XVIII, fez a sua revolução burguesa e se juntou à Inglaterra, se as suas burguesias venceram o feudalismo, no Brasil, nesta mesma época, a revolução é feudal. A Europa sai do feudalismo e entra no capitalismo quando o Brasil chega ao feudalismo. Havia rebeldes no Brasil com propostas mais avançadas, burguesas: república, indústria, independência, liberdade comercial. Mas não havia na colônia a classe que pudesse sustentar um tal projeto, ou seja, não havia ainda a burguesia brasileira (REIS, 2007, p.158).

Dessa forma, no Brasil não teria existido a passagem direta do escravismo ao capitalismo no campo. O escravo não teria passado à condição de assalariado no final do século XIX, mas teria atravessado a etapa feudal. A própria burguesia brasileira teria nascido do latifúndio, financiada pela renda agrícola. A Revolução de 30 funcionou para a ascensão burguesa como uma adaptação dos aparelhos de Estado às necessidades da indústria e representou a necessidade de se sobrepor ao latifúndio. Porém, após o crescimento acelerado da indústria brasileira entre 1930

e 1945, se intensifica a disputa entre o imperialismo e a burguesia nacional pelo mercado interno. Para o PCB, as alianças do imperialismo se fizeram com o setor latifundiário semiderrotado, que desejava limitar o poder da burguesia brasileira, restando como opção à manutenção dessa classe no poder lutar contra esta associação imperialismo/latifúndio. O PCB oferece, diante desse impasse, um programa de ação conveniente à burguesia: procurar necessariamente o apoio do proletariado e do campesinato na luta antifeudal e anti-imperialista.

A união entre proletariado, campesinato e burguesia nacional seria importante e estratégica para alcançar um objetivo maior, comum e prioritário: o de expulsar o capital internacional do país. É evidente que o Partido enxergava as contradições dessa união, ou seja, as diferenças entre burguesia, operariado e campesinato, mas a questão é que, naquele momento histórico, a sociedade brasileira haveria de submeter-se a essas contradições, pois disso dependia a revolução brasileira em uma fase preliminar, quando deveria ser anti-imperialista³⁹ e antifeudal, nacional e democrata:

A aliança do proletariado com as massas camponesas é a condição básica para que ele possa imprimir ao movimento revolucionário uma direção firme. A fim de impulsionar a organização das massas do campo, é necessário dar atenção principal aos assalariados e semiassalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve construir a base para a mobilização das bases camponesas. A organização dos camponeses deve partir das reivindicações mais imediatas e viáveis, como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra os despejos, a permanência dos posseiros na terra e a legitimação das posses, etc. (Resolução Política de n.25 do V Congresso do PCB em 1960 *in* PCB: vinte anos de política – 1958/1979. A questão Social no Brasil. Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1980, p.65).

Dessa forma, o imperialismo norte-americano deveria ser combatido a partir da imprescindível formação de uma frente única, ampla o suficiente e sob a direção da classe trabalhadora para lutar por um desenvolvimento independente e progressista de um país moderno, industrial, desenvolvido, autônomo, urbano e,

³⁹ O poderio do sistema socialista mundial, que tem à frente a União Soviética, constitui um forte apoio à causa dos países subdesenvolvidos como o Brasil. Pela primeira vez na história, criou-se para o nosso país a possibilidade de obter equipamentos, créditos e assistência técnica sem a necessidade de submeter-se a imposições de caráter econômico, político e militar das potências imperialistas (Resolução 6 do V Congresso do PCB, em 1960). *In* PCB: vinte anos de política – 1958/1979. A questão Social no Brasil. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1980.

finalmente, socialista⁴⁰. O que fez com que os defensores dessa tese, tais como Nelson Sodré⁴¹, acreditassem que essa era uma união viável foi o fato de entenderem que à burguesia nacional era interessante o combate ao imperialismo, porque, dessa forma, ela defendia seus mercados e empreenderia as relações capitalistas no campo. Igualmente seria benéfico aos segmentos operário e rural, porque seria possível realizar as reformas que pretendiam, entre elas a reforma agrária e a conquista de representatividade política no campo. Além disso, interessava-os o direito burguês (REIS, 2007)⁴².

Podemos dizer, portanto, que o Nordeste aparece como questão relevante para o Partido Comunista Brasileiro na medida em que, naquele momento, era compreendido no Partido: i) o diagnóstico nacional anteriormente resumido baseado no materialismo histórico, no qual Nordeste era visto como dominado por oligarquias latifundiárias, o que significava o atraso para a própria revolução burguesa do país; ii) a necessidade de superação das formas de produção consideradas arcaicas, anticapitalistas ou feudais dominantes nesse território; iii) a necessidade de acabar com a parceria latifúndio/imperialismo pelo combate ao suposto controle do capital estrangeiro no país; e iv) a constatação de uma conjuntura política de mobilização popular rural, através das Ligas Camponesas, em conflito com os grandes latifundiários. Para o PCB, qualquer movimento no sentido de organizar os camponeses, fossem assalariados, foreiros e até mesmo os pequenos proprietários ameaçados pelos grandes, era um passo positivo que deveria somar-se à luta das demais classes, como a do operariado e da pequena burguesia.

Desta forma, vemos incorporada à Questão Regional Nordeste do PCB (diferentemente do que acontece na QRN estatal), a aproximação do Partido com as Ligas Camponesas, por mais que tenham existido pontos de divergência entre estes dois movimentos políticos. Também por conta disso, empreendeu o Partido uma aproximação que, como comentaremos adiante, aconteceu no interior das Ligas,

⁴⁰ PCB: vinte anos de política – 1958/1979. A questão Social no Brasil. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1980.

⁴¹ Nelson Werneck Sodré, militar, professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1948-1950), diretor do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), considerado um dos maiores teóricos marxistas ligados ao PCB (REIS, 2007).

⁴² Os críticos dessa corrente teórica do marxismo em vigor no Brasil, em especial os da Escola Sociológica da USP, denominavam essa fase como “fase de autonomização teórica” ou “materialismo funcionalista”, por conta de seu dogmatismo, que apontava para um marxismo equivocado quando aplicado ao Brasil (REIS, 2007, p.167), crítica esta assumida pelo próprio PCB em momentos posteriores.

influenciando o seu modo organizacional, e também na construção de bandeiras comuns. Sobre isso, propomos aqui uma breve análise sobre a relação Ligas/PCB.

*

2.1.1 Excerto sobre a relação Ligas Camponesas/PCB

O fato de PCB e Ligas Camponesas terem suas divergências em relação às estratégias adotadas para vencer o latifúndio, no entanto, não impediu que ambos os grupos se unissem em ações conjuntas, como, em setembro de 1960, durante as eleições presidenciais, em que os camponeses protagonizaram um ato que reuniu diversas caravanas, vindas de vários estados do país, para participar do comício do candidato a presidente Henrique Teixeira Lott no Recife (SANTIAGO; VANDECK, 2001)⁴³.

Todo o apoio no sentido de divulgar a força política das Ligas Camponesas e de denunciar os ataques empreendidos contra os camponeses era também uma forma de cooptá-las para a aliança nacional. Veículos de comunicação produzidos pelo PCB, como o semanário *Novos Rumos* (1959-1964), traziam frequentemente notícias referentes às Ligas:



Fig. 2: Imagem de matérias do semanário *Novos Rumos*.

⁴³ Mas, nas eleições presidenciais de 1960, Lott foi derrotado por Jânio Quadros – e no Governo deste, denunciou Julião, as Ligas “sofreram a revanche”. As cabanas dos camponeses eram alvo de batidas do Exército, que estaria à procura de metralhadoras, fuzis e outras armas supostamente destinadas a serem utilizadas em uma revolução da qual a entidade faria parte: “Essas batidas se tornaram frequentes, não obstante jamais ter o Exército encontrado uma única arma de seu uso exclusivo, mas uma ou outra espingarda pica-pau, de caçar passarinho, além da foice, do facão ou da enxada indispensável a quem lida com a terra. Não ficou nisso. O Exército passou a prender também os líderes camponeses mais ativos (SANTIAGO, 2001, p.25).

Já em 1955, as Ligas eram bastante influenciadas pelo modo organizativo do operariado urbano (este, por sua vez, orientado pelo PCB), pois tinham um caráter hierárquico e legalista, devendo combinar a ação parlamentar com a extraparlamentar para chegar às reformas ambicionadas.

O comando estadual das Ligas⁴⁴, a rigor, não era exercido pelos camponeses [...] O comando irradiava-se do Conselho Deliberativo, órgão formado por 13 pessoas, a maioria de classe média (intelectuais, parlamentares e estudantes, ligados a organizações de esquerda) e alguns camponeses de maior projeção. As *delegacias* (nomes dos núcleos das Ligas nos municípios) é que tinham a direção composta exclusivamente por camponeses. E embora o foco de sua luta estivesse no campo, a sede das Ligas ficava sempre na capital do Estado (SANTIAGO, 2001, p.18).

O Congresso de Salvação do Nordeste⁴⁵, organizado pela Liga de Emancipação Nacional⁴⁶ em Recife, em agosto de 1955, reuniu imprensa, intelectuais, líderes sindicais, estudantes e parlamentares para discutir as “questões nordestinas” e foi, inclusive, saudado pelo presidente Juscelino Kubitschek. Na sequência, reuniram-se os bispos da Igreja Católica, em Campina Grande, em evento semelhante que pedia soluções para o Nordeste.

O acirramento das divergências entre Ligas Camponesas e o PCB aconteceu a partir da década de 1960. Segundo o jornalista Vandek Santiago (2001), em 1961, quando Luiz Carlos Prestes propôs a Francisco Julião a fusão das Ligas Camponesas com a Ultab (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), entidade criada pelo PCB em 1954, Julião não aceitou a proposta, argumentando sobre o risco daquele movimento ficar sob o comando do PCB:

No tocante à inserção no campo, e ao número de associados, as Ligas estavam muito à frente da entidade criada pelos comunistas, comparava Julião. A Ultab tinha a vantagem da máquina do partido, abrangência nacional, mas não chegava ao camponês, dizia ele: “Era uma coisa muito vaga porque, em geral, os seus presidentes e os seus membros não eram camponeses – havia até promotores públicos. O presidente nacional da Ultab era um alfaiate. Não conheci um só dirigente dela que fosse camponês, é possível que

⁴⁴ A bibliografia não especifica o estado em que havia este Comando Estadual, mas, muito provavelmente, estivesse falando do estado de Pernambuco.

⁴⁵ Ver resoluções desse congresso na “Carta de Salvação do Nordeste”.

⁴⁶ Organização de massa, de fundo democrático e patriótico, que funcionava nesse tempo em Pernambuco e tinha sede no Rio de Janeiro. Essa Liga congregou personalidades políticas, como Miguel Arraes, Francisco Julião, Gláucio Veiga, diretor da Faculdade de Direito, entre outros.

houvesse, porque ela se estendeu pelo país. Mas não tinha nenhuma força, pois não congregava a massa camponesa. Só as Ligas em Pernambuco congregavam muito mais camponeses do que a Ultab em todo o Brasil". A relação de Julião com o PCB, que nos primeiros anos das Ligas fora de muita aproximação, iria deteriorar-se a ponto de entrarem em choque (SANTIAGO, 2001, p.29)⁴⁷.

Em novembro do mesmo ano, cerca de 1.600 representantes do movimento camponês⁴⁸ se reuniram em Belo Horizonte no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil). Os camponeses das Ligas (que tinham 215 representantes) conseguiram aprovar em plenário uma proposta de reforma agrária radical sob o lema: "Reforma Agrária já. Reforma Agrária na lei ou na marra", derrotando a Ultab, o PCB e suas teses etapistas e antirradicais. Em declaração aprovada nesse evento, consagrou-se - além do já conhecido diagnóstico que apontava a relação latifúndio/capital estrangeiro com a baixa produtividade nacional, alto custo de vida e formas de atraso e de exploração semifeudal no campo - a bandeira da reforma agrária "radical":

As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu primeiro congresso nacional, vêm por meio desta Declaração manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária.

A reforma agrária não poderá ter êxito se não partir da ruptura imediata e da mais completa liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e o consequente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queiram trabalhar (*Novos Rumos*, n.146 – 24/11/1961).

Por outro lado, sobre o *slogan* "Na Lei ou na marra", bastante utilizado pelas Ligas Camponesas, analisa Leonildes Medeiros:

Na prática, as coisas não são muito assim. Na prática é muito mais na Lei. Porque todo o investimento a partir dali, não só do Estado, mas também das organizações camponesas foi no sentido de pressionar, como eu disse anteriormente, pela sindicalização rural, pela criação do Estatuto do Trabalhador Rural e por uma lei de

⁴⁷ Em 1961, as Ligas chegaram a ter 10 mil associados e 40 sedes municipais, e, em 1962, já estavam presentes em 13 dos 22 estados brasileiros. Segundo Santiago, eram camponeses foreiros, assalariados agrícolas e, até mesmo, pequenos proprietários rurais, que viam nas Ligas a defesa de que precisavam para não serem engolidos pelos grandes latifundiários.

⁴⁸ Desses, 215 representantes pertenciam às Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião.

reforma agrária [...]. O Congresso de Belo Horizonte acelera uma série de medidas em relação às lutas do campo. Ele acelera a discussão sobre o reconhecimento do sindicalismo rural [...], acelera a discussão sobre a criação do Estatuto do Trabalhador rural e acelera a discussão sobre a reforma agrária (depoimento cedido pela professora Leonilde Medeiros – CDPA/UFRRJ – para o documentário *Francisco Julião: na lei ou na marra*⁴⁹. Direção: Clarisse Viana e Fernando Barcelos, 1994).

Entre as bandeiras relacionadas a essa reforma agrária radical defendida no Congresso de Belo Horizonte, estiveram manifestadas questões como o direito à livre organização dos camponeses em suas “associações de classe” e a aplicação efetiva da legislação trabalhista já existente no campo. Por mais paradoxal que possa parecer, em relação a declaração acima citada, este congresso representou, por fim, uma certa conciliação de interesses entre as teses pecebista e as Ligas Camponesas, mais do que um sinal de acirramento de divergências.

Muito provavelmente, o agravamento das divergências entre PCB e Ligas tenha origem tanto no fato de o PCB acreditar que a revolução burguesa seria liderada pela classe do proletariado, quanto também pela evidente radicalização das perseguições, por parte de governos e proprietários, aos camponeses associados ao movimento das Ligas, o que exigia resposta imediata por parte dos camponeses. É difícil acreditar que os trabalhadores do campo viessem a defender soluções a médio e longo prazo, por etapas, no momento em que capangas e policiais rondavam suas casas ameaçando-os de morte e também as suas famílias. Os confrontos diretos entre líderes camponeses e capangas de proprietários se acirravam e demandavam reação rápida por parte do grupo atacado. As Ligas estavam perdendo seus líderes, logo, vislumbrar saídas a longo prazo não lhes parecia proposta convincente. A reação deveria vir ali e na hora.

⁴⁹ Este documentário, que custou 10 mil reais, foi financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – Fonte: http://www.diariodepernambuco.com.br/2009/01/31/viver3_0.asp.



Fig. 3: CAVALCANTI, 1980, p.221.

Nas ruas da Paraíba, em 1962, uma passeata de milhares de camponeses protestou contra o assassinato de um dos maiores líderes da Liga de Sapé, João Pedro Teixeira. O assassinato aconteceu no dia 2 de abril deste mesmo ano, numa estrada próxima a João Pessoa, em emboscada planejada por grandes latifundiários, após ser ameaçado por diversas vezes⁵⁰. Em Pernambuco, comerciantes, latifundiários e industriais se reuniram em assembleia permanente para exigir que o Governo Federal contivesse a “convulsão social reinante”. O presidente João Goulart⁵¹ defendia a união entre camponeses e trabalhadores urbanos para a realização da reforma agrária, dizendo que “sobre a miséria do povo não se constrói a paz social”, ao mesmo tempo em que era acusado de deixar-se manobrar pelos comunistas. Tanto Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB),

⁵⁰ Sobre essa Liga Camponesa e seus líderes, como João Pedro Teixeira, ver *Cabra Marcado Para Morrer*. Documentário. Direção: Eduardo Coutinho. Roteiro: Eduardo Coutinho. Brasil. 1985. 35mm. 119'. Preto e branco/colorido.

⁵¹ A renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, fizera surgir uma crise: muitos setores civis e militares julgavam a posse de João Goulart indesejável em razão de seu passado político populista-getulista. Para superar o impasse, o Congresso Nacional emendou a Constituição, através de um Ato Adicional, instituindo o sistema parlamentarista em lugar do presidencialismo, o que restringiu substancialmente os poderes do Presidente.

quanto o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes (Partido Socialista Brasileiro – PSB) manifestavam-se a favor da sindicalização rural. Para além do PCB, surgiu a Igreja como nova concorrente no projeto de cooptação do movimento rural, preocupada que estava em manter a ordem vigente, além de evitar a perda de fiéis para o movimento comunista. As Ligas Camponesas foram, ao longo do tempo, perdendo terreno para essas instituições e para os planos reformistas via sindicatos, que colocavam as conquistas sociais trabalhistas em primeiro plano em relação à questão da posse da terra (SANTIAGO, 2001).

*

A luta do PCB e sua aliança contra o imperialismo fragilizaram-se diante das articulações norte-americanas com instituições brasileiras conservadoras e com o próprio Governo, como ocorrera com a Aliança pelo Progresso. De 1962 a 1964, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) manejaram volumosos investimentos norte-americanos, principalmente da CIA, para influenciarem militares e políticos a posicionarem-se contra o presidente Goulart. Assim mesmo, o nacional-reformismo se avantajou e conseguiu vitória nas eleições de 1962 (BANDEIRA, 1977). Através de um plebiscito, em 1963, nove milhões de brasileiros disseram *sim* ao presidencialismo, ao Governo Goulart e ao seu programa de reformas de base⁵². Dizia o presidente, em discurso na Central do Brasil (RJ), no dia 13 de março de 1964:

A Constituição atual, trabalhadores, é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas (discurso *in* SILVA, 1975).

Na mesma época, começaram a surgir as famosas *Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade*, que tanto atiçaram a fúria anticomunista na classe média brasileira, enfraquecendo o movimento camponês, sindicalizado ou não, e também o sonho pecebista de construção do socialismo. Reclamou-se o *impeachment* de João

⁵² i) reforma agrária, ii) reforma política, com extensão do direito a voto aos analfabetos, iii) reforma universitária, e iv) reforma da Constituição.

Goulart. Seu Ministro da Guerra, convenientemente, afastou-se do ministério alegando questões de saúde e abrindo caminho para o General Castelo Branco e longos anos de escuridão⁵³.

O Nordeste transformou-se, portanto, em questão relevante para o Partido Comunista Brasileiro, por trazer a tona conflitos que deveriam ser superados para se construir uma nação socialista, por ser um território representante do atraso brasileiro e, principalmente, por apresentar uma conjuntura favorável em relação as possibilidades de mobilização das massas rurais. Segundo o IBGE, a maioria da população ali encontrada era de trabalhadores rurais⁵⁴, assalariados, posseiros, meeiros, pequenos proprietários, estes considerados pelo Partido como uma massa de homens explorados por um sistema de trabalho considerado feudal, preso a mecanismos injustos e anticapitalistas. Além disso, esses trabalhadores, organizados ou não, deveriam ser cooptados para a frente ampla e heterogênea construída pelo PCB, pois a ela dariam “direção firme”, qualificando-a como um verdadeiro movimento de massas no Brasil rumo à revolução burguesa pretendida. Esse movimento empreendeu o PCB em praticamente todo o território rural brasileiro, onde foi considerada a organização dos trabalhadores rurais junto à frente ampla.

⁵³ Ver BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961 a 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁵⁴ Havia dois habitantes rurais para cada um habitante urbano, em 1960, segundo dados do IBGE – 1965. Nordeste abrigava 32% da população nacional, com uma população total de 22 milhões de habitantes.

2.2 “Na marra mas na lei” – Nordeste/nordestino em *Novos Rumos*

Em matéria de capa, publicada em 11/03/1960 pelo seu aniversário de um ano, *Novos Rumos* se automeia *vanguarda do pensamento político da classe operária e intérprete dos comunistas brasileiros*. Muito embora saibamos que isso não correspondia à realidade, pois eram contemporâneos do PCB outras organizações, inclusive partidárias, de ideologia comunista, como o PC do B e correntes trotskistas. Em condição de clandestinidade, esse semanário tinha a função de dar publicidade às teses marxistas do Partido, nas quais declarava que o proletariado era *a classe mais revolucionária da sociedade*, sendo uma de suas principais bandeiras, presentes de uma forma ou de outra em todos os seus exemplares, realizar uma reforma agrária no país e “romper a dependência em que nos encontramos ao capital monopolista estrangeiro e os entraves determinados por uma estrutura agrária atrasada” (n.54 – 11/03/60).



Fig. 4: Manchetes de exemplares *Novos Rumos* – 1959-1964.

Muitos dos textos acionavam um estilo de linguagem panfletário, repetitivo e repleto de palavras de ordem. O jornal conferia considerável espaço à divulgação do programa do Partido Comunista Brasileiro e também às suas análises sobre o quadro social do Brasil, sempre acompanhando ou encaixado em uma notícia.

Em matéria do dia 29/04/1960, lê-se sobre o retrato social do Brasil, construído por *Novos Rumos*, a partir do seguinte diagnóstico:

O Brasil, país subdesenvolvido

10. O desenvolvimento econômico, no entanto, não conseguiu modificar o caráter atrasado do país. O Brasil é um país subdesenvolvido e dependente. A sua renda per capita, em 1954, era de 160 dólares, enquanto a dos Estados Unidos era de 1841 dólares. O consumo energético per capita do Brasil é um dos mais baixos do mundo. Apesar do aumento da produção siderúrgica, o consumo brasileiro dessa produção é de 31 Kg, anuais, per capita, ao passo que em alguns países adiantados alcança 600 Kg. No que se refere à produtividade agrícola, seus índices são muito baixos. O Brasil produz 0,18 toneladas por hectare de algodão, quando os Estados Unidos obtêm 0,47. Mesmo na produção de café, é também baixa a produtividade. Enquanto a Colômbia obtêm 5,45 toneladas por hectare, o Brasil consegue, apenas, 4,06. No comércio exterior o Brasil conserva as características coloniais do passado. A exportação ainda é constituída quase que totalmente de produtos agrícolas e extrativos, cabendo dois terços ao café.

A situação do Brasil como país subdesenvolvido se revela também pelos baixíssimos índices de alimentação, saúde e educação do povo. O consumo anual de carne per capita dos brasileiros não vai além de 23 kg. Menor ainda são os índices de consumo de leite, manteiga e ovos, razão por que o povo brasileiro se encontra no rol dos povos subalimentados. A mortalidade infantil no país é das mais elevadas do mundo. De cada 100 crianças que nascem, somente 40 chegam aos 15 anos. Na Argentina, 89 chegam a esta idade, e nos Estados Unidos, 93. Vinte por cento das crianças nascidas vivas morrem antes de atingir 1 ano de idade. No que diz respeito à educação, é reduzidíssima a taxa de escolarização. De uma população de 12,5 milhões de crianças, entre 7 e 11 anos de idade, 7 milhões não frequentam escolas. E de uma população de 14 milhões de jovens, entre 11 e 18 anos de idade, apenas 950.000 estão nas escolas.

Seriam demonstrativos do subdesenvolvimento do país, e de sua dependência, o insuficiente desenvolvimento econômico – mensurado em dados comparativos de renda *per capita*, consumo de energia, produção e consumo da indústria siderúrgica, e produtividade agrícola em comparação com os EUA e a Colômbia – além de outros indicadores sociais, como o índice de alimentação, mortalidade infantil e educação, sempre comparados aos dos EUA e outros países latino-americanos. Concorreria para esse subdesenvolvimento a manutenção de *características coloniais do passado*.

Apesar dos problemas econômico-sociais apontados no texto anterior, há momentos em que vemos um Brasil retratado de forma nacionalista ufanista, em que se exalta o país como sinônimo de beleza, força, com futuro promissor. Afinal de contas, afirma *Novos Rumos* em texto intitulado “O que é Bom”:

Ora meus irmãos, se há coisa boa e bonita e gostosa para ser amada é o Brasil. Naturalmente que há muita coisa errada. Naturalmente que estamos começando uma vida, que somos um país menino, subjugado, dominado, aprisionado pelos ianques, esses ‘doces’ matadores de negros, esses que chamam seu país de democrático por causa da Estátua da Liberdade [...] Mas, apesar dos pesares, Brasil mesmo é que é bom. Falta muita coisa, mas temos também muita coisa que os outros países não têm: somos teimosos, audaciosos, arrogantes e com uma bruta vontade de viver. Amamos a Liberdade, a Independência, é verdade que só agora vamos adquirindo a consciência de como conquistar esta independência. [...] Nossa história não é feita de papel crepom nem de clichês; temos poucos feitos, e poucos heróis, mas o que temos é de melhor espécie (n.61 – 29/04/1960).

Se o Brasil é *menino*, porque há *muita coisa errada*, o que seria a maturidade para *Novos Rumos*? O Brasil é analisado e comparado com os demais países industrializados, onde se consome energia, onde se produz renda e se consome produtos da siderurgia. Brasil também é menino em relação aos países que alimentam seu povo, onde se fez reforma agrária e se garantiu educação a todos. Apesar de tudo, os brasileiros seriam possuidores de qualidades que ali aparecem como positivas: *teimosos, audaciosos, arrogantes e com uma bruta vontade de viver*.

Nesta mesma linha, percebemos que *Novos Rumos* “nordesta”⁵⁵, ou seja, constrói para si uma imagem própria de Nordeste. São atribuídas a essa imagem características físicas e morais, que a moldam e a sustentam a partir dos significados que aparecem nos textos, em manchetes e imagens jornalísticas. O “nordestar” de *Novos Rumos* expõe uma construção argumentativa muito semelhante a que nos apresenta o *Brasil menino*, baseada no apontamento dos problemas sociais e também na constatação das características positivas enxergadas como originárias daquele território e da população nordestina ali imaginada.

Aos moldes nacionalista e ufanista, Nordeste aparece reconhecido por suas riquezas naturais, como forma de incentivar a crença no seu progresso e desenvolvimento para e pelo homem – sendo progresso, para *Novos Rumos*, claramente sinônimo de industrialização, reforma agrária e crescimento econômico:

Contemplar a cachoeira de Paulo Afonso é um dos espetáculos mais deslumbrantes de quantos a natureza dotou nosso país. A majestade do São Francisco impressiona fortemente pelo volume das águas revoltas e pela altura das diversas quedas. Hoje, além da beleza natural da cachoeira, Paulo Afonso oferece um outro espetáculo imponente (este criado pelo homem) – A Usina Hidrelétrica (n.54 – 11/03/1960).

RUMOS

11 a 17 de março —

NORDESTE 1960 (I)

Onde Chega a Energia Começa o Progresso

Reportagem de Gennyson Azevedo
enviado especial de NOVOS RUMOS

⁵⁵ “Nordeste”, como todo discurso em forma fonética ou gráfica, suscita significados e sentidos variados e mutáveis a quem pronuncia ou ouve, grafa ou vê, a cada momento e lugar. Cada enunciação/escuta desse termo, assim como ação, é propriamente um constituir nordeste, um nordestar. Outras modalidades discursivas, entretanto, também podem nordestar sem o uso explícito do termo, através do acionamento de referências historicamente situadas, escritas, sonoras ou imagéticas, oriundas de (outros) discursos nordeste consagrados ou marginais, selecionadas e tecidas de modo e forma particulares. (ARAUJO, F. G. B. et alli. *Nordestanças na cinematografia brasileira: Lampião, Rei do Cangaço/Baile Perfumado*. In: I Simpósio Identidade e Território e Imagem – IPPUR/UFRJ, 2008, Porto Alegre. Anais. 1 CD-ROM).

Com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco nasceu uma cidade moderna que vive em função da Usina e das atividades da companhia. A CHESF oferece aos seus empregados casas, diversões, assistência hospitalar, alimentação, em condições bastante módicas. Há no acampamento três escolas primárias e um ginásio, destinados aos filhos dos funcionários. Todas as manhãs junto aos portões da

CHESF agrupam-se dezenas de homens vindos das cidades próximas para disputar um emprego na Usina ou nas obras de ampliação. Fora deste acampamento existe uma cidade livre, onde as casas nascem como cogumelos em ruas sem alinhamento, num contraste violento com a limpeza e a elegância das construções da CHESF.

Aonde vai a eletricidade chega o progresso, criam-se condições para o melhoramento do nível de vida das populações. Ao mesmo tempo a energia elétrica vem favorecer a industrialização e permitir a instalação de bombas que tragam água às cidades. Os

Fig. 6: N.54 – 11/03/1960.

É possível concluir, a partir do texto acima, que o Nordeste Novos Rumos é território abençoado pela natureza por possuir uma queda d'água de grande volume, como a cachoeira de Paulo Afonso. Ao mesmo tempo, o jornal confere atributos de igual magnitude, de *espetáculo*, à hidrelétrica ali instalada; enxergada como um símbolo de progresso (ou de industrialização), como se confirma no segundo texto, a começar pelo título ("Onde chega a Energia começa o Progresso" – n.54 – 11/03/1960). Este território teria um enorme potencial produtivo que, no entanto, não é administrado para o bem da população. Presume-se "potencial" porque sua industrialização é considerada iniciante, prejudicada em seu desenvolvimento econômico capitalista pelo "monopólio imperialista em pontos vitais da economia", citando a mesma matéria:

Os frutos produzidos já começam a aparecer aqui e ali. Porém, um grande entrave ao desenvolvimento da região consiste em que a Companhia Hidroelétrica do São Francisco não distribui diretamente a energia aos consumidores. Em vários estados, o preço do KW sofre tremenda majoração por ser entregue a uma companhia intermediária. Assim, companhias estrangeiras que não inverteram um centavo sequer no empreendimento, recebem a eletricidade de Paulo Afonso para vendê-la majorada ao consumidor. Para que a missão pioneira da CHESF seja plenamente cumprida é preciso eliminar os intermediários, tornando o preço do KW acessível ao industrial, ao fazendeiro e às famílias (n.54 – 11/03/1960).

Em “O Problema Agrário no Brasil” (n.23 – 31/07/59), lê-se uma análise das razões que responderiam pelo *atraso da agricultura brasileira*, fartamente fundamentada através de estatísticas e comparações com outros países julgados mais desenvolvidos. Através dos números, conclui-se que há um número muito pequeno de proprietários no universo de pessoas que vivem no campo e que o Brasil é o segundo maior concentrador de terras do mundo:

QUEM MONOPOLIZA A TERRA – Dos 61 milhões de habitantes de nosso país, cerca de 29 milhões vivem no campo, sendo que 12,5 milhões constituem a população ativa na lavoura e na pecuária. Dessas pessoas ativas no trabalho rural, pouco mais de 2 milhões são proprietários. Admitindo-se que cada proprietário tenha apenas uma propriedade, são proprietários apenas 16% dos que trabalham nas atividades rurais, ou 5% dos que vivem no campo. Mais de 10 milhões trabalham em terra alheia.

A propriedade da terra não só é limitada a muito poucos, mas ainda se distribui de modo extremamente desigual. Cerca de 149 mil proprietários (8% do número de proprietários, ou 1,4% dos que trabalham na terra) são donos de $\frac{3}{4}$ da área total das propriedades. Enquanto isso, 22% dos estabelecimentos rurais têm menos de 5% de hectares cada um, abrangendo apenas 4% da área total das propriedades.

Segundo o especialista Humberto Loyo, o Brasil é o segundo país do mundo de maior concentração da propriedade territorial, cabendo o primeiro lugar ao Chile (n.23 – 31/07/59).

Também em “Reforma Agrária e Luta Anti-imperialista” (n.12 – 15-05/1959), a agricultura do Brasil é caracterizada pela estrutura latifundiária monocultora e pelo *primitivismo* de seu modo de cultivo, a ser superado, antes de mais nada, por uma necessária reforma agrária (indispensável para *ampliar o mercado interno necessário à indústria através da elevação de renda* – n.23 – 31/07/1959). Porém, essa luta deveria subordinar-se a uma luta principal, representada pela bandeira do anti-imperialismo em prol da *libertação econômica* de todo o país: “A luta pela solução do problema agrário e camponês, nas condições atuais, também se

subordina ao curso da luta anti-imperialista, ao objetivo primacial da conquista da emancipação do país” (n.12 – 15/05/1959):

O capital monopolista estrangeiro e o monopólio da terra atuam como entraves à livre expansão das forças produtivas nacionais. A solução dessas duas contradições fundamentais é, portanto, necessária ao desenvolvimento econômico e social do país (n.12 – 15/05/1959).

A condição de país subdesenvolvido do Brasil é determinada fundamentalmente pelo domínio do imperialismo, em particular do norte-americano, e pelas sobrevivências feudais. Enquanto em 1946 as inversões diretas norte-americanas alcançavam 323 milhões de dólares, os investimentos públicos e privados dos Estados Unidos atualmente totalizam no Brasil 2,5 bilhões de dólares, sem contar com os empréstimos das agências financeiras internacionais que estão subordinadas diretamente aos monopólios ianques (n.61 – 29/04/1960).

Um denominador comum existe, objetivo, claro e insofismável para que se unam todos os brasileiros, acima de quaisquer diferenças políticas, ideológicas ou filosóficas, acima de quaisquer preconceitos de sexo ou de cor. Esse denominador comum é a luta pela libertação econômica de nossa pátria das garras do imperialismo norte-americano (n.56 – 25/03/1960).

Foi partindo destas duas bandeiras principais de caráter nacional, a luta anti-imperialista e a luta pela reforma agrária, que *Novos Rumos* fundamentou suas teses e seus diálogos com alguns grupos sociais (camponeses, pequena burguesia, pequenos proprietários, operariado etc.) – com quem pretendeu o PCB unir-se politicamente em todo o país no papel de representante desses grupos.

Sem reforma agrária a industrialização de Pernambuco e do Nordeste não passará de uma fraseologia corriqueira, fastidiosa, um tema como sempre de comícios eleitorais (n.30 – 18/09/1959).

Dentro de uma conjuntura atual de uma sociedade dominada por forças retrógradas, apoiadas na espoliação estrangeira, nada se faz que resulte em benefício do povo. Paulo Afonso, por exemplo, com sua força e luz, não irradia qualquer lampejo de melhores dias para o trabalhador alugado, para o homem pobre do Nordeste (n.231 – 26/07/1963).

A vida das populações nordestinas, das cidades e do interior, não mudará enquanto não houver governos voltados para a tarefa de libertar o Nordeste da miséria e colocá-lo em marcha para o progresso com a realização de obras de vulto em benefício de todos e não obras esporádicas em benefício de alguns poucos, dos privilegiados. Nos dias atuais, o Nordeste retoma com valiosa contribuição o caminho da luta pela emancipação econômica, política e social, não apenas de seus habitantes, mas de toda a população do Brasil. E é esta precisamente a hora de uma tomada de posição

das forças revolucionárias em relação no Nordeste (n.231 – 26/07/1963).

Como vemos, o *homem pobre do nordeste*, em *Novos Rumos*, reside nas cidades e no interior, muito embora as matérias que fazem referência ao Nordeste *Novos Rumos* digam, na maioria das vezes, sobre o homem do campo. Interessa a este trabalho investigar o significado atribuído por esse jornal ao homem nordestino do campo no universo do que aqui chamamos Nordestinos *Novos Rumos*⁵⁶ também por entender que o semanário, ao falar de *uma tomada de posição das forças revolucionárias em relação no Nordeste*, refere-se ao movimento camponês, que vivia sua época de maior força e disseminação no ano de 1963 sob a forma dos sindicatos rurais e das Ligas Camponesas. Compreende-se, portanto, que os nordestinos *Novos Rumos*, dos quais trataremos mais tarde, são os que vivem no campo ou na cidade; são homens pobres e explorados, mas também são os latifundiários e políticos daquele território, que compõem o grupo dos exploradores.

Orbitaram em torno das bandeiras de reforma agrária e do anti-imperialismo três assuntos que consideramos importantes para a compreensão da trama de poder que envolve a construção do Nordeste *Novos Rumos* e suas relações com os grupos sociais nacionais e estrangeiros. São eles: i) a política de planificação regional prevista no relatório do Grupo de Trabalho pelo Desenvolvimento do Nordeste (GTDN); ii) a criticada política norte-americana voltada para a América Latina, a Aliança para o Progresso⁵⁷; e iii) o processo de fortalecimento das Ligas Camponesas.

Como já mencionado neste trabalho, o relatório do GTDN embasou diretrizes de planejamento estatal consideradas inéditas no universo de ações governamentais destinadas ao que, neste documento, compreende-se como um território atrasado, subdesenvolvido, arcaico, pobre, não competitivo, em suma, um “Nordeste problema”. Suas concepções sobre o desequilíbrio regional Nordeste/Centro-Sul se apoiaram em comparações e dados estatísticos que, diante da inércia do governo,

⁵⁶ O que, tal qual *Nordeste Novos Rumos*, é uma expressão por nós criada para dizer do nordestino construído e inventado por esse discurso jornalístico.

⁵⁷ “Como reação à revolução cubana – e suas repercussões na América Latina –, o presidente Kennedy lançou em agosto de 1961, em Punta Del Leste, o programa da Aliança para o Progresso. Seria uma espécie de Plano Marshall para a América Latina e se dizia inspirado na Operação Pan-Americana, de Kubitschek e Eisenhower” (TAVAREZ, 2004, p.134). A Aliança para o Progresso previa um investimento de 276 milhões de dólares no Nordeste.

condenariam esse Nordeste à eterna desvantagem quando comparado às demais regiões e seus níveis de renda, produtividade, taxa de industrialização, participação no PIB brasileiro, entre outros indicadores então considerados pelo governo como demonstrativos de desenvolvimento social e econômico. Na construção do Nordeste Novos Rumos, percebemos a utilização da mesma lógica racional/economicista praticada pela visão de mundo estatal. Isto porque, em *Novos Rumos*, Nordeste é também resultado de estatísticas comparativas entre as diferentes regiões do Brasil, como na matéria intitulada “Retrato da Miséria no Nordeste”, que expõe: “A publicação dos índices de renda *per capita* nos diversos estados brasileiros, referente ao ano de 1957, feita recentemente, mostra mais um ângulo da bastante concebida pobreza nordestina” (n.64 – 20/05/1960), e continua:

Aquém do limite mínimo proposto – o de dez mil cruzeiros – vamos encontrar, excetuando Goiás, os restantes Estados da Federação, começando pela Bahia e terminando no Pará. Exceto este Estado do extremo norte, os demais são Estados do Grande Nordeste – os mais pobres da Federação (n.64 – 20/05/1960).

Vemos os números aparecerem novamente para denunciar as contradições incontestáveis do Nordeste Novos Rumos no texto que narra o caso do município Delmiro Gouveia, citado na matéria como cidade do sertão nordestino que apresenta um histórico *progressista* – desde 1915 teria energia elétrica instalada, mas, na realidade, exhibe estatísticas ruins, como explica a matéria:

NORDESTE 1960 (III)

**Criança de Sergipe
não aprende o bê-a-bá:
faltam escolas!**

Um exemplo ilustrativo

Na cidade de Delmiro Gouveia (antiga Pedra), quando em caminho para Maceió, passamos um dia inteiro em visita. Delmiro figura, sem nenhum favor, entre as cidades mais importantes do oeste do Estado de Alagoas. Desde 1915 tem energia elétrica instalada pelo pioneiro a quem deve seu nome atual e construtor de uma fábrica de linhas (depois comprada pelos ingleses que jogaram as máquinas ao rio). Hoje a cidade tem luz de Paulo Afonso e a antiga fábrica de linhas foi transformada numa moderna fábrica de tecidos trabalhando as 24 horas do dia.

Pois bem, em conversa com um médico da Comissão do Vale do São Francisco e do Serviço Especial de Saúde Pública ficamos conhecendo uma estatística sanitária de Delmiro Gouveia. Os dados obtidos são os seguintes :

População	5400
Residências	1500
Privadas	940
Filtros	180
Mortalidade infantil ..	252/1000
(Idade entre 0 e 1 ano)	
População entre 0 e 1	
ano	192

Numa cidade considerada progressista e de nível sanitário acima da média, constata-se que nem tôdas as casas têm privadas (a estatística não procurou indagar que tipo de instalação sanitária existe), que apenas 180 possuem filtros e só há 192 crianças vivas entre

0 e 1 ano de idade. O mais brutal é exatamente o que toca a mortalidade infantil — 25,2% das crianças morrem antes de completar 1 ano!

O analfabetismo

Quando a criança escapa da morte e atinge a idade escolar nem sempre tem uma escola para frequentar. Na melhor das hipóteses chegará aos bancos escolares com a idade de 10 ou 12 anos e aprenderá as primeiras letras sem chegar a ultrapassar a 2.ª ou a 3.ª série do curso. Vejamos o que dizem as estatísticas sobre o ensino primário em Sergipe :

Alunos matriculados em 1958	66.242
Concluíram o Curso em 1958	2.441
Freqüência Efetiva	64.160

Neste mesmo ano somente 2.441 obtiveram o diploma de conclusão do curso primário. Isto dá um aproveitamento de 3,6% o que quer dizer — 96,4% dos alunos matriculados nas escolas de Sergipe não chegam ao fim de seus cursos.

Atualmente, há no Estado cerca de 1180 escolas das quais : 538 estaduais, 461 municipais, 180 particulares e 1 federal. As escolas públicas atendem 53.021 alunos e os particulares 11.137. Por aí se conclui que as crianças sergipanas ainda não gozam dos benefícios do artigo 168 da Constituição, que reza — «O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional».

Fig. 7: N.56 — 25/03/1960.

Aqui nos cabe uma breve observação. Sergipe e outros estados são citados em *Novos Rumos*, mas o conteúdo do texto nos remete sempre a um todo Nordeste, ainda que as comparações sejam feitas no interior dessa totalidade. Em outra matéria intitulada “Os camponeses de Pernambuco querem ajudar a industrialização do estado”, lemos: “Infelizmente, nunca se cuidou do robustecimento do mercado consumidor pernambucano ou do nordestino com o devido apreço” (n.30 — 18/09/1959). As referências aos estados de Sergipe e Pernambuco aparecem como exemplos de um diagnóstico atribuído ao Nordeste como um todo. O estado do

Ceará, onde os trabalhadores agrícolas criam a Sociedade de Defesa dos Moradores de Padre Andrade (no município Pedro Andrade), também aparece para ilustrar os problemas do Nordeste:

Setecentas famílias de posseiros (arrendatários) do subúrbio de Padre Andrade, na capital do Ceará, estão sob a ameaça potencial e iminente de despejo, por parte do coronel Antônio Joaquim de Carvalho, que se diz proprietário das terras.

E uma palavra de ordem se espalhou rapidamente por toda a extensão dos terrenos – indenização pelas benfeitorias ou retenção da posse da terra pelos arrendatários.

Entretanto, salientou ainda o advogado dos arrendatários, estávamos diante de um problema social. A questão ultrapassava os limites de uma pendência jurídica, para situar-se no plano de um problema que interessa a toda uma coletividade. [...] Não poderia, assim, restringir-se a conquista de indenizações. O que se impõe num interesse geral é a permanência. Urgia então a mobilização da mais ampla solidariedade dos trabalhadores, dos organizadores populares, da imprensa, do parlamento, dos estudantes.

[...] seria o maior dos absurdos se permitissem a destruição das culturas feitas por setecentas famílias, na Cachoeirinha, na mesma hora em que, pretendendo desmembrar a terra e torná-la mais produtiva, é o próprio Governo Federal quem toma a iniciativa de enviar um projeto de Lei de Irrigação do Nordeste ao Congresso, visando a modificação na estrutura agrária regional.

Também Alagoas aparece como exemplo de maior pobreza, considerada como uma realidade de todo o Nordeste, como podemos ler em “Retrato da Miséria no Nordeste” (n.64 – 20/05/1960):

Já vimos que Alagoas, como um dos estados nordestinos, figura entre os mais pobres do país. A sua renda *per capita* – 6.500,00 cruzeiros – equivale a 46% da renda *per capita* média do Brasil. Mesmo no Nordeste ela é inferior à de Pernambuco, Sergipe e à do Estado da Bahia (n.64 – 20/05/1960).

Dessa forma, também encontramos nas notícias sobre Sergipe, Alagoas, Ceará, Bahia e também Pernambuco uma espécie de recorte territorial que caracteriza o Nordeste Novos Rumos, ainda que não sejam explicitados diretamente quais estados constituem esse território. São denúncias de problemas sociais que qualificam esse Nordeste que, por sua vez, seria o território onde o subdesenvolvimento, atribuído também ao Brasil, atinge seu grau máximo.

A crítica à Operação Nordeste aparece em *Novos Rumos* como uma denúncia de que o relatório do GTDN não prevê mudanças nas condições estruturais que responderiam pelo atraso industrial e o retardamento do progresso

social, conseqüências, entre outros fatores, da quase inexistência de uma reforma agrária, da inexistência de um mercado consumidor regional e do alto número de trabalhadores desempregados que se acumulavam nos centros urbanos em tempos de crise (ou seca). As denúncias são diretas ao Governo por não propor soluções eficazes a esses problemas, por não liquidar o problema da concentração de terra, do regime de latifúndio. A partir da crítica ao plano de ação previsto pelo GTDN (que segue abaixo), percebemos também um Nordeste prejudicado pelo próprio poder estatal, onde se preserva a estrutura da concentração de terras. Sobre a solução defendida pelo relatório, a de “eliminar da zona semiárida a agricultura de subsistência por ser a mais vulnerável às secas, transferindo os excedentes populacionais para os vales do Maranhão e para as margens do São Francisco” (n.07 – 10/04/1959), lemos:

O relatório preparado pelo sr. Celso Furtado propõe uma solução que não é solução, porque evita precisamente de alterar as condições estruturais.

A primeira coisa a fazer se não queremos o permanente e cumulativo agravamento do problema, deveria consistir em estancar a fonte que gera essa massa camponesa e urbana economicamente marginal. E a fonte se encontra na estrutura agrária da região, no regime de latifúndio de monocultura e pecuária extensiva.

A questão – omissa no relatório – é que a interferência do Governo se faça explicitamente no sentido de criar núcleos agrícolas baseados na PEQUENA PROPRIEDADE, protegidos contra os latifundiários e grileiros e dotados de créditos e assistência técnica para alcançar o pleno rendimento possível.

O plano do sr. Celso Furtado não somente flanqueia estes aspectos essenciais da questão como expressamente propõe salvar o latifúndio pecuarista do Nordeste, gastando na sua pseudomodernização ainda mais verbas do Governo Federal (n.07 – 10/04/1959).

Sobre uma emenda apresentada pelo então senador Argemiro Figueiredo (que, segundo o jornal, era o “homem que simboliza hoje no Senado o atraso e o obscurantismo do latifúndio no Brasil” (n.148 – 08/12/1961) – “mandando dar prioridade no Nordeste à açudagem e à irrigação” –, lemos: “Se essa emenda prevalece, a Sudene ficará reduzida a uma instituição puramente decorativa. Na prática ficaria submetida ao DNOCS, instrumento das mais imorais negociatas dos politiqueros do Nordeste” (n.148 – 08/12/1961). Entre outras soluções, estaria o fortalecimento de um mercado consumidor capaz de alavancar a industrialização regional:

Já àquela época o Governador da Província, Jorge Velho de Albuquerque, em mensagem à Assembleia Legislativa dava as premissas da melhoria da renda como alicerce imprescindível à industrialização regional.

Essencial também seria a organização de um forte mercado consumidor capaz de garantir o desenvolvimento do parque industrial na base da dinâmica a que se submete a técnica.

Quando em 1929 o agricultor Barros Barreto escrevia sobre a necessidade de uma mudança imediata da política da agroindústria do açúcar no sentido de conquistar o mercado regional, que depende das oscilações da renda, e não a conquista de preços internacionais, parecia adivinhar que as já tão empobrecidas populações de Pernambuco de nossos dias teriam que financiar com suas minguadas economias a exportação do nosso principal produto. E é o que está ocorrendo: homens pobres, que mal podem chupar confeitos, financiam a exportação do açúcar.

Essa tem sido também a preocupação da indústria têxtil no País inteiro. Se continuar a política do desprezo ao mercado interno, veremos brasileiros seminus financiando os vestidos das irriquetas mocinhas que se acotovelam todas as tardes nas ruas centrais de Paris e Londres (n.30 – 18/09/1959).

Se, em *Novos Rumos*, lemos que o GTDN de Celso Furtado pretendia *salvar o latifúndio* por não propor uma reforma agrária, a crítica à participação estrangeira nos planos de desenvolvimento do Nordeste, tais como a Aliança para Progresso, era ainda mais severa. Ali, o povo nordestino aparece como enganado e suscetível aos interesses estrangeiros:

- Rio de Janeiro, semana de 20 a 26 de abril de 1962

NOVOS RUMOS

«Aliança» do Nordeste: Dólares São Migalhas e os Planos São Ianques

UMA GOTA D'ÁGUA

Abstraindo outros aspectos do problema (o caráter apenas assistencial dos empreendimentos projetados, as condições políticas que acompanham os dólares, etc), cabe uma primeira pergunta: podem os 276 milhões de dólares justificar a enorme euforia que parece impregnar os homens do governo e da grande imprensa? Tudo indica que não. No Nordeste brasileiro vivem, em sua imensa maioria nas piores condições de miséria, 25 milhões de brasileiros. Pois bem: os 276 milhões de dólares representam nada mais que 11 dólares "per capita" em dois anos ou seja — a dolar de 300 cruzeiros — 1.650 cruzeiros por ano. A contribuição norte-americana (repetimos, abstraindo tudo o mais) representaria apenas 5,24 dólares "per capita" em dois anos, isto é, cerca de 900 cruzeiros anuais. Isso, o plano de dois anos.

de. Os planos para o Nordeste, financiados pelos 276 milhões de dólares, têm da SUDENE apenas o timbre. De fato, os planos a serem executados são os de autoria dos técnicos norte-americanos que, chefiados pelo sr. Bohan, estiveram recentemente no Nordeste. Quan-

de um lógro. Não podemos aqui fazer uma análise detalhada da «Aliança para o Progresso» nem dos planos em relação ao Nordeste. Isso será feito em próximas edições. Limitamo-nos, hoje, a reproduzir a opinião dada pelo governador Aluisio Alves, segundo a qual a «Aliança» parece ser simplesmente uma tentativa para diminuir psicologicamente a tensão existente entre os povos subdesenvolvidos do Continente, «enganando-os com soluções precárias que, mesmo postas em prática, em nada alterarão a dramática situação em que vivemos», e antes, serão superados rapidamente pelos crescentes desníveis sociais e econômicos».

Fig. 8: N.169 – 11/05/1962.

A parceria Brasil-EUA promoveria mudanças consideradas para muito além do assistencialismo, constituindo como uma estratégia norte-americana para enfraquecer uma suposta tensão entre EUA e os povos explorados, entre eles os nordestinos explorados do campo, maioria no *Nordeste Novos Rumos*. Ainda sobre os projetos dessa aliança, questionava-se:

Por que para a formação de seus técnicos tem de contar com a Fundação Ford? Por que o sr. Celso Furtado incorretamente vai entender-se com o chefe do governo norte-americano sobre o Nordeste e seus problemas, que são região e problemas nossos, e não alheios? (n.148 – 08/12/1961).

A apressada interferência dos Estados Unidos no processo de reforma agrária da América Latina tem um objetivo essencial: amortecer choques que conduzam a uma reforma completa e profunda radical, efetuar meias reformas, impedir lutas que poderão levar a que os monopólios norte-americanos percam suas posições, suas inversões fantásticas da ordem de 9 bilhões de dólares, o poderoso dreno de transferência de nossa riqueza para os Estados Unidos da América (n.149 – 15/12/1961).

Na verdade, o chamado desenvolvimentismo, por onde quer que tenha passado, ou venha passando, somente ensaja a que os ricos

fiquem mais ricos, e a que os estrangeiros, os chamados técnicos de quantos pontos, missões e comissões americanas existam, explorem e levem de graça as nossas riquezas e o fruto do nosso trabalho, dando em troca, em nome da já famigerada “Aliança para o Progresso”, algumas latas de leite e outras migalhas equivalentes (n.231 – 26/07/1963).

A Aliança para o Progresso representa, em *Novos Rumos*, um entrave à conquista da reforma agrária e à emancipação do país. Representa, também, um engodo sustentado por um suposto reconhecimento técnico das comissões, além de uma farsa para amenizar tensões políticas e manter um sistema de exploração de todo o país pelo Governo norte-americano, mantendo os ricos cada vez mais ricos.

O problema da seca, ou a *falta de inverno*, também constitui a imagem do Nordeste *Novos Rumos* e é reconhecido enquanto uma agravante da vulnerabilidade atribuída a esse território, muito embora sejam questionados a magnitude desse fenômeno climático enquanto algo negativo e o seu reconhecimento como único responsável pelo subdesenvolvimento do Nordeste:

No ano da graça de 1960 a sêca é ainda a coisa mais característica desta vasta região que é o Nordeste. Ainda hoje falar de Nordeste significa clamar contra as sêcas, reponsabilizando-as pelo pauperismo, pela fome e pelo atraso das populações que aí vivem. Corresponderá isto, exatamente, à verdade? A sêca será a única responsável pelo atraso e pela miséria do nordestino? (n.54 – 11/03/1960).

Nordestinos Morrem de Fome e o Governo Cruza os Braços

Mas as verdadeiras causas da falta de trabalho para os camponeses e da fome que avassala milhões de nordestinos não é a estiagem. A causa principal dessa calamidade é a existência do latifúndio, que monopoliza as terras e explora miseravelmente o camponês ou o assalariado agrícola, cobrando-lhes dezenas de milhares de cruzeiros por uma quadra de terra, ou o arrendamento à base da meia e da terça, impondo o dia de cambão e obrigando os assalariados a comprar nos barracões das usinas ou fazendas segundo o "vale" e onde um homem que ganha Cr\$ 80,00 por dia compra um litro de farinha por 140,00 e 250 gramas de charque por 80 cruzeiros. O homem do campo

precisa trabalhar 2 dias para poder comprar 1 quilo de farinha e 250 gramas de carne, que mal dá para fazer um pirão branco para alimentar péssimamente uma vez por dia a sua família. O governo estadual adotou, recentemente, um decreto que considera os gêneros de primeira necessidade como de utilidade pública. Esse decreto confere poderes às autoridades estaduais para confiscar alimentos a fim de atender

os casos de urgência nas cidades atingidas pelos flagelados. Existe dinheiro em abundância, há poderes nas mãos do governo, mas não se observam medidas práticas, capazes de fornecer alimentos e trabalho a milhares de famílias que já imploram coletivamente a caridade pública.

Fig. 9: N.171 – 25/05/1962.

A seca, portanto, é reconhecida como a *coisa mais característica desta vasta região que é o Nordeste*. Porém, ao contrário do que faz o Estado no relatório do GTDN, a seca está distante de constar como causa principal do subdesenvolvimento e da pobreza que constituem a imagem do Nordeste Novos Rumos, sendo esta o sistema de latifúndio e o imperialismo. Lembra o mesmo texto da matéria acima que as condições para o desenvolvimento se fazem ainda mais difíceis onde não há incentivos estatais (*Governo cruza os braços*), o que é ratificado em outra matéria aqui citada ("Onde chega energia começa o progresso"): "Sem tratores, sem energia elétrica, faltando assistência técnica, os créditos, estando a propriedade concentrada

nas mãos de poucos, o desenvolvimento só pode ser lento, ainda mais se as condições climáticas são rigorosas” (n.54 – 11/03/1960).

Em síntese, até aqui, o Nordeste Novos Rumos é construído como território castigado pela estiagem de um clima semiárido e, ao mesmo tempo, é lugar abençoado pela natureza, responsável, por exemplo, pela “espetacular” queda d’água que possibilitou a construção de Paulo Afonso. Também é reconhecido pela sua concentração de terra, pobreza, subdesenvolvimento e conflito entre pobres trabalhadores e ricos latifundiários em torno da propriedade da terra. É território subjugado aos grupos do latifundiário e do imperialismo, ambos sustentados pela manutenção dos modos de produção anticapitalistas do campo, considerados pelo PCB como modos de produção feudais. Nordeste Novos Rumos deve ser *libertado* e posto em marcha para o progresso, visto que ainda significa um lugar de atraso em relação ao resto do país por apresentar as seguintes características: i) insuficiente desenvolvimento econômico (baixo índice de renda *per capita* e alta taxa de pobreza); ii) insuficiente desenvolvimento social (nível sanitário deficiente; altos índices de analfabetismo e de mortalidade infantil); iii) abriga massa urbana e camponesa marginal; iv) mercado consumidor inexistente e baixo nível de industrialização; e v) alto índice de concentração de terras agrícolas. É lugar da ausência de políticas públicas eficientes, muito embora, oficialmente, seja objeto de investidas de planejamento estatal, como as propostas no relatório GTDN e na Aliança para o Progresso, todas consideradas mal-intencionadas, como demonstramos.

Observamos que o aparente paradoxo que esta imagem sobre Nordeste até aqui exposta pode sugerir em relação à problemática descrita no subcapítulo anterior – em que este território também aparece como lugar de organização dos trabalhadores rurais, através das Ligas Camponesas e associações sindicais – é esclarecido adiante, onde, tratamos da imagem do nordestino Novos Rumos.



Fome
e dor

A miséria e as condições de vida no Nordeste levam milhares e milhares de habitantes da região ao desespero. A fome e a dor rondam o lar do sertanejo; a morte está sempre presente. 58

Fig. 10: N.64 – 20/05/1960.

Os nordestinos *Novos Rumos*, como aqui chamamos a ideia de nordestino encontrada nesse jornal, dividem-se em dois grupos: o grupo dos explorados e o grupo dos exploradores. Dentro do grupo dos explorados, estariam também os nordestinos que vivem na cidade, no entanto, observamos que a ênfase do semanário recai, na maioria das vezes, sobre a ideia dos nordestinos explorados do campo, quando o tema tratado está relacionado a Nordeste.

Desta forma, a partir dessa divisão qualificadora prévia, assumimos neste trabalho o nordestino *Novos Rumos* como sendo aquele nordestino trabalhador do campo de que trata o jornal, são os que vivem basicamente na região semi-árida, no sertão, ou em parte da zona da mata, nas usinas de açúcar. Se, por um lado, os nordestinos *Novos Rumos* convivem com a *fome*, com a *morte*, com a *dor*. De outro

⁵⁸ Diz o texto da foto: "A miséria e as condições de vida no Nordeste levam milhares e milhares de habitantes da região ao desespero. A fome e a dor rondam o lar do sertanejo; a morte está sempre presente" (n.64 – 20/05/1960).

lado estão os que sustentam o sistema de *fome/morte/dor* através das formas de exploração denunciadas em *Novos Rumos* como resultado dos modos de produção anticapitalistas, ou feudais. O grupo dos exploradores aparece identificado no jornal por diversos nomes como *forças retrógradas do latifúndio*, ou *forças reacionárias*, ou ainda: *coronéis da terra*; os *latifundiários semifeudais*; os *usineiros*; os *donos de fazendas, de prefeitos e de juízes [sic]*; os *homens do governo*; *imperialistas norte-americanos*; *homens que não vivem no campo, mas do campo*; *governantes inaptos, incapazes e reacionários*; *alguns poucos*; os *privilegiados*⁵⁹. São esses os termos utilizados em *Novos Rumos* para qualificar o que o jornal resume como os *sustentáculos internos da dominação imperialista* (n.61 – 29/04/1960). Esses *sustentáculos* não se confundem com os nordestinos *Novos Rumos* (nordestinos explorados do campo), pois é como se não pertencessem ao povo, e sim a um grupo destacado, aqueles que *não vivem no campo, mas do campo* (n.184 – 24/08/1962) – os latifundiários:

Os latifundiários não vivem no campo. Vivem do campo, mas moram nas cidades. Apenas cerca de 50 mil estão real ou nominalmente à frente de suas propriedades. 54 mil propriedades, com uma área média de 300 hectares, estão entregues a administradores (n.184 – 24/08/1962).

Conclui-se que são os nordestinos *Novos Rumos* que compõem a ideia de povo nordestino em *Novos Rumos*. No jornal também encontramos quem são, onde vivem e como vivem esses trabalhadores:

Quem viaja pelo sertão, como nós fizemos, vai encontrar, em cada cidade, dezenas de crianças descalças. Sujos, por vezes com a barriga inchada e a pele descolorida. São as pequenas vítimas das verminoses apanhadas nos banhos nos riachos e córregos. Serão amanhã os portadores da terrível xistissomose que tira o ânimo para o trabalho e ceifa vidas jovens (n.56 – 25/03/1960).

Essas crianças são o que aqui chamamos de “nordestinos explorados do campo” de amanhã. Serão os⁶⁰ *arrendatários, homens do campo, parceiros, condiceiros, foreiros, homens que trabalham a terra, massas camponesas, pequenos e médios proprietários, lavradores, homens pobres do Nordeste,*

⁵⁹ Referências retiradas de matérias das seguintes edições: n.149 – 15/12/1961; n.165 – 13/04/1962; n.232 – 02/08/1963; n.171 – 25/05/1962; n.181 – 03/08/1962; n.184 – 24/08/1962; n.231 – 26/07/1963.

⁶⁰ Referências retiradas de matérias das seguintes edições: n.146 – 24/11/1961; n.231 – 26/07/1963; n.171 – 25/05/1962.

flagelados, assalariados agrícolas e agricultores, milhares de homens, mulheres que, premidos pela fome, deixam seus casebres e rumam para as cidades em busca de um pouco de alimento para matar a fome crônica que aniquila lentamente milhões de nordestinos (n.171 – 25/05/1962):

Quem vive no campo mesmo são os pequenos e médios proprietários, são os arrendatários, parceiros, condiceiros, foreiros, são assalariados agrícolas. Estes é que sentem todo o peso da exploração e da miséria imposta pelo monopólio da terra e da monocultura. Estes é que sentem todas as consequências do domínio das relações de produção semifeudais, pré-capitalistas, mesmo ali onde o trabalho é assalariado (n.184 – 24/08/1962).

Também os encontramos em textos denúncia sobre as condições de trabalho deste nordestino (arrendatário, meeiro, foreiro ou posseiro), condições essas impostas pelos exploradores:

As condições de arrendamento são leoninas. Quando pago em dinheiro – forma muito pouco usada no Nordeste – o seu preço é elevadíssimo. Mas a forma geralmente utilizada é a do pagamento em espécie. São a meia e a terça, com predominância da primeira. No inquérito da Comissão Nacional de Política Agrária, já citado, a meia foi encontrada como forma predominante em 86% dos municípios nordestinos pesquisados. Às vezes as duas formas se combinam. O latifundiário cobra a meia do produto principal – algodão, por exemplo – e a terça dos outros produtos também cultivados pelo arrendatário, como milho e feijão. Em muitos casos o latifundiário fixa o tipo de cultura que deve ser feita e determina a quantidade ou o tipo de criação que o arrendatário pode assumir. Quando não o proíbe simplesmente. Em parcela considerável, uma das condições de arrendamento é a obrigação do arrendatário vender ao latifundiário a parte do produto que lhe cabe. E quase sempre os preços dos produtos são fixados justamente quando a sua cotação no mercado está por baixo (n.184 – 24/08/1962).

Essas condições de arrendamento *leoninas*, entre as quais se registra também os dias de cambão, são classificadas como práticas de exploração não só injustas, mas também primitivas, às quais eram submetidos mais de 19 milhões de nordestinos que viviam na zona rural (n.184 – 24/08/62). Com os assalariados das usinas de açúcar da zona da mata, (n.149 – 15/12/1961), a situação não era diferente. Os trabalhadores perdiam seus pagamentos no conhecido *engano do lápis*

e nas compras do *barracão*⁶¹, além das multas injustas e das cobranças por assistências médicas que não lhes eram oferecidas. Qualquer tipo de contestação a esse sistema significava represália: “Perdem o teto e perdem a roça, quando não perdem as vidas” (n.185 – 31/08/1962). Ainda sobre o grupo dos explorados:

Se nos demais Estados o camponês leva uma vida de miséria e nada usufrui do desenvolvimento econômico, político e social do país, no Nordeste a situação é ainda pior, principalmente nas zonas da caatinga, onde não há escolas e nem benefício algum que seja colocado ao seu alcance. Em geral, as condições em que vivem os trabalhadores dos campos dos Estados do Nordeste são as mesmas: extrema pobreza material, social e cultural (n.231 – 26/07/1963).

Sobre as crianças *descoloridas e sujas*, o futuro projetado era ameaçador:

Quando a criança escapa da morte, e atinge a idade escolar, nem sempre tem uma escola para frequentar. Na melhor das hipóteses chegará aos bancos escolares com idade de 10 a 12 anos e aprenderá as primeiras letras sem chegar a ultrapassar a 2ª ou a 3ª série do curso (n.56 – 25/03/1960).

Para os problemas que afetavam o nordestino *Novos Rumos*, as soluções envolveriam necessariamente uma “consciência anti-imperialista em várias camadas da população” (n.56 – 25/03/1960) e também a reforma agrária em todo país, sendo necessária, para isso, a união das *forças nacionais*, compostas por diversos setores da sociedade, incluindo, até mesmo, alguns setores pertencentes ao conjunto dos exploradores:

Por forças nacionais se deve entender todas aquelas que tenham interesses opostos, em maior ou menor grau, aos interesses antinacionais do imperialismo. A frente anti-imperialista pode incluir, deste modo, não apenas o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia, mas até mesmo setores de grandes fazendeiros, que entrem em conflito com certos aspectos da política monopolista norte-americana. Exemplificando: Há setores de latifundiários interessados na ampliação de nosso comércio exterior, na procura de novos mercados que libertem nossos produtos exportáveis do monopólio exercido pelos Estados Unidos (n.12 – 15/05/1959).

A heterogeneidade dessas alianças, que permite a adesão de parte dos grandes fazendeiros, resulta do interesse já declarado no próprio programa do PCB

⁶¹ O “engano do lápis” acontecia quando o assalariado trabalhava seis dias e na folha de pagamento apareciam apenas 4 ou 5, ou quando o trabalhador cortava 1.200 feixes de cana durante a semana, e o “lápis” apontava 900 ou 1.000, etc. O “barracão” era uma pequena venda, de propriedade da usina, na qual o trabalhador era obrigado a fazer suas compras, sendo descontadas em seu salário.

em reunir forças para realizar a revolução burguesa, contra o imperialismo, ou capital estrangeiro (norte-americano):

O caráter da revolução brasileira

18. Nesta etapa, a revolução no Brasil não tem caráter socialista. Não existem condições objetivas, nem subjetivas para uma revolução deste tipo. Na atual etapa, a revolução no Brasil é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Deve criar um novo regime econômico e político.

Este regime assegurará, no terreno econômico, a completa emancipação do Brasil do jugo imperialista, em particular do norte-americano; a transformação radical da atual estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. Os interesses da burguesia nacional não serão afetados, pois a revolução, nesta etapa, não visa à liquidação do capitalismo. Não serão atingidos igualmente os interesses dos camponeses ricos. Desde que não hostilizem a revolução, serão mantidas, sob controle, as empresas estrangeiras não pertencentes aos trustes norte-americanos.

Estas tarefas expressam os dois aspectos da revolução: o nacional e o democrático. Estes dois aspectos estão intimamente ligados. Embora, na presente situação, o sentido principal da revolução seja antiimperialista, dado que o imperialismo norte-americano é o principal inimigo do povo brasileiro, ela é também antifeudal, agrária. A luta contra a exploração imperialista norte-americana e contra o monopólio da terra, ainda que tarefas distintas, constitui um processo único. Não será possível realizar as tarefas de caráter antiimperialista sem que simultaneamente, no curso da atual etapa, sejam resolvidas as tarefas de caráter agrário.

Em *Novos Rumos*, confirma-se extremamente confusa a relação que o Partido mantém com as Ligas Camponesas, ora apontando identificações, ora indicando divergências com este movimento, como vamos demonstrar a seguir. Em 1960, foi publicada uma entrevista com Francisco Julião⁶² na qual o Partido manifestava forte apoio ao líder camponês e às reivindicações principais deste movimento, que envolviam a luta pelo enfraquecimento ou o fim das formas de exploração do trabalho dos camponeses. O clima entre o PCB e as Ligas parecia de plena identificação e apoio mútuo. Dizia Julião na entrevista: “o camponês é desconfiado. É indispensável ganhar a sua confiança” (n.57 – 01/04/60).

Em maio do mesmo ano, foram publicados textos de Francisco Julião nos quais se explicava sobre as finalidades das Ligas de “congregar as massas camponesas para romper o silêncio de chumbo que sobre elas pesa e que lhes vem sendo imposto, sem dó nem piedade, através dos séculos, pela força e pela crueldade do latifúndio” (n.65 – 27/05/1960). Tudo indica que as Ligas Camponesas, pelo menos em um primeiro momento, reivindicavam fundamentalmente:

- a proibição do aumento da renda da terra (o que, apesar de ser ilegal, é frequentemente feito pelos proprietários)
- abolição dos dias de cambão (um ou dois dias na semana em que o camponês é obrigado a trabalhar gratuitamente para o proprietário)
- indenização das benfeitorias (o proprietário, ao expulsar o foreiro, é obrigado por lei a pagar as melhorias que ele realizou na propriedade, mas não a faz)
- abolição do método para solucionar as questões entre os camponeses e proprietários através das delegacias de polícia, transferindo-se para a Justiça (n.57 – 01/04/1960).

Essas reivindicações publicadas pelo jornal nos levam a crer que as Ligas Camponesas se aproximavam do PCB como defensoras de um projeto etapista de transformação de sua realidade. Antes de reivindicar para os camponeses direitos já conquistados pelos trabalhadores urbanos, ou a reforma agrária, de acordo com Julião, as relações de trabalho no campo teriam de se tornar efetivamente capitalistas, como podemos concluir em “Reforma Agrária se faz é na prática” (n.65 – 27/05/1960):

⁶² “Ligas Camponesas vão mudar a feição do cangaço”, *Novos Rumos*, n.57, de 01/04/1960.

— Começaremos por notar que, embora vigorando desde 1^o de maio de 1943 o salário mínimo, também para o campo, ainda hoje não é pago ao assalariado agrícola, com as raríssimas e honrosas exceções. A legislação trabalhista é um conto de fadas para o camponês. A sindicalização rural é um mito. No entanto, não há partido político que não traga em seu programa a decisão de lutar pela extensão ao campesinato das leis trabalhistas já aplicadas, com as falhas e omissões conhecidos, aos trabalhadores das cidades. Líderes políticos ou deputados, em pronunciamentos incisivos e até violentos, batem-se pela adoção das leis trabalhistas no campo muitos deles sendo, no íntimo, absolutamente contrários a uma medida de tão alta significação, porque não podem ignorar o tipo de relações de trabalho pré-capitalistas, feudais, semifeudais e escravistas existentes nos campos do Brasil. Quase todos que assim falam, sabem que usam a linguagem surrada da demagogia eleitoral e oportunista.

— Pois bem. Nós, como homem de esquerda, em luta por uma sociedade em que desapareça para sempre a exploração do homem pelo homem, não tivemos a audácia de erguer a nossa voz para dizer que se pode estender e aplicar ao assalariado agrícola brasileiro a legislação do trabalho, com o seu repouso semanal remunerado, sua indenização por tempo de serviço, suas horas extraordinárias, seu aviso prévio, sua assistência médica, hospitalar e outros direitos da nossa ainda precária assistência social, sua estabilidade e sua aposentadoria. Não transpomos os limites do salário mínimo. Por quê? Porque nem de metralhadora em punho é possível obter dos senhores de terras, enfadados, bafucudos e primários, os meios e a compreensão para a aplicação de todas essas conquistas da gloriosa e secular luta dos explorados contra os exploradores. A legislação trabalhista foi feita para ser adotada onde as relações de produção tenham forma capitalista. Não é isso o que acontece nos campos do Brasil. E se assim é, como é, entendemos que a gigantesca luta a ser travada por todos nós é liquidar quanto antes o feudalismo em nossa pátria.

Fig. 12: N.65 – 27/05/1960.

Curiosamente, em 1962, o jornal já fazia dura crítica sobre um livro escrito por Francisco Julião (*Que são as Ligas Camponesas?*), em matéria de mesmo título⁶³. Segundo a reportagem, uma das passagens do livro dizia: “a classe operária, organizada em sindicatos na cidade ou no campo, desde longos anos vêm travando lutas de caráter econômico”, e “somente depois de saturada pela experiência e politizada, por força do proselitismo permanente, essas lutas assumem caráter político”. Com o camponês aconteceria o contrário, deduzia o jornal citando a passagem seguinte do livro: “quando se organiza (o camponês) dá, assim, um salto, adquirindo à sua luta substância revolucionária porque quase não passa pela fase da luta econômica, durante a qual o patrão anestesia, engana e retarda o amadurecimento político da classe operária”. A crítica do Partido sobre as afirmativas do livro de Julião foi publicada e assumiu um tom irônico:

⁶³ “Que são as Ligas Camponesas”, *Novos Rumos*, n.197, de 23/11/1962.

Se semelhante tese fosse verdadeira, é a conclusão a que se deveria logicamente chegar, sendo a massa camponesa pobre e potencialmente revolucionária umas dez vezes superior em número aos operários urbanos, caberia à massa camponesa dirigir o processo revolucionário e, por que não? torná-lo vitorioso imediatamente. Se as lutas de alguns milhares de afiliados às Ligas Camponesas, num passe de mágica, como por milagre, transformaram-se de econômicas em políticas, a revolução social está feita! (*Novos Rumos* – 23/11/1962).

Desta forma, é muito difícil, a partir de *Novos Rumos*, afirmar se a relação PCB/Ligas se mantinha pacífica ou não. De alguma forma, a impressão que temos é a de que, por convergirem em alguns de seus interesses e terem inimigos comuns, estes dois movimentos nunca oficializaram um rompimento, mas sempre negociaram suas divergências.

Em 1962, são publicadas histórias de camponeses, como a do arrendatário Manoel Augusto da Silva. O texto narrativo se vale de um enfoque evolucionista para descrever o processo desse camponês, partindo de sua condição de exploração no trabalho, até a sua adesão às Ligas Camponesas. Essa história funciona como exemplo testemunho, que serve claramente ao objetivo de influenciar outros “Manoéis”⁶⁴, como é admitido no próprio texto do jornal: “nada melhor para ilustrar esta dura realidade do que alguns exemplos concretos e recentes” (n.184 – 24/08/1962):

Era domingo, dia de feira no Otlacho, subúrbio rural de João Pessoa, onde está localizada a sede da Liga Camponesa daquela cidade. Um homem baixo, forte, pés e mãos deformados pelo trabalho, chapéu de palha rasgado na cabeça, maltrapilho, procura o dr. Leonardo Mota, um dos líderes do movimento camponês no Estado. [...] Eis a sua história. Tem 66 anos e 8 filhos pequenos em sua companhia. Chama-se Manoel Augusto da Silva. Há 36 anos é arrendatário de 3 quadras de 50 metros da fazenda Boa Vista, da família Lundgren, grandes latifundiários em Pernambuco e Paraíba, onde também possuem várias fábricas de tecidos. [...] Manoel pagava 150 cruzeiros por semana. Cultivava banana, coco, inhame, jaca, etc. Desde agosto de 1961 que d. Olegária Lundgren, proprietária da terra, vem exigindo que ele abandone a propriedade. E desde agosto que ele vem lutando para não sair e não pagar o foro altíssimo que a proprietária quer cobrar agora. Por isso veio procurar a Liga, onde espera encontrar uma mão de ajuda e um braço de proteção. Na propriedade de d. Olegária Lundgren há dezenas de outros camponeses na mesma situação (n.184 – 24/08/1962).

⁶⁴ *Novos Rumos* publica outras histórias iguais a essa, como a do “velho trabalhador João Amaro da Cunha”.

Percebemos que *Novos Rumos* cria um tipo nordestino que vai em busca da solução de um problema concreto, o que não representaria, a princípio, uma demonstração de consciência de classe.

Por outro lado, teria este grupo atingido essa consciência específica de *classe para si*? Em outras palavras, o nordestino *Novos Rumos* faz alguma ideia das razões estruturais que o condicionam como camponês explorado? Alguns trechos das matérias que focalizam as Ligas Camponesas e outros tipos de organização rural – para além das sessões “Cartas do Sertão” e “Cunversa de Camponês”, que analisaremos adiante – nos levam a crer que sim, ainda que destaquem o caráter evolucionista desse processo:

Em 1962, a massa camponesa pobre em nosso país continuou pobre e submetida à opressão do latifúndio, mas colheu bons frutos em sua luta pela emancipação social e econômica. Obteve um grande progresso em seu esforço de organizar-se e acelerou seu processo de tomada da consciência da sua força e das possibilidades que se lhe oferecem para a conquista da posse da terra e da reforma agrária (n.204 – 11/01/1963).

Mas, apesar dos golpes sofridos, das medidas repressivas do latifúndio, de algumas vezes as forças punitivas dos aparelhos do Estado terem se colocado abertamente contra a massa camponesa e em defesa do latifundiário, e até mesmo dos grileiros, o movimento camponês em nosso país atinge uma fase de fortalecimento e consolidação. Por isso mesmo alcançou em 1962 uma vitória notável, que foi o reconhecimento dos sindicatos rurais, antiga reivindicação da massa camponesa e de suas primeiras organizações de vanguarda, ainda na década de 40 (n.204 – 11/01/1963).

Os camponeses da Paraíba, com apoio dos seus companheiros de outros pontos do Nordeste, realizarão um comício nesta capital no próximo dia 1º de maio. Será um vigoroso protesto contra as violências que têm sido desencadeadas pelos latifundiários e seus agentes contra as Ligas Camponesas (n.166 – 20/04/1962).

Luta o povo nordestino com uma perspectiva mais larga e mais profunda. Luta pela nacionalização. Luta pela nacionalização da “Bond and Share” e suas sucursais instaladas na região, pela nacionalização da “Anderson Clayton”, pela nacionalização da distribuição dos produtos da Petrobras; luta o povo nordestino por uma reforma agrária radical, com a desapropriação das terras para indenização a longo prazo e entrega gratuita aos camponeses, nas bacias dos açudes na faixa úmida do litoral, nos vales dos rios e na áreas próximas aos grandes centros urbanos (n.149 – 15/12/1961).

Como vemos, o nordestino *Novos Rumos* não é só o *flagelado* frágil, que sobrevive apesar de sua condição miserável e de sua ainda ausente consciência política, é também aquele que “evoluiu”, ou seja, que se dedica à organização de

atividades coletivas, como comícios e protestos, que se une a outros dos seus em favor da nacionalização de empresas, pela reforma agrária, entre outras bandeiras, o que demonstra clara consciência não só de classe, mas de certa adesão às teses pecebistas. Isso confirma a forma evolucionista como é construída a ideia de nordestino em *Novos Rumos*.

Se do século XIX às primeiras décadas do século XX os quadros de crise social causados pelo monopólio da terra eram preenchidos de movimentos rebeldes, tais como as de Canudos⁶⁵, Juazeiro⁶⁶, Caldeirão⁶⁷ e também pelo cangaço – segundo o jornal, como “parte de nossa evolução nacional, de nossa integração como Nação, de nosso lento e deformado desenvolvimento econômico” (n.213 – 22/03/1963) –, nas décadas de 50 e 60, as Ligas Camponesas apareceram como exemplo de organização camponesa a ser seguido em todo o canto do país rumo à sindicalização rural.

Misticismo e cangaço são fenômenos sociais comentados em *Novos Rumos*, em textos críticos sobre livros que tematizavam o cangaço e o messianismo (“Serrote Preto”, de Rodrigues de Carvalho, e “Cangaceiros e Fanáticos”, de Rui Faço). Sobre as lutas empreendidas por esses movimentos, leem-se os seguintes comentários:

Rodrigues de Carvalho mostra igualmente, o quanto a repressão, pelos métodos brutais das forças perseguidoras, serviram para exacerbar a fúria dos bandos (171 – 25/05/62).

Eram muito mais frutos do nosso atraso econômico do que eles próprios retardatários. Hoje, compreendemos e sentimos que eles eram uma componente natural do nosso processo evolutivo, a denúncia do nosso próprio retardamento nacional, o protesto contra uma ordem de coisas ultrapassada e que deveria desaparecer (n.213 – 22/03/1963).

[...] lutas que não foram senão a guerra dos pobres do campo contra as condições infra-humanas de vida e de trabalho que se lhes

⁶⁵ A Guerra de Canudos foi o confronto entre o Exército da República e um movimento popular de fundo sociorreligioso liderado por Antônio Conselheiro, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos no interior do estado da Bahia.

⁶⁶ Confronto armado entre as oligarquias cearenses e o Governo Federal provocado pela interferência do poder central na política estadual nas primeiras décadas do século XX. Ocorre no sertão do Cariri, no interior do Ceará, e centraliza-se na liderança de Padre Cícero. A revolta é um exemplo da ligação entre o clero católico e os grandes proprietários nos sertões brasileiros.

⁶⁷ O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto foi um movimento messiânico surgido nas terras do Crato, no Ceará. Romeiros e imigrantes trabalhavam todos em favor da comunidade, que era liderada pelo beato José Lourenço da Silva, sob os valores do trabalho, da igualdade e da religião.

oferecem. Desta forma, o cangaço e o misticismo são apenas uma exteriorização que essa guerra assumiu (n.238 – 13/09/1963).

Mostrando que, desde o início, tiveram tais ocorrências (em sua essência) o caráter de luta de classes, ainda que meramente instintiva (n.238 – 13/09/1963).

É reafirmada a visão evolucionista também sobre esse tema na medida em que, tanto cangaço quanto misticismo, são considerados no jornal como estágios intermediários de uma consciência política:

O cangaço e o misticismo, mais de uma vez usados e manobrados pela astúcia dos grandes fazendeiros, desaguaram, por fim, nas tarefas conscientes das ligas camponesas e dos sindicatos agrícolas, numa defesa, inclusive pelas armas, das terras ocupadas pelos posseiros (n.238 – 13/09/1963).

A Liga Camponesa será a instituição mais acionada pelo jornal no sentido de descrever a força da resistência/consciência “atingida” pelos *nordestinos explorados do campo*. Essas organizações atraíram centenas de “Manoéis da Silva” que, de acordo com o jornal, não suportavam mais viver em regime de *meia, terça, cambão, barracão* e ameaça de despejo do patrão. Tudo parece ter começado quando esses “Manoéis” se reuniram em coletivos de ajuda solidária, como exemplificado no semanário, através do enfoque igualmente evolucionista dado ao processo de fortalecimento de uma das Ligas Camponesas mais conhecidas por ter se tornado exemplo de forte resistência e vitória em seus objetivos:

Início da luta

O Engenho Galiléia está localizada no município de Vitória de Santo Antão, a 50 quilômetros de Recife. O seu solo, embora muito pobre, alimenta de verduras e mandioca as populações de Vitória e do Recife. A família Beltrão com títulos de propriedade, havia decidido expulsar as 192 famílias que ali habitam com os seus 432 filhos menores. Os lavradores, por outro lado, resolveram não deixar as terras. Dessas duas decisões surgiu uma luta que chegou a assumir aspectos de indescritível selvageria, tendo a sua repercussão ultrapassado as fronteiras de Pernambuco e agitado as colunas dos jornais da Capital da República.

Quando os Beltrões investiram contra os lavradores do Engenho, as 192 famílias que ali habitam viviam mais ou menos dispersas. Havia na localidade uma delegacia da Associação Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, cuja atividade se limitava à ajuda mútua entre os seus associados: em caso de morte, providenciava a compra de um caixão para o defunto, coisa que antes não era feita, e que causava muito desgosto aos lavradores. Essa Associação começou a se preocupar com outras reivindicações dos lavradores, como a da terra, quando a família Beltrão aumentou os fôros em mais de cem por cento. Os trabalhadores e suas famílias decidiram que não pagariam o aumento, e não pagaram. Os Beltrões entraram com ação de despejo. Desde então os camponeses começaram a se dirigir com mais freqüência à Delegacia da Associação, que passou a liderar a luta, iniciando a batalha judiciária, através dos seus advogados Francisco Julião e Djaci Magalhães.

Fig. 13: N.54 – 11/03/1960.

Após três anos de batalha judiciária, os lavradores da Galiléia obtiveram, da Assembleia Legislativa do Estado, a aprovação do projeto do deputado Carlos Luiz Andrade determinando a desapropriação das terras do Engenho. Em diversos exemplares de *Novos Rumos*, esse caso consta como um exemplo de desfecho vitorioso. Francisco Julião aparece como o líder desse movimento em Pernambuco:

Francisco Julião, filho de latifundiários, é hoje o mais conhecido líder camponês do país, em virtude de sua atuação desassombrada à frente das Ligas Camponesas de Pernambuco. Falando à nossa reportagem disse ser impossível, no Brasil, verdadeiro movimento de massas sem a participação ativa dos milhões que trabalham o campo.

Fig. 14: N.57 – 01/04/1960.

A história da Liga da Galileia tornou-se conhecida em todo o Brasil e inspirou novas organizações, tais como a do município de Pesqueira, a 240 quilômetros de Recife – região onde se cultivava algodão, mamona, milho, feijão, entre outros produtos agrícolas – que conseguiu reunir cerca de 1.200 “sócios” (n.78 – 26/08/1960), como se pode ver na fala do advogado da Liga de Pesqueira, sr. Costa Pereira:

A nossa entidade conta hoje com 1.200 associados, sem incluir mulheres e crianças. A associação tem estatutos próprios, devidamente registrados. Ela é, portanto, uma Liga autônoma, formada para a defesa dos lavradores e de suas famílias. E é justamente por isso que colaboramos com o movimento de Francisco Julião, em favor da reforma agrária, e com todos os empreendimentos que visem o mesmo objetivo. A nossa presença no congresso⁶⁸ dos lavradores do Paraná – concluiu – foi exatamente para prestar a nossa irrestrita solidariedade ao conclave (n.78 – 26/08/1960).

São enfatizados no jornal os congressos dos camponeses, cada vez mais frequentes – como o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, promovido pela Utab, em Belo Horizonte. Dizia Francisco Julião:

O congresso⁶⁹ foi, sobretudo, uma demonstração de unidade das massas camponesas, independentemente de sua forma de organização atual: as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, as ligas camponesas, os camponeses sem terra do Rio Grande do Sul, a Confederação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do estado do Rio, além de outros (n.149 – 15/12/1961).

Podemos a esta altura afirmar sem nenhuma ilusão que o movimento camponês tomou caráter nacional [...] (n.149 – 15/12/1961).

Em 1960, análises de Francisco Julião sobre as reivindicações das Ligas diziam que estas eram motivadas por razões internas às dinâmicas de exploração consideradas também pelo PCB (cambão, barracão, renda da terra, engano do lápis, etc.). Já em 1961, Julião reaparece no jornal, atribuindo o *despertar das massas camponesas* primeiro “à influência das cidades sobre o campo, o que contribuiu para dar consciência ao homem do campo da sua própria situação e de seus direitos”, e, em segundo, à Revolução Cubana, com seu *caráter agrário* (n.149 – 14/12/1961).

⁶⁸ I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná.

⁶⁹ Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – 1961.

Nordeste Novos Rumos é, sem dúvida, também território de violência e intervenção militar. A Liga da Galileia representou um exemplo de vitória, ao passo que a Liga Camponesa de Sapé aparece no jornal como exemplo de combatividade à violência, tendo sofrido um golpe brutal empreendido pelos latifundiários que, com o apoio do poder público, tirou a vida de sua maior liderança, “a cabeça e o coração da mais importante organização camponesa do país” (n.165 – 13/04/1962), o camponês João Pedro Teixeira. Soldados de polícia e fazendeiros aparecem no jornal como bárbaros:

Tropas do Exército estão sendo lançadas para impedir a manifestação pacífica dos camponeses nordestinos, que protestam contra o brutal assassinato do líder dos lavradores de Sapé, João Pedro Teixeira. Arbitrária e ilegalmente a Paraíba foi colocada, de fato, sob intervenção militar (n.165 – 13/04/1962).

Estes fatos constituem a desmentida mais flagrante à calúnia da imprensa reacionária, que aponta as Ligas Camponesas como foco de perturbação da ordem. Não foram os camponeses de Sapé, e sim os latifundiários, que lançaram mão da violência em sua forma mais covarde: o assassinato de emboscada. Inquérito policial instaurado pelo governador do Estado revelou que os criminosos são soldados de polícia a soldo dos fazendeiros. É, quando os camponeses organizam protestos pacíficos contra o crime, as forças do Exército desencadeiam mais uma vez a violência contra as suas manifestações. De violência em violência, são as classes dominantes que se colocam fora da Lei e não de responder pelas consequências de seus atos terroristas (n.165 – 13/04/1962).

Aqui, um camponês assassinado dentro de sua própria casa, sob o olhar de pânico de sua mulher e filhos. Ali, outro camponês barbaramente trucidado. Eram sementes saudáveis. Germinavam e davam frutos. Para cada camponês que tombava na luta contra a miséria, milhares de novos sócios eram arregimentados pela Liga. Hoje a Liga de Sapé tem mais de 10 mil associados. Todos pagam mensalidade. Todos têm sua carteirinha (n.165 – 13/04/1962).

Como é possível constatar, o nordestino Novos Rumos é um homem pacífico, seguidor da lei, e não corresponde à considerada injusta imagem de perturbador da ordem a ele atribuída por outros órgãos de imprensa. Antes mesmo do assassinato de João Pedro Teixeira, dizia Francisco Julião a *Novos Rumos*: “O camponês não é responsável pela desordem e pela anarquia reinantes, porque é ele mesmo vítima de tudo isso. Quem responde por este estado de inquietação e o procura agravar dia a dia é o latifúndio” (n.149 – 15/12/1961). Diversos casos de violência contra camponeses passam a ser narrados, como o espancamento de Pedro Quirino pelo latifundiário João Meireles, e o assassinato de João Avelino, da Liga de

Mamanguape, e de Pedro Fazendeiro, um dos secretários da Liga de Sapé, entre outros (n.165 – 13/04/1962).

O Nordeste Novos Rumos também é feito de mitos, através da exaltação de suas de qualidades que, com frequência aparecem nas manchetes de impacto das notícias: “Nordeste lutará contra a liquidação da Sudene” (n.148 – 08/12/1961); “Nordestinos morrem de fome e o Governo cruza os braços” (n.171 – 25/05/1962); “Fala o Nordeste: Reformas Já” (n.232 – 02/08/1963); “Aliança para o Nordeste: Dólares são migalhas e os planos são ianques” (n.169 – 11/05/1962); “O Nordeste em pé de Guerra”(n.149 – 15/12/1961).

A história de João Pedro Teixeira nos serve como um exemplo da construção de um herói. Neste jornal, João aparece como um *lutador consciente, corajoso, um comunista, servidor do povo sofredor*, enfim, um herói, mártir que deu a vida pelos ideais da Liga e que foi morto de forma covarde por emboscada: “Morreu no posto de combate. Não recuou um só passo, nem mesmo diante da morte” (n.165 – 13/04/1962). Em “Latifúndio Comanda o Cangaço na Paraíba: Líder camponês assassinado pelas costas”, de 13/04/1962, lê-se a narração de seu assassinato e da exaltação romântica de sua personalidade e “vida após morte”. A matéria ganha tom dramático e é ilustrada com fotos do mártir já sem vida:

A EMBOSCADA: O assassinato ocorreu mais ou menos 14:30 do dia 2 de abril, numa emboscada, quando o camponês regressava de João Pessoa, para onde havia viajado pela manhã para comprar livros escolares para os filhos. Acabava de saltar de um ônibus. Caminhava pela pista asfaltada de Sapé BR-33. A emboscada no mato – presumivelmente mais de um criminoso – deixou que João Pedro passasse e atirou pelas costas. João Pedro tombou imediatamente com três tiros, um dos quais lhe atravessou o coração (n.165 – 13/04/1962).

POR QUE JOÃO PEDRO ERA VISADO: Admiravam-lhe a energia, a combatividade, a capacidade de mobilizar e organizar os camponeses nas lutas por suas reivindicações e pela terra. Precisamente por seu trabalho incessante como organizador e orientador dos pobres do campo, fora João Pedro escolhido para vice-presidente da Federação das Ligas Camponesas, tendo comparecido na qualidade de representante seu ao Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961 em Belo Horizonte (n.165 – 13/04/1962).

Antes de morrer, João Pedro era apenas silhueta de um homem no asfalto. Mas, agora, João Pedro virou um zumbi. É uma sombra que se alonga pelos canaviais, que bate forte nas portas das casas grandes e dos engenhos, que povoa a reunião dos poderosos, que grita na voz do vento, dentro da noite, e pede justiça, e clama vingança, que passeia pelas estradas de Sapé, que fala pela boca de

milhares de criaturas escravizadas, a mesma linguagem que, com a sua morte, não se perde, porque a mensagem dos verdadeiros líderes não se esgota (n.165 – 13/04/1962).

Uma das seções de *Novos Rumos*, cujo título é *Carta do Sertão*, apesar de não apresentar uma periodicidade regular, nos fornece rico material sobre o nordestino explorado do campo. É assinada por *Zé Praxedi – o poeta vaqueiro*. Não se encontra qualquer outra referência do jornal sobre quem escreve este texto, o que nos leva a crer que seja um autor inventado. Este eu lírico, que se utiliza da estrutura da literatura de cordel para expressar a sua mensagem e dialogar de forma fictícia com diversas figuras (seus *cumpades*), é o *nordestino explorado do campo* de *Novos Rumos*: “Presidente JK:/ esta carta é de um vaqueiro/ que se criou e nasceu/ no Nordeste Brasileiro” (n.07 – 10/04/59):



Fig. 14: Coluna Carta do Sertão

A seca aparece como um elemento que castiga sua terra natal – esse nordestino é emigrante, vive no Rio de Janeiro, onde leva uma vida difícil. O *nordestino Novos Rumos* é um homem semianalfabeto (como se nota pela escrita propositalmente incorreta do eu lírico) que, no entanto, possui uma consciência crítica profunda sobre a situação que descreve passar seus conterrâneos que vivem

⁷⁰ Reprodução feita a título de demonstração da forma assumida por essa coluna, apenas.

também “fora” do *Nordeste Novos Rumos*: “Pobe no Rii de Janeiro,/ leva vida de cachorro [...] Não abandonem a terrinha/ praque terra é coisa cara!/ O prefeito da cidade/ com braço do pau de arara/ que naceu pra trabaiá/ ta percurando aterrâ/ O Rio da Guanabara” (n.16 – 12/06/59). Esse nordestino percebe a exploração sobre seus conterrâneos também em outros lugares do país. Sobre o trabalho nas fazendas, vemos neste trecho o que diz sobre o “barracão”:

Rapadura, carne-seca/ Farinha, café, feijão/ Me-de-furo, agordente/
Tudo quente percisava/ A Peroba li mandava/ Sem recebê um tustão.
Porem, o lape mardito/ Do douto Nerso Miúdo/ Sem dizê nada a
ninguém/ Tumava nota de tudo.
Farta muito, meu cumpade/ Pra nos vim a liberdade. (n.39 – 10/11/59).

Zé Praxedi apresenta-se como um poeta, sugerindo o atributo da sensibilidade nos versos que narram a saudade do lugar de onde saiu: “Eu queria hí no São Pedro/ Pra nós tuma umas cana/ Na budegua camarada/ Do cumpadre Zé Viana” (n.16 – 12/06/59).

Já a seção *Cunversa de Camponêis*, menos frequente em *Novos Rumos*, entra em diálogo com o vaqueiro Zé Praxedi. Essa seção é assinada por outro personagem fictício, o *Zé Tavêra*, um camponês cuja procedência não é explicitada. É também semianalfabeto e completamente determinado a convencer os “Zés Praxedis” a se organizarem em sindicatos para fazer *a nossa revolução*, como fazem os *irmão operário*: “Eles tem seus sindicato/ donde faz a reunião/ pra resorvé e pedi/ melhoria pru patrão” (n.39 – 20/11/59). O camponês Zé Tavêra também cita a necessidade de formação de um grande bloco, que parece formado pelos operários e trabalhadores rurais, para que consigam, de forma legal, seus direitos e sua libertação do que chama “mardita escravidão”:

CUNVERSA DI CAMPONÊIS

(Bolação de Zé Tavêra, dedicada a Zé Praxede, o poeta vaqueiro)

O qui não pode é eu só
ou eu i tu, nós sózinho,
arregramá do patrão,
Pedi mais um bucadinho

O, lavradô do Brasil
precisa se arreuni
prá arreservê todos junto
o qu'êles qué consegui

Nós temo qui nos uni,
môdi vê si a coisa muda
i si aparece um govêrno
qui possa nos dá ajuda

O govêrno qui ta aí
é coisa só dos patrão,
qui se a gente num cuida,
ôtro govêrno farão,
govêrno qui só defende
o interêssê dos qui tom,
deixando nós na pobreza
sem tê siqué um vintém

Nós temo qui reagi
i um grande broco forma
môdi botá no govêrno
um home bem populá,
um home qui comprienda
a nossa situação
i qui quêra nos livrá
da mardita escravidão

— Tu acha qui a gente pod,
assim da noite pru dia
reservê tudo d'ê veiz
i tê carta d'ê aforria?

— Nós temo qui cumeç
a nossa revolução
reclamando legamente
contra a negra servidão

A sorte ninguém nos dá...
A sorte a gente é qui faz.

Si fô se ficá parado,
cada veiz vai mais pra traiz.

Basta de mêia, de têrço,
de adividi c o patrão
o qui se pranta i se cois
— Qui vamo fazê antão?

— E' se deixá di sê bêsta,
fazê cumu na cidade,
i comçá lizigindo
o nosso da otôridade

Nossos irmão operário
trabaia i ganha é diahêro:
num vêve assim cuma gente,
escravo do fazendeiro

Eles tem seus sindicato
donde faz as reunião
prá reservê i pedi
melhoria pru patrão.

A gente tem di luta
pra consegui de um tudo.
Num pense qui cai do céu,
ficando parado i mudo

Nós tem qui cortá as unha
di tôdas as exploração,
intê ganhá essas terra
qui diz na Constituição.

I quando isso vinhe
quando isso assucebê,
ai então, sô cumpadre,
ai então vai se vê:

Os operário d'as faonca,
os diplomata, os dotô,
os homes aqui do campo
gente di tôda a cô,
trabaiando tudo alegre,
tudo farto i bem feliz
I o Brasil, véio di guerra
ornado um grande país.

Fig. 15: N.39 – 20/11/59.

Zé Praxedi também se comunica, através da seção *Carta do Sertão*, com outros *cumpades*, como o *Mane Cupira*, que diz ser *nacido nesse sertão*. Do *Distrito Federá*, escreve, em clara referência à Revolução Cubana: "O mundo capitalista/ in

sessenta cai por terra/ O pudê socialista/ retira o pavô da guerra./ Num pais piquinin/ Aparece um querubin/ do seio da grande serra” (n.53 – 26/02/60). Zé Praxedi parece estar completamente inserido no contexto político de sua época. Em suas cartas, explicita suas críticas ao então candidato a presidente Jânio Quadros (eleito em janeiro de 1961) e faz campanha pelo candidato Marechal Lott à presidência da República⁷¹:

Esse zarói da bassôra/ O mundo inteiro correu./ Gasto triões de cruzêro/ Munta coisa prometeu!/ Dispôs diz qu’êsse dinhêro/ Ele teve como herdêro/ De um sitho que vendeu.
Pra campanha do seu Lote/ É justo que a gente dê,/ Sabendo de seu passado/ Trabaiano pra vivê./ Sua furtuna e corage,/ Critero, força e sabê (n.54 – 11/03/60).

Outro personagem, imigrante sertanejo que leva a vida no *Distrito Federá*, assina a seção para enviar sua mensagem politizada aos camponeses. Dizia *Manezin dos Anastaço*:

Trabaiadô coma nos/ No Distrito Federá/ No dia que dói um dente/ Já sabe adonde trata/ Se o patrão se mete a besta/ Tem doutô pra divoga./ Vocês precisam cria/ um sindicato de vocês/ Dispôs de tudo correto/ Ficam montado nas leis/ Comem tudo mais barato/ Adonde há sindicato/ Bodega num tem freguês./ Trabaia sem sindicato/ E rema contra a maré/ Se você farta um dia/ O patrão perde a fé (n.59 – 15/04/60).

O *Pueta Rogaciano* é outro personagem que denuncia a exploração do Brasil pelos norte-americanos escrevendo *da frontêra* do Brasil a Zé Praxedi:

Tão levando pras istranja/ Nosso meta precioso/ Os fio do tio SAN/ Os nosso primo amoroso/ Tão tirando desta terra/ Seu cabedá primoroso!/ Vaquêro, a coisa pro qui/ É um caso de puliça/ Baxa tanto aeroprano/ Qui pra contar dá preguiça/ M’alembrei lá no Norte,/ Nos ano de crise forte/ Os urubu nas carniça (n.69 – 24/06/60).

Para *Novos Rumos*, os *arrendatários, homens do campo, parceiros, condiceiros, foreiros, homens que trabalham a terra, massas camponesas, pequenos e médios proprietários, lavradores, homens pobres do Nordeste, flagelados, assalariados agrícolas e agricultores* são os 19 milhões de nordestinos explorados do campo, aqui os Nordestinos Novos Rumos. Quando crianças, existem por escaparem da morte; existem descoloridos e sujos, cheios de verminoses, mal

⁷¹ Essas opiniões também aparecem nos jornais 81 (16/09/60) e 83 (30/09/60), nos quais Zé Praxedi se posiciona contra Jânio Quadros.

aprendem as primeiras letras. Mas há, entre estes, também os que “evoluem” e se transformam em homens pacíficos, em “Manoéis da Silva”. Esses levam uma vida de miséria, no esquema da *meia, terça, cambão, barracão, engano do lápis*; tornam-se presas fáceis das *forças retrógradas do latifúndio, das forças reacionárias, dos coronéis da terra, dos latifundiários semifeudais, usineiros, donos de fazendas, de prefeitos e de juízes, dos homens do governo, dos imperialistas norte-americanos*. Até que, um dia, a vida desses “Manoéis” chega a um limite: eles mal reúnem o bastante para comer, passam a ser ameaçados de despejo, passam a sofrer violências por parte das *forças retrógradas*, e decidem organizar-se. Para *Novos Rumos*, esses nordestinos começam a se dar conta de que devem enfrentar o coronel, devem romper o silêncio, protestar, reivindicar o fim do cambão, porque a terra é de quem nela trabalha. Afinal, estaria tudo na Lei. Ao lado deles estará sempre o espírito dos heróis companheiros que deram a vida pelas Ligas, que foram espancados e assassinados pelos capangas, e, para cada um que tombar, surgirão mais outros no lugar assumindo a luta.

Os nordestinos *Novos Rumos* também são aqueles *da fronteira, do Distrito Federá, do Ríi de Janeiro*; são aqueles que reafirmam a luta a partir da organização coletiva pacífica a partir do sindicato, da liga, de uma regulamentação legal para conquistar os direitos, se livrar da *mardita escravidão*. Estão contidos, mesmo que não fisicamente, no *Nordeste Novos Rumos*, no sertão e na zona da mata. E, enquanto a luta não tem fim, são marcados pela saudade.

Nordeste *Novos Rumos* é lugar da saudade, de seca, da união, do sofrimento e da resistência organizada. É território de belezas naturais e números estarrecedores, lugar da falta: falta de água, falta de mercado consumidor, falta de energia elétrica, falta de renda per capita, falta de investimentos, falta de saúde, falta de políticas bem intencionadas. É um passado primitivo da revolta “instintiva”, um presente semi-feudal, fadado ao atraso, e um futuro previsto em Lei, construído por heróis camponeses comunistas.

Seção II – Um nordestar cinematográfico

2.3 A Questão Regional Nordeste do Cinema Novo

No cenário artístico-cultural desse mesmo período, destacamos, na segunda metade da década de 50, o cinema moderno brasileiro⁷², constituído em parte por uma corrente cultural de caráter nacional popular que propunha ir além das produções popularescas, representadas pelo gênero da chanchada, e pelas superproduções da Vera Cruz⁷³. Fortemente influenciado pelo Neorrealismo italiano⁷⁴ e pela *Nouvelle Vague*⁷⁵ francesa, o Cinema Novo nasceu no embalo de outros movimentos artísticos, como o da renovação do teatro brasileiro, a partir do Teatro de Arena⁷⁶, e sociais⁷⁷, e começou a dirigir as primeiras obras audiovisuais comprometidas com o que se pode qualificar de consciência nacional dos problemas

⁷² O crítico de cinema, Ismail Xavier, considera o ano de 1950 como marco do cinema moderno brasileiro, cujo precursor teria sido Nelson Pereira dos Santos (XAVIER, 2001).

⁷³ Um dos maiores estúdios da América Latina, que pretendeu atingir um alto nível técnico (1949-1954).

⁷⁴ O Neorrealismo italiano foi um movimento artístico do pós Segunda Guerra cuja característica principal era o comprometimento do cinema com os temas da realidade popular, a linguagem despojada (inclusive utilizando atores não profissionais), livre das limitações dos estúdios e das pressões dos grandes produtores e montadores.

⁷⁵ A *Nouvelle Vague* foi um movimento artístico do cinema francês do pós Segunda Guerra que contestou o cinema industrial dos anos 60. Sem grande apoio financeiro, os primeiros filmes conotados com essa expressão eram caracterizados pela juventude dos seus autores, unidos por uma vontade comum de transgredir as regras normalmente aceitas pelo cinema comercial.

⁷⁶ O Teatro de Arena foi fundado na cidade de São Paulo, em 1953, como uma alternativa à cena teatral da época e com forte caráter político – sua base política era estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE). A intenção de um dos seus fundadores, o ator e diretor teatral José Renato, era nacionalizar o palco brasileiro em contraposição ao tipo de teatro que se via praticado pelo TBC – Teatro Brasileiro de Comédia (um repertório iminentemente internacional, com produções sofisticadas e que dialogavam pouco com a realidade nacional). O objetivo era produzir espetáculos de baixo custo, de autores nacionais e incentivar o surgimento de diretores brasileiros (o TBC investia nos talentos europeus, principalmente os italianos). Após dois anos de atuação em espaços improvisados, a sala da Rua Theodoro Baima, no centro da cidade, foi inaugurada (1955).

⁷⁷ Em Pernambuco, começou a ser aplicado o processo de educação criado por Paulo Freire – baseado na conscientização, que valoriza a educação e a cultura popular. A CNBB criou o Movimento de Educação de Base, em 1961, caracterizando-o, também, como um movimento de cultura popular no desenvolvimento de uma metodologia própria, de fundo humanista e cristão. O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi implantado por Miguel Arraes na prefeitura de Recife, em 1960, voltado para a alfabetização de adultos e para a conscientização popular ligada à valorização da cultura regional em suas diferentes formas – teatro, música, artes plásticas. Também a Igreja Católica (mesmo que não tenha sido a corrente hegemônica) manifestou-se abertamente a favor da reforma agrária, criticando as propriedades socialmente inúteis.

sociais do Brasil. Visava, portanto, tematizar pessoas do povo, seus modos de vida, suas crenças, enfim, sua cultura. O foco desse grupo era o Brasil popular, ao mesmo tempo em que se questionava, afinal, o que seria um “cinema brasileiro”⁷⁸. Esse movimento era composto por diretores⁷⁹ da classe média em oposição ao esquema industrial da produção cinematográfica desenvolvida, principalmente, em São Paulo. Sua proposta era superar a dependência brasileira em relação à produção cinematográfica estrangeira através da produção nacional de baixo custo e de caráter alternativo⁸⁰, imprimindo uma transformação de conteúdo principalmente (RAMOS, 1996).

A obra precursora do nascente Cinema Novo, ou da chamada “arte engajada”, foi *Rio, 40 graus*, dirigida por Nelson Pereira dos Santos, em 1955⁸¹, por abordar temas do cotidiano de forma crítica, ou politicamente orientada, e por repensar a própria prática do cinema. O humanismo da vida cotidiana e a construção crítica de seu tema passaram a ocupar o primeiro plano das narrativas em relação à parte técnica que envolve a elaboração de um filme:

O importante, para um autor de filme, é saber o que quer dizer: ele não precisa conhecer objetivas, nem densidade de filme, nem sensibilidade, nem banho, nem não-sei-o-quê, não precisa saber nada daquela série de problemas que eram acrescentados ao trabalho de direção para impedir que aparecessem mais diretores. Era uma mistificação da profissão. O importante é o sujeito saber o que quer (Nelson Pereira dos Santos *in* VIANY, 1999, p.97).

Foi nesse momento, inclusive, que novas diretrizes da estética cinematográfica passaram a inspirar discussões sobre o cinema propriamente dito e

⁷⁸ Diante da considerada precária situação do cinema brasileiro em relação ao cinema estrangeiro, cineastas, produtores e críticos já haviam se reunido no Primeiro Congresso Paulista do Cinema Brasileiro, em 1952, onde surgiram as primeiras ideias sobre o que seria um “filme brasileiro” (produto inteiramente brasileiro, com exceção da equipe técnica, desde a sua concepção à sua realização). Em 1953, o Primeiro Congresso Nacional de Cinema Brasileiro abordou o mesmo tema: a “brasilidade” do filme brasileiro (DEBS, 2007).

⁷⁹ Dentre os cineastas engajados nesse movimento, é possível citar: Nelson Pereira dos Santos, Paulo César Saraceni, Luis Sérgio Person, Leon Hirzman, Carlos Diegues, Walter Lima Júnior, Ruy Guerra, Joaquim Pedro de Andrade e Glauber Rocha.

⁸⁰ “Uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. Essa frase, pronunciada por Glauber Rocha, se transformou no *slogan* do Cinema Novo.

⁸¹ Muito embora o próprio Nelson Pereira dos Santos discorde da atribuição desse título ao filme.

seu potencial papel a serviço da transformação política e social⁸². A cultura passou a ser vista pelos jovens cineastas como forma de intervenção na realidade, como militância junto ao povo, sendo, portanto, cada vez mais necessária a constituição de um cinema nacional. Ressaltamos que, para o poder público, desde o Estado Novo⁸³, o cinema sempre fora considerado um instrumento privilegiado de propaganda oficial, tendo sido, ao longo da história mundial, muitas vezes solicitado por regimes ditatoriais ou fascistas. No Governo Kubitschek, criou-se a Comissão Federal de Cinema, em 1956, com o objetivo de estimular a produção brasileira para aquecer a dinâmica de mercado, principalmente a partir do contato com grandes distribuidoras internacionais.

[...] dos anos 50 pra cá se tornou mais incisiva a dimensão nacionalista das propostas de maior repercussão, uma vez que a situação do cinema passou a ser avaliada numa conjuntura social em que o *leitmotiv* das discussões é o desenvolvimento e a liberação nacional (XAVIER, 2001).

O tema da revolução chegava ao Terceiro Mundo junto à luta pela libertação das colônias europeias desde o pós-guerra e com a vitória da revolução cubana. No embalo deste espírito revolucionário, surgia a convicção de libertar o cinema brasileiro de uma espécie de colonialismo estético, sofrido principalmente pelo modelo hollywoodiano. Buscava-se olhar pra dentro e produzir, em termos de tema e proposta de linguagem, um cinema brasileiro, assim como na literatura já havia se passado com o Movimento Modernista. “O Cinema Novo é parte de uma corrente mais larga e profunda, que se exprimiu igualmente através da música, do teatro, das ciências sociais e da literatura” (RAMOS, 1996, p.100), mas, vale lembrar, foi um movimento majoritariamente composto de diretores do Centro-Sul, onde a produção cinematográfica, assim como a industrial, era infinitamente maior.

Em oposição aos que pretendiam industrializar o cinema a partir de grandes produções de estúdio e da imitação de modelos importados e desvinculados da cultura nacional, o Cinema Novo pretendia provocar nos espectadores uma tomada de consciência, um despertar para situação dos oprimidos e explorados. Apesar de

⁸² Esse é um movimento que se espalha por toda a América Latina. Os diretores são também intelectuais do cinema e produzem textos sobre o tema: Glauber Rocha (*A Estética da Fome*); Gutierrez Alea (*La Estética del Espectador*); Garcia Espinosa (*Por un Cine Imperfecto*); Jorge Sanjinés (*Por un Cine junto al Pueblo*).

⁸³ No Estado Novo foram criados a Concine (Comissão de Cinema Educativo) e o Ince (Instituto de Cinema Educativo), em 1937, que produziram filmes de 16mm destinados às escolas e filmes populares em 35mm destinados à distribuição em todo o país (DEBS, 2007).

não ter nenhum programa político, pretendia esse cinema, de qualquer forma, ser um elemento de mobilização/transformação social, inspirador de ideias revolucionárias baseadas na contestação das desigualdades sociais brasileiras. Conhecer o Brasil a partir das telas, desvendar o inconsciente nacional a partir de seus arquétipos e do olhar endógeno, essas eram suas propostas. O início da década de 60 marcou a necessidade de se constituir, juntamente com os temas nacionais, a nacionalização do cinema brasileiro através de sua linguagem, ou seja, era necessário o fortalecimento de uma estética brasileira. Entrou em debate, sobretudo nos cineclubes, a discussão sobre a descolonização estético-cultural. Os cineastas abandonaram o estúdio e foram filmar em ambientes naturais; a câmera saiu do tripé e foi para a mão; a figuração era a própria população local; a luz não era mais filtrada; o roteiro deixou de ser absolutamente definido de antemão, deixando grande espaço à improvisação; utilizava-se cenas documentais nos filmes, entre outras características que faziam a imagem parecer “mais próxima da realidade”.

O Cinema Novo, em um primeiro momento, esteve mais conectado a uma estética realista, voltando-se para as temáticas nacionais com uma retórica de conscientização mais didática e paternalista ao lado das forças “progressistas” e contra as forças “reacionárias”. Em acordo com as reformas propostas no contexto político nacional, principalmente a reforma agrária, o Centro de Cultura Popular da UNE⁸⁴ produziu o *Cinco Vezes Favela* (1961 – longa-metragem composto de cinco curtas que se passam nas favelas do Rio de Janeiro, dirigidos por Leon Hirshman, Cacá Diegues, Joaquim Pedro, Miguel Borges e Marcos Faria), produção, entre outras, influenciada pelo “modelo sociológico”⁸⁵. Segundo o crítico de cinema Jean Claude Bernardet, esse modelo se servia de tipos sociais e de dicotomias (opressor/oprimido; bem/mal; trabalhadores/empresários) que permeavam os pensamentos da intelectualidade cineasta da época e que não deixaram de aparecer

⁸⁴ Grupo organizado na década de 60, no âmbito da União Nacional dos Estudantes, que reuniu jovens, atores, cineastas, recém-formados, entre outros intelectuais, que acreditavam na promoção da revolução social a partir da cultura popular e que mantinha relações com os diretores do Cinema Novo, ainda que existissem entre eles divergências.

⁸⁵ “É a voz do saber, de um saber generalizante que não encontra sua origem na experiência, mas no estudo sociológico” (BERNARDET, Jean Claude. *Cineastas e a imagem do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.17). Marca importante desse modelo era a voz “em off” de um narrador, este denominado por Bernardet como “a voz do saber”.

em alguns filmes cinemanovistas, cujo tema principal era o Nordeste e as contradições sociais do país, como podemos ver em *Aruanda*⁸⁶ e *Viramundo*⁸⁷:

No período 60-64 aprofunda-se a luta ideológica, em consonância com o acirramento das lutas sociais na cidade e no campo. Agudizam-se também as relações artistas-intelectuais-sociedade, surgindo possibilidades de aliar o movimento cultural mais organicamente às perspectivas de transformações sociais. [...] É o tempo da primeira fase do Cinema Novo, que mesmo resguardado em sua riqueza e diferenciação internas, orbita culturalmente em torno deste forte centro de atração que pregava a “desalienação” do público e a “libertação nacional” (VIEIRA, 2007, p.301).

A construção de um Nordeste pelo Cinema Novo teve espaço tanto no campo do cinema documentário – cujos principais são *Aruanda*, de Linduarte Noronha, 1960⁸⁸; *Cabra marcado pra morrer*⁸⁹, de Eduardo Coutinho, 1964; *Maioria absoluta*, de Leon Hirszman, 1964; *Memória do cangaço*, de Paulo Gil Soares, 1965; e *Viramundo*, de Geraldo Sarno, 1965 – quanto no auge do Cinema Novo de ficção, representado pela famosa tríade, na qual pretendemos nos ater a fim de exemplificar a relação de seus elementos temáticos/estéticos com o que se configura como a Questão Regional Nordeste do Cinema Novo: *Vidas Secas*, Nelson Pereira dos Santos, 1963; *Os Fuzis*, Ruy Guerra, 1963; *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, Glauber Rocha, 1963.

O diálogo com a literatura não se fez apenas nas adaptações [...]. Ele expressou uma conexão mais funda que fez o Cinema Novo, no próprio impulso de sua militância política, trazer para o debate certos

⁸⁶ Curta documentário dirigido por Linduarte Noronha, em 1960, que aborda a história do quilombo Talhado, no Nordeste brasileiro, fundado logo depois da abolição da escravatura. Mostra a construção das casas e retrata o trabalho cotidiano dos seus habitantes. Enquanto os homens cuidam do campo, as mulheres fabricam objetos de barro. Conquanto o filme comece com a descrição dos contecimentos passados, apresenta imagens filmadas no presente, sugerindo que, em 1960, os moradores de Talhado não viviam diferentemente de como há 100 anos.

⁸⁷ Esse documentário, dirigido por Geraldo Sarno (1965), aborda criticamente a questão da migração nordestina para São Paulo, produzindo um filme que investiga as imagens da nacionalidade pela ótica dos “oprimidos”, retratados no filme através de estatísticas surpreendentes, como vítimas da alienação e da passividade política do povo brasileiro.

⁸⁸ Filme sobre a Festa do Rosário, em Santa Luzia de Sabugi, na Serra Talhada, alto sertão da Paraíba.

⁸⁹ Documentário sobre a vida de João Pedro Teixeira, líder camponês da Liga de Sapé, na Paraíba, assassinado em 1962. A filmagem foi interrompida em 1964 em razão do golpe militar e recomeçou 17 anos depois, com os depoimentos dos camponeses que trabalharam na década de 60. O filme conta a história das Ligas Camponesas de Galileia e de Sapé, e a vida de João Pedro através das palavras de sua viúva, Elizabeth Teixeira, que conta sobre a sua vida nesses vinte anos, assim como a de seus filhos, separados dela desde dezembro de 1964.

temas de uma ciência social brasileira, ligados à questão da identidade e às interpretações conflitantes do Brasil como formação social. Desde *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, é nítida a incidência de um velho debate sobre as formas de consciência do oprimido (XAVIER, 2006, p.18).

Dentro do esquema populista apoiado pelas esquerdas, a luta pelas reformas de base define o confronto com os conservadores e, não por acaso, nessas obras-primas citadas⁹⁰, é o campo o cenário, é a fome o tema, é o Nordeste do polígono das secas o espaço simbólico que permite discutir a realidade social do país, o regime de propriedade da terra, a revolução (XAVIER, 2001, p.47).

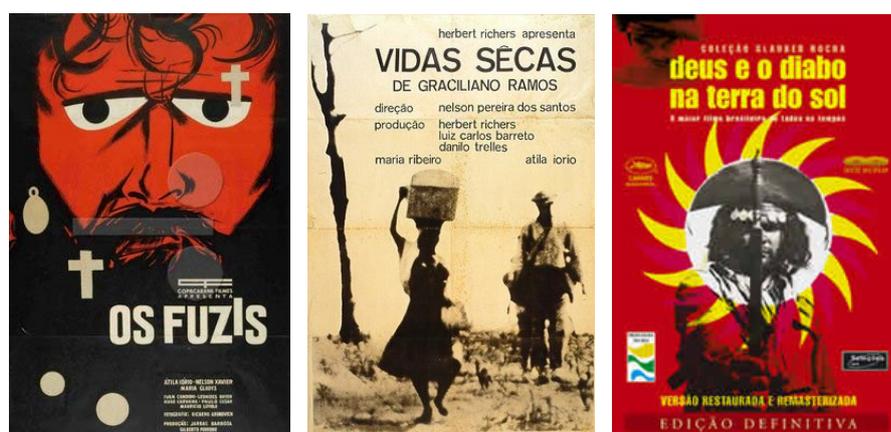


Fig. 16: Cartazes de divulgação dos filmes *Os Fuzis*; *Vidas Secas*; e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

O debate sobre desvincular o cinema brasileiro do modelo industrial somou-se à preocupação de descentralizar a produção do eixo Rio - São Paulo, o que, segundo Sylvie Debs (2007), também explica a investida dos três diretores do Cinema Novo na temática Nordeste praticamente ao mesmo tempo.

Sobre a adaptação, de caráter realista, de *Vidas Secas* (Graciliano Ramos), declarou o diretor Nelson Pereira dos Santos que esteve preocupado em pautar a população nordestina de forma considerada fiel à obra literária, ao mesmo tempo em que fazia uma problematização das aspirações do nordestino e de sua dificuldade em marchar para o progresso. É muito provável que o movimento de migração nortel-sul, intenso àquela época, tenha contribuído para a maior divulgação de uma cultura diferente que ajudou a despertar o interesse dos diretores dos centros urbanos em filmar/construir Nordestes (DEBS, 2007). A fotografia abre mão do filtro (luz ambiente), os diálogos são curtíssimos, os planos são longos, tentam imprimir o aspecto inóspito do sertão, o ritmo de vida do sertanejo. A sonorização do filme opta

⁹⁰ Ismail Xavier referia-se a *Vidas Secas*, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *Os Fuzis*.

por limitar-se ao ruído estridente do carro de boi. A errância da família nordestina, o sacrifício de um papagaio e o desmaio dos filhos abrem essa película, que tematiza Nordeste como território de miséria e fome. A realidade social e econômica do país aparece logo no início do filme através do texto:

Este filme não é apenas a transposição fiel para o cinema de uma obra imortal da literatura brasileira. Ele é, antes de tudo, um testemunho sobre a dramática realidade social de nossa época e sobre a extrema miséria que reduz à escravidão 27 milhões de nordestinos e que nenhum brasileiro pode ignorar.

Em *Os Fuzis*, o motorista de caminhão, Gaúcho, está de passagem pela cidade Milagres, onde assiste os moradores desfalecerem de fome passivamente, em uma situação ali construída como insustentável. Uma seca prolongada piora o cenário da população, que recorre ao culto de um boi santo para pedir chuva a Deus. Gaúcho não pertence à polícia repressora, nem aos melancólicos e apáticos camponeses. É um elemento externo naquele ambiente e tenta convencer o povo a reagir. Diante da inércia do homem, tem um ataque de fúria, atira contra os caminhões cheios de comida que começavam a deixar a cidade e logo é morto pelos soldados.

Deus e o Diabo na Terra do Sol traz, justamente, o oposto dos nordestinos de Milagres. Manoel é um homem do campo, um vaqueiro, que vive no distante sertão semiárido. Apesar de parecer um homem singelo e ingênuo, logo no início do filme Manoel assassina seu patrão, o coronel Moraes, em clara reação à tentativa do coronel de lhe passar para trás. Manoel e sua esposa partem em fuga e se unem ao misticismo religioso e ao cangaço, movidos pela angústia e pelo desejo de justiça, em um processo de busca da salvação, oportunidade e terra boa para viver, trajetória que imprime, ao longo do tempo, uma transformação necessária no camponês. Tendo ambos os movimentos sido exterminados pelo matador Antônio das Mortes, resta a Manoel disparar novamente pelo sertão em uma corrida incansável pela transformação de seu mundo. Ao lado do que, ou de quem, o filme não diz. Narrativa e estética constroem um território vulcânico de revolução, o mito como potência transformadora pulsando em forma de transe e delírio proféticos do nordestino oprimido do campo. As águas do mar invadem o último quadro, sugerindo a emancipação.

Seja na adaptação literária realista de Graciliano Ramos, passando pelo pessimismo de *Os Fuzis*, ou através da fábula alegórica e esperançosa de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, personagens como Fabiano, ou o vaqueiro Manoel, são metáforas de Nordeste/sertão; são nordestinos, camponeses e trabalhadores rurais, pobres, injustiçados, esfomeados, analfabetos, perseguidos pelo latifúndio, reprimidos pela polícia, desamparados pelo Estado. Fabiano, de *Vidas Secas*, é um homem do campo alienado, que não reage contra a sua situação de miséria, expressa a passividade diante da injustiça. O vaqueiro Manoel, de *Deus e o Diabo*, por mais que seja ingênuo, rebela-se. “Nesse sentido, Manoel, ainda que vaqueiro nordestino, pode simbolizar o destino de todos os brasileiros na luta por sobrevivência e independência” (DEBS, 2007, p.171), e dá início à sua história de onde Fabiano havia parado. Tanto Fabiano como Manoel pertencem à nação como um todo, no interior de um quadro geral de desigualdades econômicas, políticas e sociais que era o Nordeste para esses diretores. Emblematicamente, *Vidas Secas*, *Deus e o Diabo* e *Os Fuzis* conformam uma tríade que expressa a necessidade de uma tomada de consciência política do povo em um contexto de fortalecimento das Ligas Camponesas, movimento inspirador, também, para o diretor Eduardo Coutinho, cuja obra *Cabra marcado para morrer* (1964-1984) tematizava o universo camponês revolucionário, a partir da Liga de Sapé.

Em manifesto escrito por Glauber Rocha para a Conferência de Gênova, em 1964⁹¹, intitulado *Estética da Fome*, a violência como meio de se fazer enxergar aparece legitimada diante da considerada invisibilidade da fome, reafirmando a revolução não como um desejo, mas como uma necessidade⁹². Interessava trabalhar a ordem narrativa e plástica das imagens para, assim, construir a realidade principalmente a partir do choque, da expressão de uma situação insuportável na qual o homem rouba, foge, mata para comer, em que a miséria atinge seu grau

⁹¹ I Retrospectiva do Cinema Latino-Americano, em Gênova, promovida em 1965 pela instituição cultural Columbianum, especializada em América Latina.

⁹² Sobre Glauber Rocha, analisa Sylvie Debs: “Sua ação crítica pode ser comparada, no domínio literário, à ruptura marcada pela Semana de Arte Moderna de São Paulo de 1922, na medida em que, em 1963, com *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro*, ele propõe uma revisão crítica do cinema brasileiro e eleva essa arte ao nível de uma expressão artística e não mais apenas industrial” (DEBS, 2007, p.160).

máximo, enfim, um encaminhamento em forma-conteúdo totalmente oposto aos filmes considerados digestivos⁹³:

De Aruanda a Vidas Secas, o Cinema Novo narrou, descreveu, poetizou, discursou, analisou, excitou os temas da fome: personagens comendo terra, personagens comendo raízes, personagens roubando para comer, personagens matando para comer, personagens fugindo para comer, personagens sujas, feias, descarnadas, morando em casas sujas, feias, escuras: foi esta galeria de famintos que identificou o Cinema Novo com o miserabilismo, hoje tão condenado pelo Governo do Estado da Guanabara, pela Comissão de Seleção para Festivais do Itamarati, pela crítica a serviço dos interesses oficiais, pelos produtores e pelo público - este último não suportando as imagens da própria miséria (ROCHA, 2004, p.65).

Sabemos nós – que fizemos estes filmes feios, estes filmes gritados e desesperados, onde nem sempre a razão falou mais alto – que a fome não será curada pelos planejamentos de gabinete e que os remendos do tecnocolor não escondem, mas agravam seus tumores. Assim, somente uma cultura da fome, minando suas próprias estruturas, pode superar-se qualitativamente: e a mais nobre manifestação cultural da fome é a violência (ROCHA, 2004, p.66).

Uma estética da violência antes de ser primitiva é revolucionária, eis aí o ponto inicial para que o colonizador compreenda a existência do colonizado; somente conscientizando sua possibilidade única, a *violência*, o colonizado pode compreender, pelo horror, a força da cultura que ele explora (ROCHA, 2004, p.66).

Deus e o Diabo na Terra do Sol constrói um Nordeste verborrágico, barroco, delirante, irracional, violento, místico, heroico, sem a preocupação de estar agregando valores positivos ou negativos (confundindo o Bem e o Mal) a essas construções. Sem dúvida, a ideia era assumir a violência e a miserabilidade extremas como propulsores da ação transformadora, porque o comportamento exato de um faminto passaria, necessariamente, pela violência. “Busca-se resgatar as forças messiânicas e rebeldes que ficaram adormecidas com a história, para fundamentar um processo novo de transformação da realidade” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.279), muito embora este olhar tenha sido construído, segundo Albuquerque Junior, em cima de um Nordeste “exemplo privilegiado da miséria, da fome, do atraso, do subdesenvolvimento, da alienação do país” (ALBUQUERQUE

⁹³ Sobre o que poderia ser considerado como produção “não-digestiva”, analisa Bernardet: “Representou um bloqueio ao Cinema Novo a falta de aproximação com o espectador inspirado por uma ideologia política e por uma estética diferente, as produções cinemanovistas teriam atraído um público restrito, unicamente urbano, uma elite (BERNARDET *in* FURTADO, 1968).

JUNIOR, 1999, p.192), enunciados que emergiram do discurso da seca, construído pelo discurso das próprias oligarquias que esse movimento artístico abominava. A imagem do espaço vítima, espoliado, espaço da carência, ali, unia-se à exploração do trabalho e ao questionamento do acesso à terra. As apropriações de discursos passados podem acontecer com diferentes interesses, o que o autor identificou como muito comum no próprio universo das artes:

O Nordeste não existe sem a seca e esta é atributo particular deste espaço. O Nordeste não é verossímil sem coronéis, sem cangaceiros, sem jagunços ou santos. O Nordeste é uma criação imagético-discursiva cristalizada, formada por tropos que se tornam obrigatórios, que impõem ao ver e ao falar dele certos limites. Mesmo quando as obras de arte são politicamente diferenciadas e até antagônicas, elas lidarão com as mesmas mitologias, apenas colocando-as em outra economia discursiva (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.192).

A Questão Regional Nordeste construída no imaginário fílmico do Cinema Novo se materializa, portanto, principalmente através dos filmes produzidos no início dos anos 60, em que são colocadas questões como: i) o cinema e a cultural regional como constituintes da identidade nacional e como forças transformadoras; ii) o descortinamento de uma realidade entendida como submetida a um sistema desigual latifundiário perverso, em que uma elite agrária é sustentada estruturalmente e onde as condições do meio físico não respondem sozinhas pela miséria; iii) o Nordeste como território em que ação e passividade do povo se relacionam com elementos de sua própria cultura – misticismo religioso e cangaço; e iv) o Nordeste enquanto território pertencente à nação desigual, e o nordestino explorado do campo como representante da massa popular brasileira.

Todas essas questões atraíram o Cinema Novo enquanto arte engajada a um Nordeste que estava no centro dos acontecimentos políticos do Brasil de 1950/60, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho. Da implantação da Sudene ao fortalecimento das Ligas, o Nordeste se tornara campo de atuação preocupação política, e tema das produções artísticas:

O Nordeste, neste contexto, tornou-se um dos símbolos das dificuldades econômicas do País e o centro possível de uma revolução social cujo objetivo principal era a reforma agrária. Ao mesmo tempo em que continuavam a ser fonte de indignação e reivindicação políticas, as imagens da pobreza, da miséria e da seca, tal como mostradas no cinema, eram insuportáveis para um Brasil que se queria moderno e potente (DEBS, 2007, p.209).

O que veio fazer o Cinema Novo nessa época foi alimentar-se da crítica a estas desigualdades, acima de quaisquer outros fatores que respondessem pelo estado de miséria atribuído ao Nordeste, “fechando a lente”, principalmente, no potencial revolucionário da classe popular do campo.

A Questão Regional Nordeste do Cinema Novo envolve, portanto, o encontro dos objetivos do Cinema Novo, entre eles o de descentralizar a produção do eixo Rio/São Paulo, com o de direcionar seu olhar para um espaço central do momento político do país, que lhe oferecia as matérias-primas para a sua militância, para sua arte engajada: cenário inóspito da seca e da exploração do trabalhador, mas onde existia a diversidade cultural (misticismo e do cangaço), a necessidade do descortinamento das desigualdades, a afirmação da violência como quebra de silêncio e força propulsora da transformação, a prática da denúncia e a negação dos *planos de gabinete*, entre outras ideias que associaram o Nordeste a um lugar de revolução.

2.4 Um olhar sertão-mar

*Vou contar uma história,
na verdade, é imaginação.
Abra bem os seus olhos
pra enxergar com atenção.
É coisa de Deus e Diabo,
lá nos confins do sertão.
(DEUS..., 1963)*

Deus e o Diabo na Terra do Sol (1963) foi paradigmático no espaço político e artístico da cena cultural brasileira, num período de intenso debate sobre a identidade nacional. É uma película que “nordesta” marcado pela crítica às relações agrárias de exploração e o faz através de uma linguagem poética, influenciada pela literatura/canção do cordel⁹⁴, alternadas com a música erudita, propondo o referencial estético da alegoria, da negação do realismo, a partir de significados expressos nas opções de montagem, elaboração dos planos, atuação do atores, entre outros. É um discurso que suscita significações sobre território Nordeste, assim como encarna em seu personagem principal, Manoel, o arquétipo do “nordestino explorado do campo”⁹⁵ e, por que não, do brasileiro explorado em geral. Mas é preciso ficar atento porque, para além de um ensaio ou manifesto político, sua estrutura não se apoia nas possíveis racionalizações de uma ideologia, e sim no que há de problemático nessas racionalizações (XAVIER, 2007).

Como analisa Ismail Xavier, esta emblemática obra do Cinema Novo pode ser dividida em três fases vividas pela sua personagem principal, numa história contada de forma linear, apesar de a descontinuidade ser um traço marcante desta narrativa. A divisão em fases não acontece por razões didáticas, para marcar uma simples temporalidade ou sucessão de acontecimentos. Mais do que uma evolução natural dos fatos, serve para marcar e inaugurar desdobramentos carregados de significados.

⁹⁴ Segundo a pesquisadora Sylvia Nemer, a literatura de cordel era avessa a qualquer tipo de proposta revolucionária, mesmo que isso não signifique ser conformista (NEMER, 2007, p.34).

⁹⁵ Outros nordestinos aparecem em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, como os relacionados ao grupo representativo dos exploradores, como os políticos locais e os proprietários de terras, e seus colaboradores, como a Igreja.

Na primeira fase, em estilo mais realista, temos uma apresentação clara do ambiente, o sertão nordestino⁹⁶, e do homem, Manoel, um vaqueiro como outro qualquer, um sertanejo que tem a vida simples, marcada pelo trabalho junto à terra, também cuidando das cabeças de gado de seu patrão. Rosa, sua esposa, trabalha nos afazeres da casa, e junto deles vive a mãe de Manoel. Esta família vive sob formas precárias de subsistência, ilhados na imensidão do sertão, por uma vegetação seca e rasteira, por um céu estourado em luz e calor, paisagem exibida numa série de planos abertos, que fornecem a ambientação local. Vivem num pequeno casebre e tudo o que possuem é um equipamento rústico de moer macaxeira, o que parece ser o único alimento de suas refeições, que fazem com as mãos, sobre o chão de sua moradia. Diálogos como os que acontecem, tanto fora como dentro da casa, evidenciam, de um lado a esperança de Manoel em conseguir um pedaço de terra próprio para plantar sua roça e, de outro, o desengano de Rosa sobre o futuro. Não são donos da terra onde vivem, estas são propriedade do patrão de Manoel. A ele o vaqueiro deve pagar o aluguel, em dinheiro, dias trabalhado ou mercadorias.



Fig. 17: Esforço e silêncio na preparação da farinha. Fig. 18: Nordeste: aridez da paisagem, vazio.

A “Canção do sertão”, de Villa-Lobos, compõe o quadro representativo do elemento climático da seca e de suas consequência naquele meio construído pela crueza de uma fotografia contrastada, da vegetação retorcida, espinhosa e estéril – marca explícita da opção por uma interpretação expressiva do filme, no lugar da

⁹⁶ Área caracterizada pelo clima semi-árido, vegetação de caatinga, rasteira e retorcida (xerófitos como os mandacarus, xique-xiques e cardeiros).

contemplação agradável do espectador. Dois planos rápidos exibem a queixada e o olho de um boi morto, seguidos por outro plano fechado no rosto de Manoel. Dentro do casebre, em oposição ao olhar perdido de Rosa, Manoel especula: “Não sei não, o tempo ta ruim, mas pode vir um milagre do céu”.



Fig. 19: Plano que diz do homem.

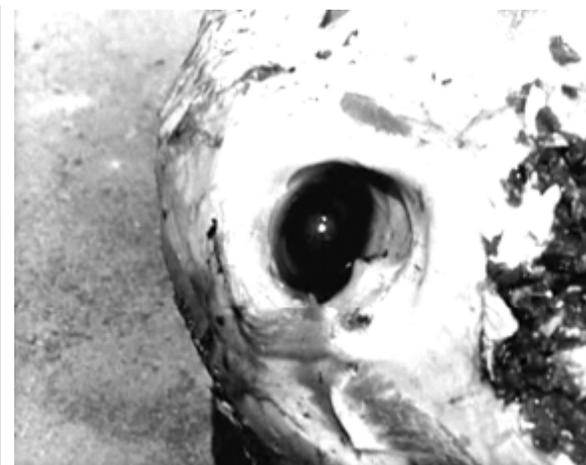


Fig. 20: Plano que diz do meio.

Ao discutir com o coronel para quem trabalhava, pois este não lhe queria pagar o combinado, Manoel o mata. A tensão, momentos antes deste desfecho, é marcada pela lenta movimentação dos atores. Manoel argumenta e pensa antes de agir, não no sentido de premeditar o assassinato, mas de perceber sua condição de explorado. Há um largo período de silêncio, até que ele conclui seu pensamento sobre o que se passava. O assassinato do coronel Moraes, a raivosos golpes de facão, dispara a história em que vamos conhecer o universo místico, desequilibrado, contraditório, violento, fantástico e revolucionário que é o *Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol*⁹⁷, o que representa o primeiro momento de uma virada na vida de Manoel, o *nordestino explorado do campo*.

Diálogo entre Manoel e o coronel Moraes momentos antes do assassinato:

Manoel: Trouxe as vacas, mas morreram quatro.

Coronel Moraes: Beberam no açude do norte?

Manoel: Sim, senhor. Era onde tinha água. Foram mordidas de cobra. Trouxe doze vacas. Queria fazer a partilha para acertar as contas.

Coronel Moraes: Não tem conta pra acertar. As vacas que morreram eram todas suas.

⁹⁷ *Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol* refere-se aqui, portanto, à imagem/ideia de Nordeste construída pelo discurso fílmico.

Manoel: Mas, seu Moraes, as vacas tinham o ferro do senhor. Não pode ser logo as minhas, que sou um homem pobre. Foi azar, mas é verdade. As cobras morderam as rés do senhor.

Coronel Moraes: Já disse está dito. A lei está comigo.

Manoel: Dá licença outra vez seu Moraes, mas que lei é essa?

Coronel Moraes: Quer discutir?

Manoel: Não senhor. Só estou querendo saber que lei é essa que não protege o que é meu.

Coronel Moraes: Já disse está dito. Você não tem direito a vaca nenhuma.

Manoel: Mas seu Moraes, o senhor não pode tirar o que é meu.

Coronel Moraes: Está me chamando de ladrão?

(pausa larga: silêncio)

Manoel: Quem ta falando é o senhor.

Coronel Moraes: Pra você aprender seu ordinário...(DEUS..., 1964).



Fig. 21: Discussão com o coronel Moraes.



Fig. 22: Manoel mata o coronel Moraes.

Tanto o diálogo, quanto toda a atuação nesta cena de assassinato alertam: o que aconteceu não foi uma briga comum entre dois homens, mas um enfrentamento entre um camponês e um coronel em meio aos resultados de uma economia em crise, uma luta entre um trabalhador rural humilhado e explorado e um coronel arrogante, dono de vacas, terras e gente, ambos representantes de grupos sociais distintos e opostos em *Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

Falsos raccords⁹⁸ exibem a fuga de Manoel após o assassinato. Vemos os golpes de facão, a perseguição de Manoel pelos jagunços, a luta corporal, a troca de

⁹⁸ Falso raccord – Trata-se de uma supressão do espaço- tempo. Aparentemente errônea, mas que serve para marcar um significado à cena. Contraria uma continuidade do visível, fazendo uma sucessão de planos que escapa à lógica da transparência que atua na articulação. Dicionário teórico e crítico de cinema – Jacques Aumont/ Michel Marie. Editora Papirus.

tiros e a morte da mãe do vaqueiro, tudo sob forma “estenografada”, como qualifica Ismail Xavier. Há um contraste entre os planos longos que antecedem o assassinato do coronel, e a montagem descontínua da fuga, superposta aos ruídos de ação. Este contraste expõe a opção pela montagem, de alternar um tempo dilatado, de relativa imobilidade e silêncio, com outro tempo, este contraído e preenchido de múltiplas ações, de fragmentos (estenografia), de descontinuidade e flashes rápidos. Esta modulação, esquema de contraste entre condensação e rarefação, ação que hora se ausenta, e hora transborda, irá se repetir ao longo de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e diz respeito à “pulsação do filme”, também para apontar, em sua dimensão estética, a tensão entre pares como razão/misticismo, Bem/Mal, continuidade/ruptura, tradição/transgressão, e todo o movimento de vai e vem deste discurso, ao longo da instável trajetória de Manoel e sua interação com personagens trágicos e heroicos. Este discurso é bastante influenciado pelo teatro épico brechtiano⁹⁹ em todas as suas dimensões. É um filme poesia, político e dialético em seus objetivos de explorar a transformação do homem, em sua forma-conteúdo.

Totalmente desamparado e com as mãos ainda ensanguentadas, Manoel parece cego pela angústia e desejo de salvação. Contra a vontade de Rosa, se entrega ao misticismo religioso, representado na personagem do santo Sebastião, o “deus negro”, que promete proteção e um mundo melhor aos camponeses, um lugar onde o *leite sairá das pedras*, dando início à segunda fase do filme. A apresentação deste universo se faz através de uma panorâmica vertical descendente (do céu para a terra), que enquadra em plano geral o beato e seus seguidores, traduzindo sua ligação com o divino. Esse momento solene encontra ressonância na música de Villa-Lobos (*Magnificat Alleluia* para orquestra e coro), enaltecendo a força do sentimento religioso, elemento aglutinador das massas camponesas nesta película. Discursava o beato Sebastião, tal como um enviado de Deus, com seu tom profético, sobre o dia da justiça divina:

Do outro lado deste monte santo, existe uma terra onde tudo é verde.
Os cavalo comendo as flor e os menino bebendo as água na beira do

⁹⁹ As principais características do teatro épico de Bertold Brecht (1898-1956) eram o caráter nitidamente narrativo e descritivo, a utilização de coros e sua finalidade política e crítica (apresentação de temas particulares do cotidiano como condicionados por uma totalidade social). A técnica do *distanciamento* na representação dos atores também se destaca, por acentuar a distância entre ator e personagem, chamando tanto o público como também o ator a confrontarem-se com sua própria realidade. A desfamiliarização do público de determinado ambiente habitual tornaria a situação mais compreensível, por consequência.

rio. Os homens comem o pó feito de terra, e poeira vira farinha. Tem água e comida, tem a fartura do céu... [...] As tropas do Governo perseguiram os inocentes, com suas balas da injustiça. É preciso mostrar aos donos da terra o poder e a força do santo (DEUS..., 1964)¹⁰⁰.



Fig. 23: Santo Sebastião prega aos seus seguidores. Fig. 24: Rosa discute com Manoel.

A insuportável condição de desamparo e miserabilidade de Manoel parece levá-lo, cada vez mais, à crença na salvação e justiça divina. Afinal, parecia não ter mais nada a perder. “Tô condenado, mas tenho coragem! Entrego minha força ao meu santo, pra libertar o meu povo”, disse Manoel ao beato. Rosa discorda de tudo aquilo, e tenta convencer seu marido:

Isso é sonho, Manoel, a terra toda é seca, é ruim. Nunca pariu nada que prestasse. Pra que fugir e se desgraçar na esperança? Vambora, vamos trabalhar pra ganhar a vida da gente, antes que venha as tropas do Governo e faça que nem em Canudos, Pedra Bonita. Mata homem, mulher, degola os menino! (DEUS..., 1964)

O vaqueiro é tomado por diversos momentos de transe e delírio, em que pratica o autoflagelo, penitências, e até mesmo o sacrifício de um bebê, em meio a um surto de fé religiosa pela purificação de Rosa, que invadiu seu corpo e mente. A face repressora e autoritária da “revolta messiânica” não tarda a aparecer. A sequência que mostra os ataques às prostitutas e flagelações qualifica a interação

¹⁰⁰ O mundo dos sonhos é misto de poesia e fartura, como criado pelo poeta Manoel Camilo dos Santos, em cordel intitulado *Viagem a São Saruê* (1947), que diz: “Lá eu vi rios de leite/ barreiras de carne assada/ lagoa de mel de abelha/ atoleiros de coalhadas/ açude de vinho quinado/ monte de carne assada”.

do santo com a sociedade. A reprovação desta interação é evidente no tom crítico de Rosa, que observa Sebastião, em seqüências de plano e contraplano.

A rebeldia messiânica tira os camponeses do processo de produção e os afasta da Igreja, subtraindo-os à exploração dos donos da terra, mas propõe a passividade da reza, a espera purificadora que define os eleitos no momento do cataclismo, da intervenção de Deus na construção de um novo reino da felicidade (XAVIER, 2007:120).



Fig. 25: Manoel junto ao beato Sebastião.



Fig. 26: Sacrifício de um bebê pela purificação.

O embate entre Rosa e Sebastião acontece na Capela do monte santo. Após o sacrifício de um bebê, Rosa crava um punhal nas costas do beato: “Tal morte, humanamente medrosa nas mãos de Rosa, contrasta com a empáfia anterior e o desmascara sem apelação (diante da câmera) – afinal, não havia, minutos antes, assassinado uma criança, com firmeza e elegância, em nome do comércio com Deus?” (XAVIER, 2007, p.119).

Os seguidores do beato e suas pregações incomodavam os senhores de terras e a Igreja católica na região, que buscaram neutralizar este grupo recorrendo a Antônio das Mortes, um matador do sertão. Vamos expostas as dinâmicas sociais que regem o poder no *Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol*. O matador chega a Monte Santo e encontra o beato Sebastião já sem vida, estendido sobre o chão, mas executa o restante do serviço, assassinando os fiéis do santo, poupando a vida apenas de Rosa e Manoel. “Só deixei dois vivo pra contar a história”, diz Antônio das Mortes a cego Júlio. Em seguida, a voz do cantador: “A história continua, preste lá

mais atenção. Andou Manoel e Rosa, nas vereda do sertão. Até que um dia, pelo sim, pelo não, entrou na vida deles Corisco, o diabo de Lampião”.

Quando desiludido com a experiência religiosa, Manoel é levado pelo cego Júlio ao pequeno grupo de Corisco – cangaceiro sobrevivente do ataque em que morrera seu parceiro, Virgulino Lampião. Com exceção do plano céu-terra, substituído por uma panorâmica horizontal terra-terra, a apresentação do universo cangaceiro é igualmente banhada com o sangue da violência que envolve o sacrifício de camponeses (incluindo uma criança, tal como acontecera na fase do Manoel-santo), agora em cumprimento a promessa de Corisco, de não deixar os pobres morrerem de fome. Manoel, que já conhecera os poderes da fé, e já constituído pelos delírios messiânicos, vê em Corisco um novo sinal dos céus e se transforma em “Satanás”, dando início à fase Manoel-cangaceiro, como resultado do segundo momento de virada em sua vida.

Corisco toma a cena para discursar sobre o sertão, sobre Lampião e o *cangaceiro de duas cabeças* (que seria ele junto de Lampião), o que nos lembra o discurso místico, apocalíptico e solene do beato Sebastião: “Não há Maria, mas Lampião está vivo. Virgulino acabou na carne, mas no espírito está vivo. O espírito está aqui no meu corpo que agora juntou os dois. Cangaceiro de duas cabeça [...]”¹⁰¹. “É o gigante da maldade comendo o povo para engordar o Governo da República. Mas São Jorge me emprestou a lança dele pra matar o gigante da maldade. Aqui o meu fuzil pra não deixar pobre morrer de fome”, continua Corisco, reforçando a ideia da violência como meio para se chegar à justiça, à salvação e ao paraíso.

¹⁰¹ A evocação de Corisco a Lampião nos remete a ideia de construção de um território para além da fonte de recursos, enfatizando a apropriação simbólica fortemente ligada a cultura religiosa. (HAESBAERT, 2007).



Fig. 27: Primeiras cenas de Corisco.



Fig. 28 Corisco encarna Lampião.

Manoel, a princípio, apenas observa o discurso de reconstituição da morte de Lampião, narrada por Corisco. Reflete excitante mas, em seguida, diz ter sido vaqueiro e jagunço, e solicita ao cangaceiro: “Capitão Corisco, eu queria entrar pro cangaço. Eu podia ser um cabra bom pra lutar nesta guerra”. O simbólico gesto de entrega se repete: tal como junto ao beato, Manoel cai aos pés de Corisco e passa a viver com o grupo, em nova investida motivada pelo desejo de justiça movido a violência, em que toma parte em roubos e assassinatos.



Fig. 29: “Manoel é nome de vaqueiro! Eu te batizo de outro jeito. Te chamo agora Satanás!”

A sinopse anterior é, sem dúvida, de um discurso que abriga uma carga política muito forte, atribuída ao misticismo e ao cangaço, ambos construídos a partir

de uma estética da violência que ilustra toda a narrativa, sem com isso representar mais uma crítica às formas de alienação praticadas pelo povo, como era comum encontrar nas películas do Cinema Novo nesta época. Mesmo que de forma ambígua, exteriorizada sob a forma de profecias apocalípticas religiosas e rompantes de violência extrema, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* constrói um Nordeste da desrazão onde, no entanto, vivem pessoas conscientes das injustiças de seu mundo, principalmente sobre as que dizem respeito à terra e ao seu modo de vida/trabalho, muito embora elas não demonstrem ter uma visão estrutural dos mecanismos de exploração a que estão submetidas. É também um Nordeste que parece estar no limite da explosão, onde a transformação de Manoel (vaqueiro/jagunço/camponês/fiel/cangaceiro) atinge seu grau máximo.

Diante da injustiça, da realidade que solicita a violência como condição de humanidade, a insurreição está sempre no horizonte. Não importa se consciente, passivo, ou mergulhado na franca alienação, o oprimido traz uma disponibilidade para a revolta, mesmo que subterrânea (XAVIER, 2007, p.111).

Considerado um dos ápices do filme, uma sequência de planos mostra Corisco e os cabras saqueando a casa do coronel Calazans (*gente do Governo*, como diz Corisco), onde acontecia um casamento. O clima é de total delírio coletivo. Os cangaceiros destroem a casa e se fartam de bolo e bebida, enquanto Rosa delira de forma fantasiosa com uma grinalda, Corisco violenta a noiva e Satanás (Manoel) perambula pela casa segurando um crucifixo, até que é ordenado a castrar o noivo¹⁰².

¹⁰² O ritual de iniciação de “Satanás” é condensado no emblemático gesto de Corisco, em que retira das mãos de Manoel o crucifixo, para entregar-lhe o punhal.



Fig. 30: Ataque à fazenda do coronel.

A cena, que termina com Corisco destruindo um piano a golpes de rifle, recebe a mesma música de Villa-Lobos que apareceu na apresentação do beato Sebastião. É marcante a linguagem poética e, até certo ponto, surrealista, desta passagem, que aciona um inconsciente coletivo em estado de crise e delírio, simbolizando prazer e dor no universo sertanejo, desafiando qualquer tipo de lógica racionalista (BENTES, 2003), “desarrumando o arrumado”¹⁰³.

Migrando entre dois universos igualmente violentos – o movimento religioso e o cangaço – Manoel é a síntese alegórica da figura do nordestino oprimido e explorado do campo. Este *nordestino* quer justiça, seja pela cruz, ou pelo punhal, e não pode esperar. Ele transborda força e fé por aquilo que acredita, explode em violência, junto a Deus e ao Diabo – que, aliás, neste discurso se confundem a todo o momento. Para marcar esta mistura entre os dois universos, observa-se que a voz do ator Othon Bastos, que interpreta Corisco, é a mesma usada nos discursos do beato Sebastião. Corisco é agente do “Bem”, porque é justiceiro, é o São Jorge de Manoel. Ao mesmo tempo em que representa o Mal, na figura de um *condenado* que faz justiça com sangue e violência. A desmistificação do universo cangaceiro é percebida no reconhecimento de que também Lampião *ficava pequeno*, como afirmou Dada, mulher de Corisco. “Sebastião e Corisco, direito e avesso de uma

¹⁰³ No final do filme, Corisco diz a Manoel: Você é como os anjos. Vá embora com sua mulher e por onde passar diz ao povo que Corisco tá mais morto que vivo; que Virgulino morreu de vez e eu morri com ele; mas por isso mesmo tenho de ficar em pé, lutando até o fim, desarrumando o arrumado”.

mesma metafísica do Bem e do Mal, vêm discutidos seus méritos e equívocos na condução de sua rebeldia" (XAVIER, 2007, p.126).

A inspiração na literatura de cordel está presente nos poemas cantados, que introduzem cenas cruciais da narrativa, e que por isso têm força estrutural. Eles aparecem quando Manoel abandona sua casa para seguir o beato, ou quando ele se junta ao grupo de cangaceiros, em nova virada de seu destino. Segundo Sylvia Nemer, a utilização do cordel tem um caráter duplo de adaptação de códigos e transgressão. A falta de um final feliz seria um exemplo da não correspondência total a este gênero literário:

Presente em praticamente todos os ciclos da literatura de cordel, a oposição entre o bem e o mal recebe dos poetas um tratamento moralista que é recusado em *Deus e o Diabo*, mas se volta para uma proposta política da luta entre as duas forças. Extremamente ambíguo, o filme não revela quais são os representantes do bem, quais são os do mal (NEMER, 1997, p.126).

Tal qual nos romanceiros tradicionais, a canção informa sobre as viradas na vida de Manoel, sendo a primeira delas logo após a morte de sua mãe. Apontando para a esperança e para o despertar de uma nova ação, a voz do cantador tem a função de fazer deste filme uma grande fábula, mostrar-se como testemunho de uma história de sofrimento, provação e sacrifício, que pode ser *verdade ou imaginação* e que, justo por conta disto, existe na terceira pessoa (NEMER, 1997). O cantador recita os versos, que são musicados por ritmos, reconhecidos nacionalmente à época do filme, como ritmos do sertão, o que nos sugere identificação com as raízes culturais rurais/sertanejas, um Nordeste-tradição que, no entanto, não assume o controle da lenda, visto que compõe a narrativa com outras formas de mediação, como a música erudita de Villa-Lobos¹⁰⁴. Esta última é usada em momentos solenes, que ganham uma conotação nacionalista (XAVIER, 2007, p.115).

Os poemas de cordel, neste discurso fílmico, sugerem a ideia de destino, ou algo que acontece sem existir uma motivação, por outro lado, não encaixa com a sucessão dos fatos que parecem determinar o desenrolar dos acontecimentos e demonstrar tais motivações. Em outras palavras, se o beato Sebastião aparece na vida do casal Manoel e Rosa *pelo sim, pelo não*, a revolta do vaqueiro é disparada

¹⁰⁴ Heitor Villa-Lobos já aparecera no cinema de Humberto Mauro, em 1937, quando compôs a trilha sonora de *O Descobrimento do Brasil*.

pelo briga com o coronel, que o leva a matar, e cria as condições para a sua adesão ao beato. O mesmo ocorre em relação à fase Manoel-cangaceiro. Cego Júlio apresenta Manoel a Corisco, mas é o desejo de Manoel, de vingar a morte do santo, que o transforma em *Satanás*, o que enfraquece a ideia de destino reservado aos personagens (XAVIER, 2007).

Curiosa é a relação de Rosa, mulher de Manoel, com Sebastião e, mais tarde, com Corisco. Representantes de movimentos sociais movidos pela desrazão, pelo desespero e pela intensidade de suas ações apaixonadas, Sebastião provoca em Rosa o ódio que a leva a matá-lo com o punhal, na capela do Monte Santo. Por outro lado, com Corisco e Dada, Rosa vive o amor. Sentimentos opostos vividos pela personagem que misturou razão e emoção em suas experiências junto ao misticismo e ao cangaço.

“Procurando pelo sertão/ todo mês de fevereiro/ o dragão da maldade/ contra o santo guerreiro./ Procura Antônio das Mortes!”, diz o cantoador. A figura de Antônio das Mortes nos é apresentada a partir da luta contra os cangaceiros que persegue, sua forma de andar e os movimentos que formam jogos de luz e sombras de sua figura, caracterizando um homem destemido e perigoso. O matador confessa ter acabado com os seguidores do beato Sebastião por estar inconformado, e não pelo dinheiro que recebeu da Igreja e dos políticos: “Eu não matei os beato pelo dinheiro. Matei porque não posso viver descansado com esta miséria”, e cego Júlio responde: “A culpa não é do povo, Antônio! A culpa não é do povo, Antônio! Não é do povo!”.



Figs. 31 e 32: Antônio das Mortes ataca os seguidores de Sebastião.

Ele, que é corresponsável pelo extermínio do messianismo, planeja acabar com Corisco, com o objetivo de liquidar o “Nordeste da desrazão”, ainda que isso signifique reafirmar a violência como meio de transformação. Antônio das Mortes seria, junto com a desconfiança de Rosa, o único traço de racionalidade nesta película, alguém que planeja seus atos, contra o estado delirante que julga prejudicar a tomada de consciência do oprimido. No entanto, o matador também se autoqualifica como um condenado, a ser igualmente sacrificado em nome de uma *guerra maior*:

Um dia vai ter uma guerra maior neste sertão. Uma guerra grande, sem a cegueira de deus nem do diabo. E pra que esta guerra comece logo, eu, que já matei Sebastião, vou matar Corisco. E depois vou morrer de vez, que nós somos tudo a mesma coisa (DEUS..., 1964).

A morte, de uns e de outros, assim como os processos de “desmascaramento” e desmistificação do messianismo e do cangaço, parecem inevitáveis ao processo de transformação de Manoel e também para a abertura de caminhos ao novo. E assim faz Antônio das Mortes, persegue Corisco até encontrá-lo e encurralá-lo. O matador dispara três tiros contra Corisco, que tem uma morte heroica, finalizada por sua última fala, um tanto contraditória para quem se diz representante de São Jorge: “Mais fortes são os poderes do povo”. Manoel e Rosa são poupados pela segunda vez. Com a morte de Corisco, Manoel encontra-se novamente “em busca”, agora não mais vinculado ao cangaço, tão pouco mergulhado no messianismo. As últimas cenas de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* mostram o casal numa corrida disparada pelo sertão, não se sabe pra onde, muito embora os planos finais preencham a tela com imagens aéreas das turbulentas e vigorosas águas do mar. A redenção se mostra ali, com certeza. As águas revoltas significam o fim da dominação e exploração do homem, a emancipação, sem no entanto, deixar claro por quais meios. Ouve-se a canção final: “O sertão vai virar mar/ e o mar virar sertão!/ Ta contada a minha história,/ verdade e imaginação./ Espero que o sinhô/ tenha tirado uma lição:/ que assim mal dividido/ esse mundo anda errado,/ que a terra é do homem,/ não é de Deus nem do diabo”. Manoel é “libertado”, mas isso não significa uma negação da validade de suas experiências anteriores, dada a importância, neste filme, do processo de transformação do nordestino explorado do campo e, por que não dizer, dos brasileiros explorados,

transformação esta que se alimenta das tradições culturais dos lugares ao longo dos tempos. Mas, se a saída não está no misticismo, nem no cangaço, o que é aquele mar? Sem dúvida nos remete a um porvir, a ruptura com a dominação do homem. Associa-se também à ideia de esperança, mas também a algo que está aberto, indefinido. O mar seria o resultado da *guerra maior*, prevista por Antônio das Mortes? O filme exhibe Manoel correndo em direção ao novo, marcado pelo rastro do misticismo e do cangaço, mas não sugere os meios com os quais se alcançará a libertação do povo. Afirma-se ali que Manoel não é o mesmo vaqueiro errante daquele sertão, ele agora é um fiel, crente em sua própria redenção, é também um Manoel cangaceiro, valente, destemido, determinado. Seja lá por quais meios a grande revolução se der, será através de todos estes Manuéis que tudo há de acontecer.

Na ascensão da consciência rumo à lucidez que vê no próprio homem a origem, meio e fim da práxis, o termo final não se concretiza no filme; a libertação das personagens não se mostra até o fim, elo por elo. Porque é exatamente isto, ou seja, a lacuna o essencial. É dela que se alimenta a força da teleologia: não se trata de encadear na horizontal o andamento do processo em todos os seus passos até o termo final; trata-se de, pelo delineamento de um esquema geral, indicar como messianismo e cangaço, na sua disposição de luta, prefiguram a revolução do *telus* que virá preencher o sentido deles e revelar sua verdadeira significação na ordem maior das coisas. [...] o fundamental é a transformação, nele assumida como pressuposto, não importa o seu foco (XAVIER, 2007, p.140-1).

O desfecho incomoda porque não aponta a uma saída para tanto sofrimento e luta daquele universo em convulsão, e também cumpre um papel provocativo, encerrando uma sequência de acontecimentos e personagens contraditórios, intensos, provocando a desordem e abrindo ao nordestino explorado do campo, ao “Manoel dono de seu destino”, híbrido de misticismo e cangaço, todas as possibilidades.



Fig. 33: Manoel corre pela imensidão do sertão.

Deus e o Diabo na Terra do Sol traz uma montagem influenciada pelo cinema de Sergei Eisenstein e uma atuação contaminada pelo teatro épico revolucionário de Bertold Brecht, provocando uma recepção, por parte do espectador, que se opõe ao que o Cinema Novo qualificaria como reacionarismo estético do cinema “digestivo” convencional. Adota o choque como elemento principal de sua linguagem cinematográfica. Esta violência atribuída ao universo messiânico e cangaceiro se expressa na forma-conteúdo do filme, e se afasta ao máximo dos efeitos de simulação do real do cinema clássico, para conseguir uma sensibilização do espectador. A metodologia do choque é uma opção estética política, que dialoga com as ideias encontradas no manifesto de Glauber Rocha, escrito em 1965, “Estética da Fome”. Com o objetivo de reverter a fraqueza em força:

O abandono do discurso político-sociológico de denúncia e vitimização diante da pobreza, usual nas décadas de 1960 e 1970, para dar um sentido afirmativo e transformador aos fenômenos ligados à fome, à pobreza, à miséria latino-americanas. Com ele, Glauber busca reverter forças autodestrutivas máximas, apresentando-as como impulso criador, místico e onírico (BENTES, 2007, p.193).

A partir de uma espécie de apocalipse estético, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* nega o realismo crítico e a narrativa clássica, para praticar uma estética barroca da violência, que seja capaz de criar um Nordeste a partir do intolerável e do

insuportável, com as imagens de seus personagens atormentados, o que não significa uma ilustração da violência como forma de espetacularização, de uso do exótico, mas como forma de violentar os sentidos do espectador (BENTES, 2007). A película parece, justamente, querer afastar-se do realismo para atingir a realidade.



Fig. 34: Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol.

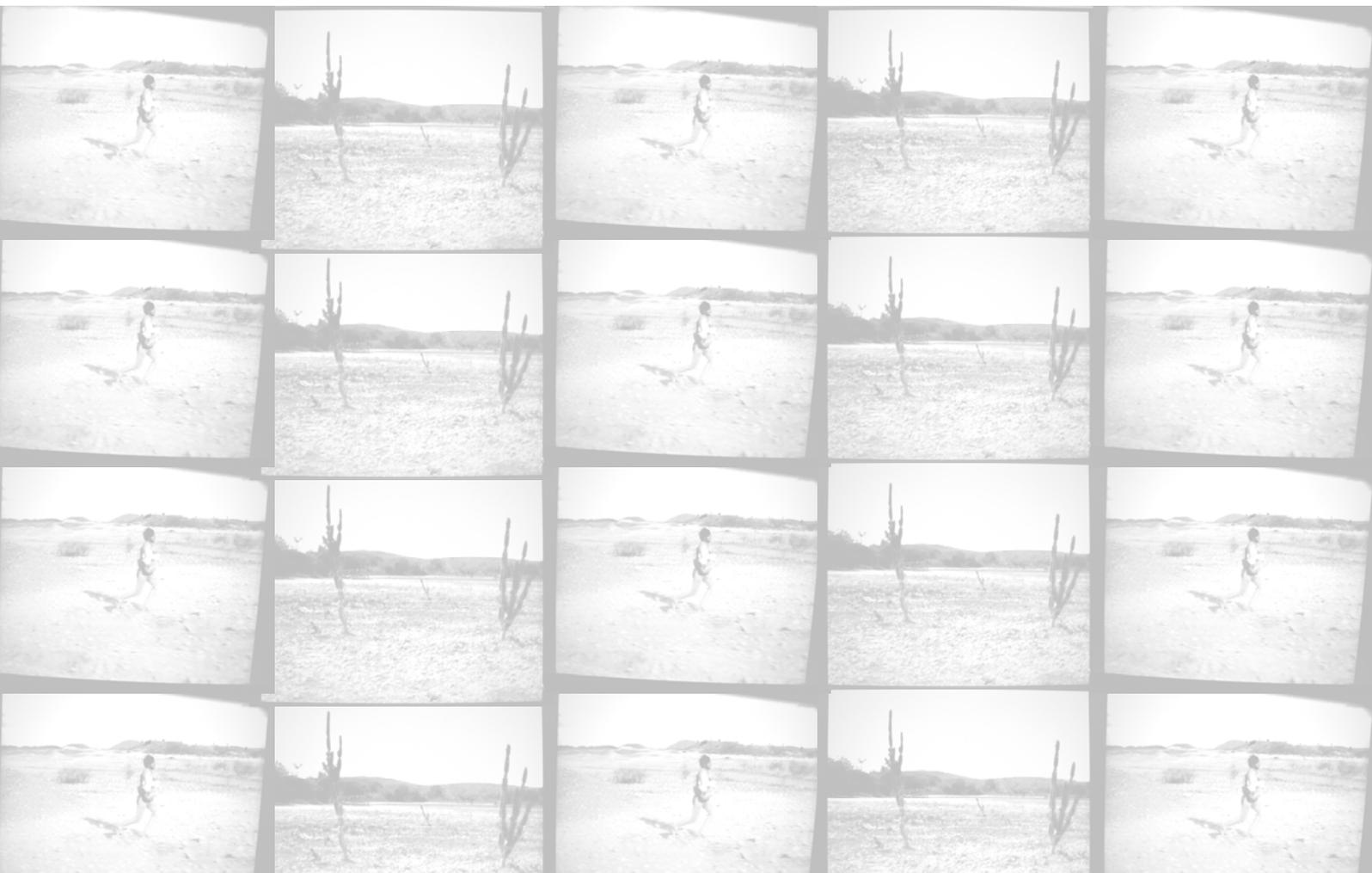
Em síntese, o Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol é um território pobre, semiárido, de vegetação rasteira retorcida e seca, luz contrastada e estourada, lugar de longas distâncias, onde o gado morre de sede e onde o trabalho é árduo na casa de farinha. É também um caldeirão de conflitos, lugar de provação, onde a lei está ao lado dos patrões latifundiários, igreja e políticos locais. É território da tradição sertaneja da música de cordel, que apresenta os personagens, que comenta os fatos, que se transforma em coro da tragédia. É lugar das contradições que constituem o homem simples do campo que ali vive dias de fome e sonho, de humilhação e de glória, de desengano e fé, de sacrifício e provação, de medo e coragem, em medidas nada moderadas ou equilibradas, mas sempre explosivas, entre a resignação e a rebeldia. Este Nordeste apocalíptico de crucifixos e punhais é

também palco de histórias míticas e de mortes heroicas, lugar híbrido de cancioneros e de Villa-Lobos, uma imensidão por onde dispara a teleologia da revolução, a corrida do vaqueiro, determinado em assumir o seu destino, munido de sua coragem cangaceira e de sua fé mística. É terra de Manoéis, homens perturbados pela fome, destemidos e determinados a encontrar a saída para sua vida.

Esta obra constitui, mesmo que de forma particular, a problemática identificada neste trabalho como Questão Regional Nordeste do Cinema Novo, na medida em que seu tema foge dos cenários do eixo Rio/São Paulo e se volta para um território Nordeste castigado pelo fenômeno climático da seca e explorado pelo sistema do latifúndio. O Nordeste Deus e o Diabo contém os conflitos entre trabalhadores e exploradores que o Cinema Novo desejava escancarar para a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, este território também é lugar da revolução de homens híbridos que se atiram com determinação e agressividade à missão de mudar o rumo da história. O filme aciona toda a comunicação entre a tradição e o novo, entre o popular e o erudito, experimenta esteticamente tudo o que o “cinema da transformação” propunha dizer de um Brasil multicultural e com um futuro revolucionário.



NORDESTE: RAZÃO E SENSIBILIDADE



Nordeste: razão e sensibilidade

Para qué escribe uno si no para juntar sus pedazos? Desde que entramos en la escuela o la iglesia, la educación nos descuartiza: nos enseña a divorciar el alma del cuerpo y la razón del corazón. Sabios doctores de Ética y Moral han de ser los pescadores de la costa colombiana, que inventaram la palabra sentipensante para definir al lenguaje que dice la verdad.

(Eduardo Galeano – El libro de los abrazos)

O caminho até aqui percorrido nos oferece elementos para empreendermos uma interpretação dos sentidos que, possivelmente, em nosso entendimento, poderiam ser atribuídos tanto em relação ao território Nordeste, quanto ao nordestino do *outro*, a partir das respectivas posições de sujeito que fundamentam os discursos estudados. Ou seja, interessa-nos dizer dos sentidos possíveis encontrados por *Novos Rumos* sobre o par Nordeste/nordestino, e sobre a associada Questão Regional Nordeste de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, e vice-versa.

*

Começemos pela parte do *Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol* que não assume sentido positivo quando julgados segundo a visão de mundo de *Novos Rumos*, e vamos explicar por quê. Qualquer sentido positivo atribuído ao Nordeste Deus e o Diabo aparece apenas quando este é inteligível segundo a lógica de entendimento compatível com a visão do discurso *Novos Rumos*, lógica esta que, agora segundo a visão de mundo de *Deus e o Diabo*, seria a mesma atribuída às narrativas clássicas constituintes do cinema hollywoodiano ou contidas no raciocínio do Estado sobre cinema e sobre Nordeste. A obra *Deus e o Diabo na Terra do Sol* se distancia desta lógica, subverte-a em muitas passagens, como vimos no capítulo anterior. O que queremos dizer é que, segundo a lógica pecebista, utilizada na construção de *Novos Rumos*, muitos trechos deste filme – como, por exemplo, os que explicam o *Nordeste* misturado em sentimentos como amor e ódio (como os que a personagem Rosa viveu junto a Corisco, Dadá e Sebastião), ou os que exibem uma cena de castramento humano, alternada com o romântico delírio do “faz de conta” de Rosa com uma grinalda, como acontece na cena do ataque à casa do coronel Calazans – não assumem sentidos positivos que sirvam ao “modo de pensar” de *Novos Rumos*. Tais passagens, carregadas de significado, não existiriam para além da sugestão de certo traço surrealista da película, ou poderia até mesmo ser considerado um amontoado de imagens desconexas e ininteligíveis, segundo o que sua lógica de compreensão lhe permite compreender, pois em parte, este “Nordeste fábula, pulsante e contraditório” de *Deus e o Diabo*, se manifesta a partir de uma lógica diversa da que o processo de invenção do Nordeste *Novos Rumos* se utiliza. Concluindo, algumas partes do filme, como as que citamos acima, são elementos que constroem o *Nordeste Deus e o Diabo*, e que estão fora do sistema

cognitivo constituído a partir da lógica de *Novos Rumos*, assumindo o único sentido da não inteligibilidade, simplesmente porque não se encaixam no modo de compreensão racional do discurso jornalístico ao qual pertence o conjunto dos números estatísticos comparativos, o pensamento etapista e estratégico da revolução burguesa, e toda a racionalidade dos fundamentos e dogmas marxistas que aparecem como condição e resultado do que vimos configurar-se enquanto questão regional Nordeste do PCB, e estão reproduzidos no jornal do Partido. Essa racionalidade, característica da visão de mundo predominante no semanário, estrutura toda a argumentação sobre a dinâmica explorados/exploradores no Nordeste *Novos Rumos*, de forma a identificá-los praticamente como Bem e Mal, respectivamente. Por outro lado, abre “brechas” neste raciocínio, justificadas como necessárias para apoiar uma visão racional estratégica, planejada e em acordo com as teses do Partido Comunista Brasileiro e a revolução brasileira. Tais brechas se materializaram em propostas de alianças que, como vimos, eram consideradas oportunas ao triunfo do “Bem”, o que representou concessão assumida como temporária, para servir a objetivos bastante calculados (tornar o Nordeste e o Brasil capitalistas e livres do capital estrangeiro, para então empreender a revolução socialista). Em sentido oposto, ainda que com objetivos semelhantes (revolucionários/transformadores/emancipadores), o Nordeste *Deus e o Diabo* é a materialização da Estética da Fome. Ao longo do filme, busca-se subverter a visão de mundo racionalista/legal/estratégica/planificadora dominante, da qual se alimenta *Novos Rumos* em seu “nordestar”, na medida em que se propõe o trânsito entre o realismo e o surrealismo para construir o estado de miserabilidade do camponês explorado do campo, em que se valoriza a violência e a brutalidade para fazê-los serem enxergados, numa dimensão onírica, como meio de violação da percepção viciada e espetacularizada da fome pelos espectadores do filme. Em *Deus e o Diabo* “nenhuma explicação histórica, sociológica, marxista ou capitalista pode dar conta da complexidade e tragédia da experiência da pobreza” (BENTES, 2008: 2). O *Nordeste Deus e o Diabo* contém o intolerável da fome; é a própria desconstrução da ordem hegemônica estatal planificadora, e também da visão etapista e legal do PCB, sobretudo no âmbito de seu campo estético. Amor e ódio, bem e mal, razão e desrazão, tradição e modernidade, ordem e desordem são pares ali invocados para serem desconstruídos, para se confundirem no discurso pulsante, épico teatral e instável que constrói o *Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol*. Esse filme é mais

inspirado na estética da fome, formulada por seu próprio diretor, do que na visão marxista racional daquele universo – ainda que a relação de exploração do trabalho e do monopólio da terra apareçam.

Se bem existe um traço sentimental no *Nordeste Novos Rumos* – pois no jornal é possível perceber o uso de uma linguagem emocional ufanista, e até dramática, para dizer de um Nordeste miserável e do sofrimento do nordestino explorado do campo, que dá a vida pela luta das Liga Camponesa –, isso não é o que predomina. Esse território é inventado, principalmente, a partir da utilização de pesquisas estatísticas, de comparações, de críticas a projetos de planificação, de estratégias políticas e legalistas de médio e longo prazos a partir de critérios de análise conectados à visão hegemônica de progresso e de desenvolvimento – sinônimos de crescimento econômico, tal como vimos sobre a visão do Estado. Desta forma, esse apelo dramático em alguns textos, ou essa linguagem emocional não se mostra dominante na linha discursiva do jornal. Em *Deus e o Diabo*, tudo concorre justamente no sentido de “desorganizar” tal ordem.

Podemos dizer que a visão de mundo do jornal, por outro lado, possivelmente, apresenta certa identificação com o retrato do *Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol* quando considerados elementos que também aparecem no *Nordeste Novos Rumos*, a saber: i) as características físicas do sertão ou região semiárida: vegetação e solo secos, lugar de grandes distâncias; ii) as características climáticas da mesma área semiárida: o fenômeno da seca e as consequências sociais que afetam as populações do campo e que vivem da agricultura de subsistência; iii) a extrema desigualdade de condições de vida, de trabalho e, também, de oportunidades existente no interior destes Nordeste; e iv) a existência de fatores internos àquele território de ordem histórica, econômica e social que mantém toda uma estrutura agrária e oligárquica baseada no latifúndio e sustentada, principalmente, pelos grupos dos latifundiários, da Igreja e do poder público local.

A parte estes pontos de identificação entre o *Nordeste Deus e o Diabo* e o *Nordeste Novos Rumos*, ainda assim a visão de mundo expressa em *Novos Rumos* apontaria o *Nordeste Deus e o Diabo* como território limitado, insuficiente, incompleto, empobrecedor e, portanto, parcialmente não verdadeiro. Não só porque em *Nordeste Deus e o Diabo* não há referências à zona urbana e ao operariado urbano nordestino, entendidos em *Novos Rumos* enquanto elementos constituintes daquela sociedade, mas também porque, dentro do próprio universo problematizado

pelo filme, não são manifestadas as especificidades que, no discurso *Novos Rumos*, conformam o grupo dos explorados do campo nesse Nordeste. Está certo que o *Nordeste Deus e o Diabo* contém as figuras do padre corrupto, do poder público corrupto, do matador corrompido, do beato salvador, do cangaço justiceiro e do sertanejo, estes aparecendo como os representantes dos grupos sociais do *Nordeste Deus e o Diabo*, mas, em *Novos Rumos*, o nordestino explorado era o vaqueiro, o meeiro, foreiro, e também o assalariado agrícola, inexistentes no Nordeste do filme. O *Nordeste Novos Rumos* exhibe uma variedade de mecanismos de exploração sobre o nordestino, como a *meia*, a *terça*, o *cambão*, o *engano do lápis*, o *barracão*, que simplesmente não aparecem no Nordeste considerado limitado e não racional de *Deus e o Diabo*. Considerado elemento fundamental da manutenção da estrutura arcaica de produção do campo e da exploração do camponês em nível nacional, o capital internacional e sua ligação com os grandes latifundiários também não figuram no *Nordeste Deus e o Diabo*. A ausência desses grupos sociais, das dinâmicas e dos mecanismos de exploração, tão característicos do *Nordeste Novos Rumos*, representam, segundo esta visão de mundo, omissão grave sobre o território *Nordeste Deus e o Diabo*, e entende sua construção como resultado de uma simplificação reducionista e alienada. O *Nordeste Deus e o Diabo* existiria, portanto, isolado do mundo e, até mesmo, de outras regiões do espaço nacional.

Ainda segundo essa mesma lógica de julgamento, a alienação atribuída ao *Nordeste Deus e o Diabo na Terra do Sol* seria responsável, também, por uma construção ultrapassada, não verdadeira, talvez até tradicional/conservadora daquele território, visto que ali, em pleno período de maior força do movimento camponês, inexistia o que seria o elemento principal do *Nordeste Novos Rumos*: o trabalhador rural organizado das Ligas ou dos sindicatos rurais, seja ele assalariado ou arrendatário. A maior parte do *Nordeste Deus e o Diabo* exhibe o misticismo religioso e o cangaço como únicas formas de consciência/resistência ali retratadas de maneira explícita. Não só isso, misticismo e cangaço são responsáveis por fazer aflorar no nordestino Deus e o Diabo uma espécie de força vital capaz de movê-lo a lutar pela justiça, assumindo a violência como propulsora da resistência e da transformação. No entanto, julgados pela lógica de *Novos Rumos*, esses movimentos sociais são considerados inadequados aos tempos modernos e aos meios pacíficos e legais de transformação da realidade, proposta pelas Ligas e

sindicatos (mesmo que sejam considerados válidos em tempo passado como *elementos de nosso processo evolutivo* – n.213 – 22/03/1963). A luta pacífica e legal também era considerada, em *Novos Rumos*, como necessária à cooptação do camponês oprimido pelo poder do latifúndio e de outros grupos que deveriam unir-se à frente ampla e heterogênea pela libertação do Brasil do domínio estrangeiro. Dessa forma, é praticamente impossível conceber, “sob o olhar” de *Novos Rumos*, que a violência considerada irracional, ainda que justificada, do cangaço, e também o misticismo, estivessem contidos no camponês organizado, por mais que tivessem sido, segundo o jornal, uma forma de ação de uma consciência “política” à época, esta considerada *instintiva*.

Nesse mesmo sentido, ressaltamos, em particular, a alienação atribuída ao nordestino *Deus e o Diabo na Terra do Sol* quando considerado segundo a visão de mundo de *Novos Rumos*. A valorização da figura do legendário Padre Cícero, através das falas de Manoel e Corisco, é um ponto que nos serve como exemplo do que inspiraria um “mal julgamento”, pois, em *Novos Rumos*, esse ícone religioso não passava de um enganador:

E outro foi o legendário Padre Cícero, de quem, recortada a auréola de santo que a superstição lhe deu [...] prova o fato de ter agido sempre como um domesticador das massas e amortecedor dos choques, não a favor dos humildes qual aparentava, mas sempre ao lado dos latifundiários, tornando-se ele mesmo, ao final, um grande e poderoso senhor de terras que, inclusive, fazia seus fiéis trabalharem gratuitamente em suas fazendas (n.238 – 13/09/1963).

O nordestino *Deus e o Diabo*, tal como este território, seria possivelmente julgado como alienado e supersticioso, sustentado pela ingênua adoração de figuras religiosas consideradas traiçoeiras, como a de Padre Cícero. Alguém refém de crenças que levariam a concepções errôneas. Seguindo esse mesmo eixo de julgamento, esse nordestino teria sido movido, a todo momento, por sentimentos de justiça imediatistas, promovidos pelo desenrolar dos fatos em sua vida que acionavam uma consciência política considerada primitiva ou instintiva, incapaz de fazer qualquer homem enxergar as razões estruturais de sua condição de explorado. Por isso, o nordestino *Deus e o Diabo* não se constituiria enquanto classe para si; estaria preso às formas rudimentares de reação à exploração.

A possibilidade de “reação” no *Nordeste Deus e o Diabo* é, no entanto, considerada pelo jornal, segundo a mesma lógica de raciocínio, e volta a nos sugerir

uma identificação, na medida em que a última cena que determina o desfecho da história, ou seja, o mar que invade as telas daquele território, não poderia ser outra coisa que não uma metáfora para a organização política que levaria à revolução. Para essa revolução se dirige o vaqueiro Manoel para ajudar a libertar o *Nordeste Deus e o Diabo* da ilusória e ingênua irracionalidade fanática religiosa e cangaceira, irracionalidade esta que, inclusive, não teria espaço nas reuniões e associações camponesas, meios pelos quais se atingiria a organização necessária para lograr a revolução burguesa. Como dizia o jornal: “O cangaço e o misticismo, mais de uma vez usados e manobrados pela astúcia dos grandes fazendeiros, desaguaram, por fim, nas tarefas conscientes das ligas camponesas” (n.238 – 13/09/1963).

O nordestino *Deus e o Diabo* que, segundo a visão de *Novos Rumos*, esteve preso às formas de resistência irracionais, supersticiosas e ultrapassadas (caminhos equivocados que os levariam ao novo), tem a chance de agregar-se à modernidade racional, pacífica e legal ao descobrir que “a terra é do homem, não é de Deus nem do Diabo”, constituindo-se em classe para si. É reconhecido, no *Nordeste Deus e o Diabo*, mesmo que sutilmente, o que em *Novos Rumos* se reconhece como caminho de conscientização política acertado, correto e adequado à luta dos explorados.

Deus e o Diabo na Terra do Sol, discurso da subversão, é constituído por uma visão de mundo que enxerga o *Nordeste Novos Rumos* praticamente como um “caso perdido”. Se, por um lado, este território assume um sentido positivo de cenário de grandes memórias, de grandes mitos da resistência e da força do grupo dos explorados do campo – tal qual exemplificado na narração do herói camponês João Pedro Teixeira, que vai até o fim e transforma-se em mártir dos oprimidos pelo latifúndio –, por outro é lugar de peleguismo alimentado por seus dogmas marxistas, defensores de concessões e alianças que a visão de *Deus e o Diabo* possivelmente julgaria como espúrias, ainda que por objetivos declarados como nobres. Por conta disso, a lógica de julgamento de *Deus e o Diabo na Terra do Sol* não reconhece como emancipador o discurso *Novos Rumos*, e talvez seja esse o mais grave elemento de “condenação” ou atribuição de sentido negativo por parte daquela visão de mundo sobre o *Nordeste Novos Rumos*. Também não há outro sentido atribuído a este nordestino do que a idéia de falso revolucionário, centralmente porque a revolução que pudesse vir a protagonizar não seria efetivamente libertadora, mas alcançaria apenas a modernização das formas de exploração no sentido do estabelecimento das relações propriamente capitalistas, na qual Nordeste seria uma

questão de mercado consumidor, indústria regional e exploração ianque, onde a fome é racionalizada em números, onde o sofrimento do homem explorado e sua miserabilidade são quantificados em índices de renda *per capita*, consumo de energia, níveis de produção siderúrgica, enfim, formas de dizer do subdesenvolvimento consideradas confortáveis, digeríveis, despidas do real impacto que significam e que, geralmente, vêm acompanhadas de chamadas de impacto e citações ufanistas sobre o povo e o território. As soluções propostas em *Nordeste Novos Rumos* obedeceriam a mesma linha de raciocínio quando julgadas pela lógica de *Deus e o Diabo*, que julgaria ser inimaginável construir uma reação à altura da violência monstruosa sofrida pelo trabalhador do campo a partir da organização de comícios, protestos pacíficos, guerras judiciais que duram anos, assembleias e, sobretudo, a partir da aliança com o grupo opositor, representado em *Novos Rumos* pelos “grandes fazendeiros, que entrem em conflito com certos aspectos da política monopolista norte-americana” (n.12 – 15/05/1959). Enquanto o vaqueiro Manoel, do *Nordeste Deus e o Diabo*, gira o facão no corpo do explorador como forma de ser enxergado, o Manoel da Silva¹⁰⁵, de *Novos Rumos*, é convencido a ler o Código Civil e a organizar-se junto ao PCB em prol da luta pacífica e legal pela revolução brasileira. Isso significa que, mesmo que indiretamente, ou seja, mesmo que ligado às Ligas Camponesas ou aos sindicatos rurais, o *nordestino Novos Rumos* seria um verdadeiro pelego, porque, de alguma forma, associa-se ao PCB, às suas teses e às suas estratégias de luta.

Em resumo, temos aqui duas visões do processo de transformação que se declaram revolucionárias, mas que, na verdade, essencialmente não se misturam, pois, em *Deus e o Diabo*, o nordestino sofre a violência da fome, da miserabilidade que lhe é imposta e, por conta disso, assume a violência como meio de sobrevivência – mata e rouba para sobreviver, vinga-se, é movido por revolta e fé, pelo que a racionalidade não consegue defender ou mesmo explicar. Em *Deus e o Diabo* não há espaço para o pacifismo, o legalismo e o estrategismo do camponês organizado de *Novos Rumos*. Ora, antes de conquistar direitos trabalhistas, ou nacionalizar a “Bond and Share”, o nordestino Deus e o Diabo quer ser enxergado, seja por Deus, pelo diabo ou pelo coronel estribuchando na sua frente. Ele deseja vingar com sangue as irmãs violadas pelo filho do coronel, os parentes mortos na

¹⁰⁵ Ver página 112, capítulo 2.

ponta da faca do jagunço e todo um passado de humilhações. São traumas intoleráveis que jamais permitiriam que esses homens se transformassem em jogadores políticos e estratégicos, fosse para esfregar o Código Civil na cara do coronel ou para unir-se a quem articula alianças com grandes fazendeiros. Dessa forma, é possível entender por que as *melhoria*, que o personagem Zé Praxedi pediu *pru patrão* e chama de *revolução*, tomam tons patéticos frente ao que, possivelmente, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* entende sobre transformação/revolução. De acordo com a visão de mundo de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, somente boas doses de indiferença e peleguice fariam um homem responder dessa forma à tamanha condição de miserabilidade.

O que percebemos, para concluir, é que talvez o “olhar clínico” de *Novos Rumos*, que atribuiu o sentido negativo da alienação ao *Nordeste Deus e o Diabo*, não seja flexível o suficiente para considerar (quicá pelo rigor de uma visão de mundo ortodoxa) os indícios de racionalidade presentes em alguns personagens que constroem o *Nordeste Deus e o Diabo*, como a do carrasco Antônio das Mortes. Afinal, o que pretendia exterminar aquele matador? Ele pretendia acabar com o que julga ser um desvio ao que chama de “guerra maior”, o misticismo religioso e o movimento cangaceiro. O personagem não chega a contar detalhes sobre essa “guerra maior”, mas fato é que, em meio à desmedida violência e à brutalidade que o caracteriza – ao exterminar esses movimentos populares tradicionais –, a trajetória desse personagem contribui para as estratégias defendidas pela visão de mundo de *Novos Rumos*, onde “guerra maior” seria a revolução burguesa. No mesmo sentido teria contribuído Rosa, quando tentava convencer Manoel a não misturar-se com o misticismo e o cangaço. Nesta tentativa esteve Rosa a contribuir para evitar que estes movimentos ganhassem novos adeptos. O que queremos dizer é que tal visão de mundo, por demais ortodoxa, como a que dizemos estar presente em *Novos Rumos*, muito provavelmente não chegaria a este ponto de relativização em sua produção dos possíveis juízos sobre o *Nordeste Deus e o Diabo*.

Por outro lado, seria possível imaginar algo semelhante a respeito do discurso *Deus e o Diabo*? É possível que a forte afirmação da irracionalidade presente na visão de mundo deste discurso, com a qual constrói o *Nordeste Deus e o Diabo*, o tenha feito cego diante de manifestações irracionais constituintes do *Nordeste Novos Rumos*? Este território é construído também a partir do que ressaltamos como uma

linguagem emocional, que traz narrativas de histórias de homens diferentes entre si (o assalariado, o foreiro, o pequeno proprietário), mas que partilham um mesmo sofrimento causado pela vida de exploração extrema de seu trabalho, exposta no relato de suas trajetórias de vida (como por exemplo na história de Manoel da Silva). Trajetórias de vida, inclusive, dos que se fazem presentes naquele território através das cartas que vêm de longe. Esta linguagem emocional/dramática, por menos predominante que seja em *Novos Rumos*, instauraria a dúvida, ou seja, se a mesma não seria um elemento identificado com o discurso *Deus e o Diabo*, pois busca dar a dimensão humana do que representa o estado insustentável de miserabilidade a que estão sujeitos os nordestinos do campo. No entanto, observadas com rigor as manifestações em que é acionado este traço emocional no texto de *Novos Rumos*, percebemos que estamos diante de propostas diferentes, quando julgadas sob a visão de mundo expressa no filme *Deus e o Diabo*. Julgadas sob este ponto de vista, tais passagens do jornal não passariam de “artifícios sentimentalóides”, vazias de verdade pois o texto apela não só para um ufanismo característico do modo de pensar do PCB e suas bandeiras, como também narra da forma clássica e “digestiva” o sofrimento do camponês. O que em *Deus e o Diabo* é apresentado em forma de crise e surto num delírio do oprimido, em *Novos Rumos* não ultrapassaria um certo ar dramático.

Era domingo, dia de feira no Oitlacho, subúrbio rural de João Pessoa [...]Eis a sua história. Tem 66 anos e 8 filhos pequenos em sua companhia. Chamava-se Manoel August da Silva. Há 36 anos é arrendatário de 3 quadras de 50 metros da fazenda Boa Vista (n.184 – 24/08/1962).

Nordeste significou elemento central numa conjuntura de fatores que constituíram o que chamamos Questão Regional Nordeste para o Estado, para o PCB e para o Cinema Novo por conta de diversos fatores i) econômicos, em relação as dinâmicas das desigualdades regionais e intrarregionais e aos modos de produção considerados atrasados que prejudicavam o desenvolvimento do país; ii) políticos, em relação ao conflito entre capital internacional e latifúndio, e em relação à luta pela hegemonia comercial de uma classe burguesa do Centro-Sul; e iii) sociais, no que diz respeito à mobilização campesina. Muito embora tenha existido uma hegemonia da questão regional do Estado, sobre as demais que tematizamos

neste trabalho, conclui-se que as três questões regionais misturaram-se em parte (na afirmação de certos valores da época) no momento de construção de suas imagens Nordeste, sempre “adaptadas” aos interesses de cada um destes sujeitos discursivos. Ou seja, desenvolvimento, progresso e emancipação, estiveram presentes nos discursos e práticas sociais destes sujeitos discursivos, com o objetivo de se construir um Brasil moderno aos moldes de cada um, ainda que estas idéias não viessem significar a mesma coisa pra um e pra outro, como pudemos observar no processo de construção da imagem de território Nordeste em cada um deles.

Sobre os discursos *Novos Rumos* e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, por mais que regidos por estratégias/objetivos diversos - que chegam inclusive a colocar em atrito as imagens que produzem sobre Nordeste – são discursos constituintes de Questões Regionais que têm por fundo comum a exploração no campo (o sistema do latifúndio/minifúndio), agravada pelo ambiente inóspito causado pelo fenômeno da seca. Há também a consideração de que neste território existe o potencial revolucionário, seja no sentido da plena emancipação, como é sugerida em *Deus e o Diabo*, seja via revolução burguesa, como defende *Novos Rumos*. Ambos discursos rompem com o Estado na medida em que não constituem questões regionais omissas à existência do trabalhador rural organizado, e *Deus e o Diabo* vai além neste rompimento, quando sinaliza, a partir de sua visão de mundo revolucionária uma transformação social mais plena, “sem concessões”.

Razão e sensibilidade constroem estes territórios que, a partir dos olhares a eles dispensados podem ser territórios opostos, construídos a partir de valores e modos de entender o mundo diferenciados, ainda que tenham objetivos de lutas parecidos. Para estes discursos, Nordeste se transformou em questão chave para entender toda uma dinâmica de exploração do trabalhador que, à época, precisava ser denunciada, incluída em inúmeras reflexões sobre o Brasil que se queria moderno.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALEXEI, Bueno. *Mais fortes são os poderes do Povo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

ARAUJO, F. G. B. et alli. *Identidade e Território enquanto simulacros discursivos*. Rio de Janeiro: Acces, 2007.

ARAUJO, F. G. B. et alli. *Para 'compreender' o discurso: uma proposição metodológica de inspiração bakhtiniana*. Mimeo. GPMC/IPPUR/UFRJ. Trabalho apresentado na Sessão Livre "Epistemologias e Metodologias para o Discurso Território", realizada durante o XII Encontro Nacional da ANPUR, acontecido em Belém (PA), 2007.

ARAUJO, F. G. B. et alli. (2009). *Nordestanças na cinematografia brasileira: Lampião, Rei do Cangaço/Baile Perfumado*. Simpósio Identidade e Território e Imagem (IPPUR/UFRJ – Porto Alegre, out. 2008), ISSN: 2175-330X.

ARAUJO, F. G. B.; PETRUS, M. R.; GUELMAN, R. P. *Para uma Geo-Grafia sem Alma*. Mimeo. GPMC/IPPUR/UFRJ. Trabalho apresentado na Sessão Livre "Epistemologias e Metodologias para o Discurso Território", realizada durante o XII Encontro Nacional da ANPUR, acontecido em Belém (PA), 2007.

ARAUJO, Frederico; VAINER, Carlos. A questão regional brasileira e as políticas governamentais. *In: Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992, p.13-32.

AVELAR, José Carlos. *A Ponte Clandestina: Birri, Glauber, Solanas, Getino, Garcia Espinosa, Sanjinés, Alea – Teorias do Cinema na América Latina*. São Paulo: Editora 34/ Edusp, 1995.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961 a 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BOURDIEU, Pierre. A Identidade e a Representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. *In: O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.107-132.

BENTES, Ivana (org.). *Ecos do Cinema: de Lumière ao digital*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias*. 3.ed. Recife: Guararapes, 1980.

COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento (o processo de criação da SUDENE)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DEBS, Sylvie. *Cinema e literatura no Brasil: os mitos do sertão, emergência de uma identidade nacional*. Trad. de Sylvia Nemer. Fortaleza: Interarte, 2007.

FILHO, Daniel Aarão Reis; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução – Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

FURTADO, Celso. GTDN / Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

FURTADO, Celso. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FURTADO, Celso. Gestão da Economia Cafeeira. In: *A Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.164-172.

GALEANO, Eduardo. Celebración de las bodas de la razón y el corazón. In: *El libro de los abrazos*. Buenos Aires: Catálogo, 2007.

GOMES, Paulo Emílio Sales. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAESBART, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. –3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

IANNI, Otavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. *In: Introdução à Linguística 2: domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, p.101-142.

NEMER, Silvia. *Glauber Rocha e a Literatura de Cordel: uma relação intertextual*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, nordeste, planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PCB: vinte anos de política – 1958/1979. *A questão Social no Brasil*. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1980.

PIEROLA, Ramiro R. R. *Estado, Territorialidades e Etnias Andinas: luta e pacto na construção da nação boliviana*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROCHA, Glauber. *Revolução no cinema novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

_____. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

STEDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

TAVARES, Hermes. *Planejamento Regional e Mudança: o projeto Furtado-JK para o Nordeste*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicações/UFRJ/IPPUR, 2004.

VAINER, Carlos Bernardo. Regionalismos Contemporâneos. *In: A Federação em Perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995.

VIANY, Alex. *O Processo do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

VIEIRA, Marcelo Dídimo Souza. *O Cangaço no Cinema Brasileiro*. Tese de Doutorado. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.

XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

XAVIER, Ismail. *Sertão Mar: Glauber Rocha e a Estética da Fome*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Periódico:

NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro: Partido Comunista Brasileiro, 1959 -1964 Semanal.

Outras (internet):

BENTES, Ivana. Terra de Fome e Sonho: o paraíso material de Glauber Rocha, 2008, retirado da internet em 01/10/2008, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bentes-ivana-glauber-rocha.html>.

BENTES, Ivana. Estética da violência no Cinema, 2003, retirado da internet em 01/10/2008, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bentes-ivana-glauber-rocha.html>.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas e a construção do golpe de 1964. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, retirado da internet em 01/10/2008, disponível em: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_ pernambuco_02.pdf.

PONTUAL, Virginia. O Urbanismo no Recife: entre ideias e representações. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – Publicação semestral da Anpur (maio/novembro), n.2, novembro de 1999, retirado da internet em 04/10/2008, disponível em http://www.anpur.org.br/publicacoes/Revistas/ANPUR_v2n2.pdf. p. 86-116.

SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001, retirado da internet em 01/10/2008, disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/perfil/parlamentares/FranciscoJuliao.html>.

SILVA, Helio. 1964: golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Retirado da internet em 25/06/2009, disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/33.pdf>.

Depoimentos de Elizabeth Teixeira, esposa do líder camponês João Pedro Teixeira, disponível no *site* YouTube:

Parte 1 – <http://www.youtube.com/watch?v=C1dzvSi0fd8>

Parte 2 – <http://www.youtube.com/watch?v=-DfKRX3t-4I&NR=1>

Parte 3 – http://www.youtube.com/watch?v=2PxcTI_4xso&feature=related

Filmografia:

A Grande Partida: Anos de Chumbo. Documentário. Direção: Peter Cordenonsi. Produção: Francisco Soriano. Brasil, 2008. 59 min. Colorido.

Cabra Marcado Para Morrer. Documentário. Direção: Eduardo Coutinho. Roteiro: Eduardo Coutinho. Brasil. 1985. 35mm. 119 min. Preto e branco/colorido.

Deus e o Diabo na Terra do Sol. Ficção. Direção e roteiro: Glauber Rocha. Assistente de direção: Walter Lima Junior. Diálogos: Glauber Rocha e Paulo Gil Soares. Fotografia: Waldemar Lima. Montagem: Rafael Valverde. Canções: Sergio Ricardo e Glauber Rocha. Música: Heitor Villa-Lobos, J. S. Bach. Elenco: Geraldo Del Rey (Manuel), Yoná Magalhães (Rosa), Othon Bastos (Corisco), Maurício do Vale (Antônio das Mortes), Lidio Silva (Sebastião), Sônia dos Humildes (Dadá). Brasil. 1964. 35mm. 125 min. Preto e branco.

Francisco Julião: na lei ou na marra. Documentário. Direção: Clarisse Viana e Fernando Barcelos. Produção Executiva: Aínda Marques e Ana Maria Motta Ribeiro. Edição de Imagens: Aline Mesquita. Pesquisa: Ana Maria Motta Ribeiro, Fernando Barcelos, Morgana Mara Marcelli e Pedro Tude Sevá. Brasil. 1994. VHS. 23 min. Colorido.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)